

SERVIÇO SOCIAL,
MEMÓRIAS E
RESISTÊNCIAS
CONTRA A
DITADURA

depoimentos



Brasília (DF)
2017

SERVIÇO SOCIAL,
MEMÓRIAS E
RESISTÊNCIAS
CONTRA A
DITADURA

depoimentos



CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL

Brasília (DF)
2017



Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)

Organização e edição de conteúdo

*Comissão de Ética e Direitos Humanos - Gestão
Tecendo na Luta a Manhã Desejada (2014-2017)*

Tânia Maria Ramos Godoi Diniz (coordenação)

Daniela Neves

Josiane Soares Santos

Maria Bernadette de Moraes Medeiros

Maurílio Castro de Matos

Adriane Tomazelli (assessora especial)

Revisão

Assessoria de Comunicação CFESS

Diogo Adjuto e Rafael Werkema

Projeto gráfico, diagramação, ilustrações e capa

Rafael Werkema

Tiragem: 4.000 exemplares

Brasília (DF), 2017

ISBN: 978-85-99447-29-1



Nosso endereço

SCS Quadra 2, Bloco C, Edf. Serra Dourada, Salas 312-318

CEP: 70300-902 - Brasília - DF

Telefone: (61) 3223.1652

Na internet: www.cfess.org.br - cfess@cfess.org.br

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)

Gestão Tecendo na Luta a Manhã Desejada (2014-2017)

PRESIDENTE

Maurílio Castro de Matos (RJ)

VICE-PRESIDENTE

Esther Luíza de Souza Lemos (PR)

1ª SECRETÁRIA

Tânia Maria Ramos Godoi Diniz (SP)

2ª SECRETÁRIA

Daniela Castilho (PA)

1ª TESOUREIRA

Sandra Teixeira (DF)

2ª TESOUREIRA

Nazarela Rêgo Guimarães (BA)

CONSELHO FISCAL

Juliana Iglesias Melim (ES)

Daniela Neves (DF)

Valéria Coelho (AL)

SUPLENTE

Alessandra Ribeiro de Souza (MG)

Josiane Soares Santos (SE)

Erlenia Sobral do Vale (CE)

Marlene Merisse (SP)

Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga (PB)

Maria Bernadette de Moraes Medeiros (RS)

Solange da Silva Moreira (RJ)



depoimentos

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)

Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014)*

**Responsável pelo lançamento do Projeto Serviço Social, Memórias e Resistências contra a Ditadura*

PRESIDENTE

Sâmya Rodrigues Ramos (RN)

VICE-PRESIDENTE

Marinete Cordeiro Moreira (RJ)

1ª SECRETÁRIA

Raimunda Nonata Carlos Ferreira (DF)

2ª SECRETÁRIA

Esther Luíza de Souza Lemos (PR)

1ª TESOUREIRA

Juliana Iglesias Melim (ES)

2ª TESOUREIRA

Maria Elisa Dos Santos Braga (SP)

CONSELHO FISCAL

Kátia Regina Madeira (SC)

Marylucia Mesquita (CE)

Rosa Lúcia Prêdes Trindade (AL)

SUPLENTES

Heleni Duarte Dantas de Ávila (BA)

Maurílio Castro de Matos (RJ)

Marlene Merisse (SP)

Alessandra Ribeiro de Souza (MG)

Alcinélia Moreira De Sousa (AC)

Erivã Garcia Velasco (MT)

Marcelo Sitcovsky Santos Pereira (PB)



Comissão de Ética e Direitos Humanos - Marylucia Mesquita (coordenação), Alcinélia Moreira De Sousa, Maria Elisa Dos Santos Braga, Maurílio Castro de Matos e Sâmya Rodrigues Ramos

sumário

Apresentação.....6

DEPOIMENTOS

Ana Maria Santos Rolemberg Córtes.....9
Ana Maria Ramos Estevão.....12
Ana Maria Tereza Fróes Batalha.....17
Candida Moreira Magalhães.....21
Iza Guerra Labelle.....37
Joaquina Barata Teixeira46
José Paulo Netto.....53
Maria Beatriz Costa Abramides.....56
Maria Lúcia de Souza.....63
Maria Rosângela Batistoni.....68
Marilda Villela Yamamoto.....75
Mariléia Venâncio Porfírio.....90
Rosalina de Santa Cruz.....107
Rute Gusmão Pereira de Azevedo.....115
Vicente de Paula Faleiros.....119

ANEXOS

> Trechos do livro Pau de Arara - relatos de Gilse Maria Cosenza Avelar e de Laudelina Maria Carneiro.....131
> As "meninas" de Ibiúna.....136
> A exposição Serviço Social, Memórias e Resistências contra a Ditadura.....138
> Informações extras sobre os depoimentos.....144



depoimentos



apresentação

É com muita emoção que o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) entrega o resultado do Projeto Serviço Social, Memórias e Resistências contra a Ditadura Militar. Recuperar e dar visibilidade às histórias vividas pelos sujeitos políticos de nossa profissão no contexto sombrio da ditadura militar é um ato de respeito e uma profunda reverência à resistência e às narrativas subtraídas da memória oficial.

O projeto, desenvolvido pelo CFESS, expressa a materialização de uma deliberação do 41º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, realizado em 2012 em Palmas (TO). A deliberação propunha “Efetuar levantamento nacional para coleta e organização de depoimentos de assistentes sociais que tenham histórias particulares de violações de direitos em função da ditadura”. Os/as participantes presentes ao 41º Encontro Nacional – evento previsto na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993) e considerado o fórum máximo de deliberação da profissão – imbuídos pelas atividades de descomemoração dos 50 anos do golpe militar, instaurado em 31 de março de 1964, e nas experiências da comissão da verdade, que ocorreram no período, certamente deliberaram porque reconheciam que, na luta coletiva de resistência à ditadura militar, muitos/as assistentes sociais e estudantes de Serviço Social dela participaram.

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



depoimentos



O projeto foi desenvolvido em diferentes atividades.

O lançamento se deu em maio de 2013, quando o CFESS, por meio de divulgação em diferentes espaços, como a página na internet e no Facebook, lançou o projeto e indicou um roteiro para que assistentes sociais que sofreram violações de direitos na ditadura fizessem o seu registro.

No 43º Encontro Nacional, realizado em Brasília (DF) em 2014, o CFESS promoveu uma emocionante mesa-redonda, que contou com depoimentos de cinco assistentes sociais, que vivem hoje cada um/a em uma das cinco regiões do país. Quem esteve presente certamente se lembra do silêncio da plateia, misturado ao som da emoção que se expressou, em vários momentos, por meio das lágrimas. A plenária, na sua maioria bem jovem, mostrou sua admiração e orgulho pela geração de assistentes sociais que lhe antecedeu.

No 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) realizado em Olinda (PE) em 2016, houve uma exposição sobre o projeto, em forma de painéis, reunindo depoimentos, fotos e vídeo. Um momento emocionante foi quando parte da plateia se viu nos depoimentos que prestou. Essa exposição também foi disponibilizada pelo CFESS no 15º Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social, promovido pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) em 2016, na cidade de Ribeirão Preto (SP).

Com esta publicação, o CFESS encerra o projeto, em um livro com os depoimentos, imagens que foram possíveis de ser encontradas e um DVD, com o vídeo passado na exposição do CBAS (e do ENPESS), com outro material audiovisual que capta a emoção dos/as presentes ao adentrar o espaço da exposição, e com um arquivo com matérias publicadas pelos CRESS sobre o assunto.

Tornar pública a memória daqueles/as que tiveram seus direitos violados na ditadura militar é uma ação fundamental. Trazer para novas gerações um período de terror vivido no país, trata-se de uma denúncia e contribui para o enfrentamento da banalização que, por vezes, se ouve hoje em dia de que foi uma ditabranda. Não foi. No Brasil, como nos países vizinhos, se ceifaram muitas vidas, projetos e sonhos.

Portanto, o projeto Projeto Serviço Social, Memórias e Resistências contra a Ditadura Militar pretende contribuir para a memória do país e para a defesa da importância de punição dos algozes da democracia e dos direitos humanos.

Apresentação



Assim, é uma contribuição à luta pela democracia. Mas esse projeto, especialmente, visa a mostrar para o mundo que estudantes de Serviço Social e assistentes sociais foram sujeitos das lutas contra o arbítrio da ditadura militar brasileira.

Todos os depoimentos aqui reunidos expressam, ao seu modo, o impacto nas vidas, em virtude das perseguições e das torturas vividas. Esse foi um período difícil, do qual muitos tentaram, em vão, esquecer. Outros não conseguem falar. Isso ficou nítido na execução desse projeto.

Os depoimentos que você lerá têm diferentes formatos e assim o são porque foram captados de diferentes formas. Alguns de forma voluntária, seguindo o roteiro proposto pelo CFESS. Outros são textos escritos pelos próprios sujeitos. Outros são transcrições de palestras. Tem também transcrição de depoimento a comissões da verdade e também aqueles textos sintéticos, escritos, com certeza, somente pelos intensos pedidos do CFESS.

Pudemos perceber, no contato com cada assistente social que aqui traz seu depoimento, o quanto é difícil recuperar esse período. E como cada um/a lida de forma distinta com essa memória. Mas, em todos, pudemos ter a certeza de que era fundamental contribuir com esse projeto, para assim colaborar para desvelar o ainda oculto sofrimento que a ditadura militar impôs. Além disso, para o reconhecimento de que o projeto contribuiria para o Serviço Social que todos ajudaram e lutaram para construir. Um Serviço Social comprometido com as históricas lutas da classe trabalhadora, com a liberdade e a justiça social.

O CFESS deixa aqui registrada a sua admiração, o seu agradecimento e expressa seu enorme respeito aos/as que nos antecederam e lutaram. Aqui estão dispostos apenas alguns depoimentos, aqueles que conseguimos reunir, pois sabemos que assistentes sociais e estudantes de Serviço Social, na luta contra a ditadura militar, eram muito **mais**. Agradecemos a todos/as que lutaram. Registramos especial agradecimento àqueles/as que nos ajudaram a transformar em realidade esse projeto.

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)
Gestão Tecendo na Luta a Manhã Desejada (2014-2017)



Ana Maria
Santos
RoLemberg
Côrtes



Entre 1963/1964, participei da Juventude Universitária Católica (JUC). Em 1967, fui presidente do diretório acadêmico da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e, nesse mesmo ano, ingressei na Ação Popular (AP).

Em 1968, concluí o curso de graduação em Serviço Social, mas fui impedida de diplomação pelos militares. Em 1969, na clandestinidade, atuei entre as operárias do ABC (SP), trabalhando na Trol, em São Bernardo do Campo.

Em 1970, também na clandestinidade, atuei entre os assalariados agrícolas em Pernambuco, trabalhando como enfermeira e vendedora ambulante em Palmares (PE).

No dia 7 de junho de 1974, por volta das 19h, fui sequestrada por seis homens armados, que invadiram minha residência em Garanhuns (PE), sendo imediatamente imobilizada e ameaçada de morte.

Algemada e encapuzada, fui colocada no piso de um carro e levada para cela do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) em Recife (PE). Fui submetida a sessões continuadas de torturas, pendurada por argolas com os pés fora do chão por longos períodos, recebendo choques elétricos nas orelhas e nas mãos.

Fui levada para o DOI CODI/OBAN-SP, sendo torturada por uma semana, com tortura física e psicológica, forçada a depor, completamente despida, por equipes que se revezavam ininterruptamente.

Estando no primeiro mês de gravidez, tive ameaça de aborto em consequência das torturas.

No DOI-CODI, estive todo o tempo em cela escura solitária durante cinquenta e cinco dias.

No dia primeiro de agosto, 55 dias após a minha prisão, fui levada à Delegacia do Departamento de Polícia Federal, em Recife, encontrando no local meu esposo João Bosco Rolemberg, quando fomos recebidos pelo policial Luís Miranda, que se autoidentificou como torturador e nos dirigiu insultos e ameaças de morte.

A partir daí, permaneci no cárcere do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Recife, sendo retirada para interrogatórios no Departamento de Polícia Federal (DPF).

Com o agravamento das minhas condições de saúde e ameaça de aborto, por ação de familiares e advogado, fui transferida do DOPS para o Hospital da Beneficência Portuguesa, com a presença permanente de agentes da Polícia Federal, até o mês de outubro, quando

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



depoimentos

a Auditoria decidiu pela liberação, respondendo pelo processo em liberdade.

Passei por três períodos de prisão: de 7 de junho a 1º de agosto de 1974 no DOI-CODI, Recife; de 1º de agosto a 3 de setembro de 1974 no DOPS, Recife; e de 3 de setembro a 8 de outubro de 1974 no Hospital Beneficência Portuguesa, Recife.

Em 1º de dezembro de 1976, fui absolvida pelo Conselho Permanente de Justiça da Aeronáutica no processo 36/75 na 7ª CJM.

Em 1975, trabalhei como assistente social da Prefeitura Municipal de Aracaju, mas fui impedida pelos militares de realizar trabalho com as comunidades.

Entre 1975/1979, atuei como membro do Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos de Itamaracá (PE) e também como membro do Comitê Feminino de Anistia aos Presos Políticos em Aracaju.

Em 1980, fui membro da Sociedade Sergipana em Defesa dos Direitos Humanos em Aracaju. Também tive intensa participação na organização política da categoria, tendo sido presidente do Sindicato dos Assistentes Sociais de Sergipe. Participei da assembleia que aprovou, em 1983, o desmembramento da seccional de Aracaju do CRESS da Bahia, e integrei o Conselho Fiscal do Conselho Federal dos Assistentes Sociais.

Fui Secretária Municipal de Assistência Social na Prefeitura Municipal de Aracaju em 1986 e em 2002. Em seguida, fui anistiada política em 2005. Hoje, sou membro do Comitê Estadual do Partido Comunista do Brasil (PC do B de Sergipe).

Com o depoimento, estou tornando pública a experiência pela qual passei na ditadura militar, quando fui presa e torturada. Não tem simbologia para isso, a tortura é um terror. Eu estava grávida do meu primeiro filho e fiquei isolada por dois meses. É importante que se divulgue para que nunca mais ocorra.

Com o depoimento, estou tornando pública a experiência pela qual passei na ditadura militar, quando fui presa e torturada. Não tem simbologia para isso, a tortura é um terror. Eu estava grávida do meu primeiro filho e fiquei isolada por dois meses. É importante que se divulgue para que nunca mais ocorra.

ANA MARIA SANTOS
ROLEMBREG CÔRTEZ



depoimentos

Ana Maria

Ramos

Estevão



Estudei na Faculdade Paulista de Serviço Social, hoje Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) – Noturno da Rua Sabará, entre 1969 e 1976.

Fui presa na tarde do domingo, 11 de julho de 1970, na Av. Liberdade, cidade de São Paulo, onde residia juntamente com Idinaura Aparecida Marques. A prisão foi efetuada por equipe da Operação Bandeirantes (OBAN).

No momento da invasão de minha casa, encontrava-se presente o presidente da UEE de São Paulo, Rafael de Falco Neto, João (que eu não lembro o sobrenome) e que era presidente do Centro Acadêmico da Escola de Sociologia e Política e Helen, minha colega de faculdade, que haviam ido me visitar. Todos ficamos sob a mira de metralhadoras e revólveres. A equipe da OBAN permaneceu em minha casa por uma semana e prendeu todo mundo que lá esteve. Quando minha família lá esteve para entregar o apartamento e fazer a mudança, todos os livros, roupas, joias e pertences pessoais meus e de Idinaura Aparecida Marques haviam desaparecido.

Esclareço que muitos nomes e referências citadas a partir daqui, somente foram obtidas posteriormente. São, entretanto, rigorosamente verdadeiras.

O grupo armado que invadiu o

apartamento era comandado pelo capitão de Exército Mauricio Lopes Lima. Não houve apresentação de qualquer documento, como ordem de prisão e sequer identificação de nenhum de seus integrantes, todos em trajas civis.

Todas as pessoas que se encontravam no apartamento (moradores e visitas) foram algemados e colocados em duas peruas Chevrolet - C14. O presidente da UEE, Rafael de Falco Neto, que tentou fugir no momento da prisão, foi trazido algum tempo depois, baleado e sangrando, tendo sido jogado em cima de mim e da minha amiga. Fomos vendadas com um capuz preto e recebi ordem de não falar com ninguém durante o percurso, feito em alta velocidade e sob ameaça das armas, até a rua Tutóia, na 36ª Delegacia de Polícia, sede da OBAN, informação que obtive muito tempo depois. Ao chegar, ficamos sentados, ainda sob a mira de metralhadoras e revólveres. Ouvi alguém gritando: “quem é Netinha?”. Este é meu apelido de família de infância, me declarei e fui empurrada a subir uma escada, aos tropeções.

Fui levada para a sala de torturas, aos tapas e berros, e colocada na “cadeira do dragão”, na qual fui interrogada. Durante muito tempo, levei choques na orelha, nos dedos dos pés, fui amordaçada com um pano imundo para não gritar. Soube que

ANA MARIA RAMOS
ESTEVÃO





quem me interrogava era um capitão que se dizia chamar Gaeta. Várias vezes fui interrogada, juntamente com Idinaura Aparecida Marques e Rafael de Falco Neto, que não havia sido medicado e várias vezes o vi receber pancadas no cotovelo, onde a bala se alojara e que continuava sangrando. Ambos também testemunharam as torturas que sofri e eu testemunho as torturas que os mesmos sofreram. Sempre que um torturador se cansava, outro ou outros o substituía na maquininha de choque. Durante toda a noite, fomos interrogados com este método. Em alguns momentos, os torturadores paravam os choques, para que eu pudesse ouvir os gritos que vinham das outras salas. Na manhã do dia seguinte, o plantão foi mudado às 6h da manhã, entrando a equipe do capitão Albernaz, que, tão logo chegou, me despiu e colocou no pau de arara, continuando o interrogatório e os choques, desta vez na região do púbis. Às vezes, entrava algum jovem, segundo eles mesmos do CCC, e jogavam água fria em mim para aumentar a intensidade dos choques. Não consigo precisar quanto tempo lá fiquei, só consigo me lembrar de que, num determinado momento, entrou alguém fardado (depois soube tratar-se do coronel Ustra), que disse ao capitão Albernaz: “ela é muito fraca, não vai resistir, é melhor tirar do pau de arara. Quando saí do pau de arara, minhas

pernas e braços estavam completamente adormecidos, demorei algum tempo para poder me colocar em pé. As sessões de choque continuaram, a cada vez que chegava uma nova equipe para interrogatório, o que ocorria sempre às 6h da manhã. Lembro-me dos seguintes nomes: capitão Albernaz (Benone de Arruda Albernaz), capitão Dalmo (Dalmo Luis Cirilo) capitão Homero (Homero César Machado), capitão Gaeta e capitão Maurício.

Depois de transferida para uma das celas, fiquei em companhia de Idinaura Marques, Denise Crispim, que estava grávida de sete meses e era esposa de Eduardo Leite, Ana Burstyn, do Rio de Janeiro, e outras que não lembro o nome.

Passei um mês na OBAN, tendo sido transferida para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em 5 de agosto, haja vista a Ficha de Qualificação e Lista de Presos Transferidos para o DOPS em anexo.

Fiquei na cela no 3, em que permaneci no DOPS por um mês à disposição da justiça, onde fui interrogada pelo delegado Edzel Magnotti. Voltei ao DOPS para esclarecimentos, várias vezes, mesmo depois de ter sido transferida para o Presídio Tiradentes em 31 de agosto de 1970. É importante ressaltar que estas transferências do Presídio Tiradentes para o DOPS eram sempre feitas à noite ou na

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



madrugada, de surpresa, sem sabermos o porquê ou para que. Tal fato aumentava o clima de incerteza sobre nossas vidas.

Gostaria de relatar que, durante vários anos, após a última prisão, acordava aos gritos à noite e minhas mãos tremiam involuntariamente, em consequência dos choques elétricos que recebi. Precisei de anos de tratamento psicológico com o dr. Ladislau Ruy Unger Glauzius, para que eu pudesse levar uma vida normal.

Numa dessas vezes em que fui ao DOPS, soube, pelos gritos de euforia do delegado Sergio Paranhos Fleury, que Eduardo Leite já era “presunto”, como ele mesmo fez questão de contar a todos que lá se encontravam.

No DOPS, recebi a visita de minha mãe e meu pai, que me avisaram que haviam contratado o advogado Idibal Piveta para minha defesa.

Quando, no Presídio Tiradentes, recebi visitas do dr. Idibal Piveta, relatei-lhe o que havia me acontecido na OBAN e no DOPS, as torturas, a cadeira de dragão e o pau-de-arara.

Permaneci na ala feminina do Presídio Tiradentes até 28 de março de 1971, após ter comparecido para prestar depoimento na Justiça Militar e receber o alvará de soltura.

Em 21 de agosto de 1972, fui presa de novo, tirada da sala de aula em plena pro-

É importante recuperar a memória desse período, para que não se esqueça e para que jamais aconteça novamente. A memória da luta precisa estar presente, mantendo viva a chama que busca a constituição de outra sociedade com igualdade, liberdade e justiça social, para que o projeto ético-político do Serviço Social e o Código de Ética Profissional não se tornem palavras vãs ou mero ritual de colação de grau.

va e levada de novo à OBAN, que havia se transformado em Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), onde permaneci por uma semana. Sem saber exatamente porque havia sido presa, fui interrogada, desta vez sem tortura física, mas sob forte pressão psicológica, com ameaças de prisão de minha família. Fui solta diretamente da OBAN em início de setembro. Helinton Betteito – diretor da Faculdade Paulista de Serviço Social, foi quem autorizou minha retirada de sala de aula pelos agentes do DOI-CODI e permaneceu no mesmo cargo.

Em 14 de agosto de 1973, fui presa outra vez pelo DOI-CODI e arrolada

ANA MARIA RAMOS
ESTEVÃO



depoimentos

como testemunha no Inquérito Policial nº 23/73 do DOPS, juntamente com Idibal Piveta, Tania, Gabriel, etc. Ali, permaneci até setembro do mesmo ano.

Na primeira prisão, foi por oferecer apoio logístico aos militantes do Grupo Tático Armado da ALN e eu também era a presidente do Centro Acadêmico do Serviço Social Noturno. Participava ativamente do Movimento Estudantil. A segunda foi para acareação com pessoas que foram presas e citaram meu nome. A terceira vez foi por supostamente pertencer ao Movimento de Libertação Popular (Molipo).

Estes fatos foram denunciados ao Conselho Mundial de Igrejas, à Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo, à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, à Comissão da Verdade da Presidência da República, em São Paulo, Comissão da Verdade do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes-SN), a vários jornais, revistas, programas de rádio e de TV.

Busquei o reconhecimento da perseguição por motivos de ordem política à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

Recebi uma reparação simbólica da Secretaria da Justiça do Estado de São Paulo e da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, o equivalente a um salário mínimo por ano de perseguição.

Destaco várias formas de como as violações rebateram em meu cotidiano

profissional: fui demitida todas as vezes em que fui presa; cada vez que ia presa, perdia o ano letivo por faltas; levei oito anos para obter o diploma de assistente social, além das marcas que a tortura deixa na alma e que nunca serão apagadas. Após a terceira prisão, casei-me e fui morar na França, em Paris, com bolsa de estudos do Instituto Ecumênico para o desenvolvimento dos Povos (Inodep).

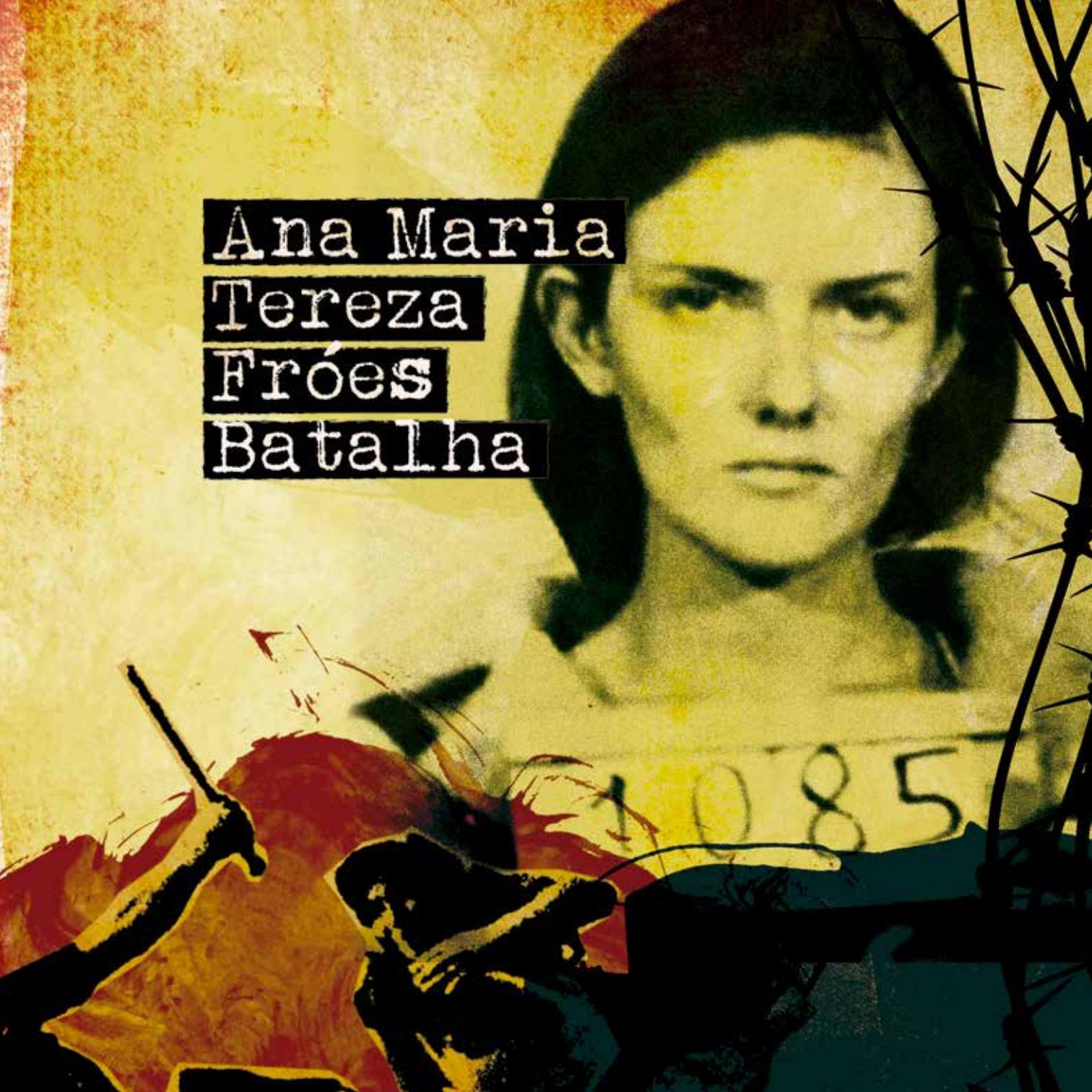
É importante recuperar a memória desse período, para que não se esqueça e para que jamais aconteça novamente. A memória da luta precisa estar presente, mantendo viva a chama que busca a constituição de outra sociedade com igualdade, liberdade e justiça social, para que o projeto ético-político do Serviço Social e o Código de Ética Profissional não se tornem palavras vãs ou mero ritual de colação de grau.

É lutando que manteremos viva a esperança na defesa da memória de todos os companheiros e companheiras, assistentes sociais ou não, que foram torturados, assassinados, desaparecidos pela ditadura empresarial-militar, porque tiveram a coragem de lutar pelo socialismo e contra a barbárie. É importante lembrar que os crimes da ditadura continuam acontecendo todos os dias, contra os pretos, pobres, moradores da periferia, perpetrados pela repressão, e a luta sempre continua.

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



Ana Maria
Tereza
Fróes
Batalha



1085

Minha participação nas lutas pela transformação da sociedade, que infelizmente ainda não aconteceu, teve seu ápice quando caí participando do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), que fora organizado clandestinamente, numa conjuntura marcada pela crescente insatisfação popular contra a ditadura militar. Eu estive presa no 30º Congresso da UNE e não fui torturada. Fui militante durante toda a minha vida.

O golpe militar de 1964 reprimiu, torturou barbaramente e matou militantes políticos que lutavam por reformas profundas que eliminassem as desigualdades sociais. A crescente repressão militar após o golpe estimulava a busca de alternativa de transformação da sociedade e o grande desejo, especialmente dos jovens, de participar da política e das decisões nacionais. A conjuntura política internacional, em forte ebulição à época, fora marcada pela referência de grandes revoluções culturais e sociais que aconteciam no mundo, tais como: crescimento do bloco socialista, revolução cubana, guerra do Vietnã, revolução na China, etc., que contribuíam para alimentar os ideais de luta e fortalecimento da mobilização e organização dos movi-



mentos sociais e partidos clandestinos, apesar da intensa repressão da ditadura.

Em 1968, os movimentos sociais começam a expressar-se amplamente, manifestando publicamente sua insatisfação com a ditadura militar. Esse ano é marcado pelo início das expressões públicas de insatisfação popular, e do consequente enfraquecimento do suporte social do regime militar, especialmente por parte da classe média, que deu significativo apoio ao golpe militar.

Nessa conjuntura efervecente, o movimento estudantil retoma o esforço de organização, e articula-se para realizar o 30º Congresso da UNE, com a seguinte pauta: conjuntura nacional e internacional, reforma universitária, participação do movimento estudantil na vida nacional e sua articulação com o movimento dos trabalhadores do campo e operário, eleição da nova diretoria da UNE. O congresso esperado não chegou a acontecer. Na manhã de 12 de outubro de 1968, acordamos com disparos de rajadas de metra-

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



Esse resgate é importante para manter vivo o espírito de indignação, resistência e luta, para que não permitamos jamais que essa história se repita, e para que possamos avançar na direção de mudanças efetivas, para uma sociedade justa.

lhadoras para o ar e estávamos cercados pela força pública do estado de São Paulo, altamente armada contra estudantes desarmados, que se entregaram sem oferecer resistência. Chovia muito e o acesso de carro tornara-se inviável em caminhos de massapê. Andamos em fila indiana por algumas horas, sob mira de armas de fogo, sem direito a falar ou parar, até chegar aos ônibus que estavam à espera para conduzir-nos ao presídio. As lideranças principais foram levadas para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e os demais levados para presídios superlotados. Aí, todos ficaram incomunicáveis, foram fichados, interrogados e encaminhados para seus estados de origem, sob forte escolta policial armada.

À época, eu participava da Ação Católica e era simpatizante da Ação Popular. Fui presa, portanto, participando do 30º Congresso da UNE em Ibiúna (SP), organizado clandestinamente. Fiquei como a maioria dos estudantes, detida em São Paulo, no Presídio Tiradentes e, por aproximadamente quatro dias, em Salvador (BA). A prisão foi coletiva e não houve

tortura física direta, naquela ocasião, aos estudantes oriundos do congresso, além da apreensão e expectativa da espera do momento do interrogatório, realizado de forma provocante, para estimular contradição das respostas. Este foi um dos momentos mais difíceis desse processo.

Eu, como representante eleita em assembleia da Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador, assim como todos os estudantes, fui enquadrada na Lei de Segurança Nacional. Por ser estudante de universidade particular, pude prosseguir os estudos, enquanto companheiros da Universidade Federal tiveram suas matrículas canceladas, trazendo-lhes transtornos ainda maiores. As limitações decorrentes do enquadramento, para mim, duraram aproximadamente três anos e foram superadas após contratação de advogado, quando pude circular livremente sem precisar prestar contas ao Serviço Nacional de Informações (SNI), tirar habilitação para dirigir e, por fim, trabalhar.

Continuei participando das lutas e manifestações públicas contra o regime. Participei do Comitê da Anistia/BA na

ANA MARIA TEREZA
PRÓES BATALHA



depoimentos



década de 1970, da APAS (Associação de Profissionais Assistentes Sociais), do Convênio Cultural e do Trabalho Conjunto. O Convênio Cultural foi um importante espaço, amplo e público de debate e resistência, constituído por entidades de profissionais liberais, sindicatos e pelo único partido político de oposição, que era o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O Trabalho Conjunto era ainda mais amplo e formado por lideranças dos movimentos sociais, líderes de bairros periféricos, pastoral, igrejas evangélicas, sindicatos e MDB.

O regime militar prendeu, torturou, exilou, executou milhares de estudantes, intelectuais, artistas e trabalhadores brasileiros. Foi o período da política brasileira em que foi institucionalizada a grande escalada da violência contra os direitos humanos por meio da prática da edição de atos institucionais. Estes estabeleciam a legalidade da censura, da perseguição política, tortura, assassinato, desaparecimento, prisões arbitrárias, supressão total dos direitos constitucionais, repressão a todos que se manifestavam contrários ao regime, enfim, à falta absoluta de democracia.

O Estado de Exceção desse período sombrio de nossa história acabou, porém não foi ainda restaurada a plena liberdade, nem extinta a violência, que permanece até hoje, especialmente con-

tra jovens, negros e pobres. Permanece ainda a forte truculência do aparelho de Estado contra a população, os trabalhadores e os movimentos sociais.

Tem-se hoje, lamentavelmente, parlamentares e ex-lideranças que, no passado, lutaram em defesa de liberdade e justiça social, que foram presas e algumas até torturadas, que levantaram bandeiras revolucionárias de transformação da sociedade, totalmente cooptadas e corrompidas, defendendo o aperfeiçoamento das estruturas do Estado, para manutenção do “status quo”.

A violação de direitos humanos tão presente na atualidade alimenta cotidianamente o sentimento de indignação e luta.

Aos estudantes e colegas que não vivenciaram esse duro momento de forte violação dos direitos humanos, é fundamental o resgate da memória dessa história recente, para que se mantenha vivo o conhecimento da trajetória de tantos companheiros que tombaram e perderam a vida lutando em defesa da liberdade, da justiça social, da revolução, que esperamos que aconteça um dia...

Esse resgate é importante para manter vivo o espírito de indignação, resistência e luta, para que não permitamos jamais que essa história se repita, e para que possamos avançar na direção de mudanças efetivas, para uma sociedade justa.

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



A collage-style image. In the center is a black and white portrait of a woman with dark, curly hair, looking directly at the camera. To the left, several strands of black barbed wire are layered over the image. In the top right corner, there is a large, stylized white eye with a black pupil and iris, set against a black background. A large, bright red, irregular shape overlaps the right side of the woman's portrait and extends towards the bottom right. At the bottom left, the number '233' is faintly visible in a light color.

Cândida
Moreira
Magalhães



Meu nome é Candida Moreira Magalhães, nascida no dia 7 de abril de 1946, no Sítio Tipi, município de Aurora, Ceará. Tenho origem na vida rural. Meu pai foi, a vida inteira, agricultor. Perdi meu pai, Vicente Américo Magalhães, em 2010, quando ele tinha 99 anos e 8 meses de idade. Minha mãe, Valdelice Moreira Magalhães, também a perdi, em 2012, quando tinha 96 anos. Esse fato é bem recente. Apesar de já estar bem após a superação da morte de meus amados pais, fiquei muito abalada, porque eram duas pessoas muito importantes na minha vida. Eles eram a minha raiz aqui no mundo, a minha grande referência na Paraíba, porque vieram morar comigo. Então, de repente, minha filha única tinha ido para Brasília trabalhar e eu me vi muito só, depois que eles fizeram a passagem.

Então, eu fiquei até os doze anos na zona rural, estudei inicialmente a cartilha do ABC na escola em que meu avô Joca fez uma sala de aula com aqueles bancos compridos e um quadro negro. Vizinho à casa dele, ele fez uma escola, onde eu estudei inicialmente. Os bancos da escola eram tão grandes, sem encosto e altos, que as perninhas da gente ficavam penduradas. A gente, ainda quando criança, imagina como era ruim estudar naquele banco duro, sem ter nem onde encostar,

mas eu estudei a cartilha do ABC e a tabuada nessa escola. Depois que eu terminei, fui para outra escola que era no sítio mais longe – chamava Baraúnas – Maria de seu Zé Dias era o nome da professora; era dona Maria, mas era conhecida por Maria de seu Zé Dias.

Depois de muito tempo é que eu fui compreender que dona Maria estava fora do lugar, o lugar tradicional da mulher. Ela era professora, não estava na cozinha, mas, mesmo assim, ela ainda era Maria de seu Zé Dias. E aí eu fui estudar nessa escola e eu ia de jumento. Éramos eu, minha irmã Nina, meu outro irmão mais novo, Daniel, e a outra irmã, Eridan. Nós íamos os quatro de jumento para essa escola. Eu acordava às cinco horas da manhã, ia pra roça, a lembrança maravilhosa de pisar naquele capim com orvalho, o cheiro do mato. Ia pegar o jumento, aí tinha uma mochilinha em que a gente colocava o milho, pendurava no pescoço dele para ele comer, e depois dava água, e depois botava a cela e ia embora. A gente andava duas horas de jumento para chegar à escola. Saíamos ao meio-dia dia de volta, chegávamos em casa às duas horas da tarde. Então, eram quatro horas de viagem para ir e para voltar. Foi nessa escola que eu fiz o primário, que hoje é o ensino fundamental. Eu fiz até a quarta série primária e

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



aí eu fiquei muito chateada, porque a professora disse: “Olha, você já leu todos os livros, já recordou (que era história de passar de novo para sedimentar o conhecimento) e você já viu, já recordou, agora não tem mais o que fazer aqui na escola, não tem mais outra série para você. Se você quiser estudar, tem de ir para cidade”. Eu cheguei em casa e fiquei aperreando meu pai: “Eu quero estudar, eu quero estudar, papai, eu não quero parar, eu gosto tanto de estudar”. Ele disse: “Eu vou arrumar um jeito”. Aí falou com um primo que morava na cidade, era casado e tinha duas crianças, se eu podia ficar lá ajudando a mulher dele, tinha moradia e, em troca, eu podia estudar; aí eles deixaram. E meu pai levava feijão, arroz, a feira para ajudar na manutenção.

Então eu fui estudar nessa casa, eu era a babá e a doméstica, eu fazia o trabalho de limpar casa e cuidar das crianças, só não fazia comida nem lavava roupa. Em troca, eu estudava. Eu fui muito feliz, porque eu ia continuar estudando, só que veio a seca, uma seca imensa (1958). E aí foi uma dificuldade muito grande, um sofrimento muito grande para o sertanejo e meu pai disse: “minha filha, você vai ter de voltar, porque está difícil, eu não tenho mais como trazer a feira, eu não posso mais ficar aqui andando

na cidade, está muito difícil a situação e você vai ter de voltar; quando chover, você volta de novo para estudar”. E eu voltei muito triste, porque eu não queria ter interrompido de estudar. Aí voltei e fiquei quase 2 anos sem estudar. Foi um tempo de muita fome e sofrimento. Meus irmãos mais velhos, Zildo, Oriel e Bosco, trabalharam nas frentes de serviço de emergência à seca como cassacos. Em 1959, houve bom inverno e, nesse tempo, meu pai comprou um terreno e construiu uma casa e fomos morar, um irmão e duas irmãs mais novas, com minha mãe para estudarmos. Fiz nossa matrícula no Grupo Escolar Monsenhor Milanês. Em 1960, com 14 anos, passei no Exame de Admissão no Colégio Nossa Senhora de Lourdes das freiras Dorotéia, onde fiz as quatro séries do curso ginasial (de 1961 a 1964) e 1º Pedagógico com 19 anos em 1965. Nesse colégio, já comecei minha militância na JEC, no Grêmio Escolar e Associação dos Estudantes Secundaristas da Paraíba.

Crateús e São Paulo (1966-1967)

Em 1966, com 20 anos, fiz 2º pedagógico na Escola Normal Regina Pacis em Crateús (CE), onde continuei participando de Grêmio Escolar. Em dezembro de 1966, fui para São Paulo para estudar e trabalhar e, pela primeira vez, tirei meus

CANDIDA MOREIRA
MAGALHÃES



documentos (carteira profissional e título de eleitor). Em dezembro de 1966, consegui trabalho, mas não matrícula, porque teria que voltar para o primeiro pedagógico. Aqui se manifesta a discriminação mais aberrante contra o Nordeste, porque, apesar de, na minha certidão do curso, constar que era válida em todo território nacional, São Paulo não reconhecia. Preferi voltar para o Nordeste para continuar estudando e trabalhando. Em março de 1967, fui para Recife para trabalhar e estudar no Colégio São José na Avenida Conde da Boa Vista, na condição de empregada de serviços gerais. Tive que ser transferida para trabalhar e estudar em Pesqueira (PE), no Ginásio Escola Normal Santa Dorotéia, onde terminei o 3º pedagógico, com 21 anos. Nesse colégio, trabalhei na secretaria, serviço de limpeza e de copa, para pagar os estudos e

moradia. A partir daqui, fui trilhando caminhos muito longe da família. Tinha a melhor média e teria direito a uma cadeira como professora numa escola do estado de Pernambuco, se tivesse feito todo o curso pedagógico no próprio estado. Nesse período, já militava no movimento de jovens JEC e já participava de atividades das Comunidades Eclesiais de Base e fui escolhida pela turma para ir a Recife convidar Dom Helder Câmara para ser o paraninfo da turma. Durante os anos de estudos ginasiais e pedagógicos, participei da JEC Juventude Estudantil Católica, em que tive oportunidade de conhecer os problemas da sociedade brasileira e desenvolver o sentimento de responsabilidade de participar de ações que promoviam mudanças.

Depois da formatura do curso pedagógico, no dia seguinte, já viajava para

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



depoimentos



Fortaleza para fazer inscrição no vestibular de Serviço Social da Universidade Federal do Ceará (UFC). Fiz o vestibular em janeiro de 1968 e, em março, viajei para Fortaleza para matricula na Faculdade de Serviço Social. Fiquei uma semana com uma tia e, durante esses dias, fui ao diretório acadêmico dos estudantes, cujo presidente era Jose Genuíno, e me informei sobre casa para estudante, quando soube de uma na Av. Carapinima, que estava ocupada por um funcionário da UFC enquanto construía sua casa. Em conversa com o próprio funcionário, soube que estava preparando a mudança para sua casa própria.

Comecei a ver no DCE quem tinha passado no vestibular e estava sem ter onde morar e juntamos 3 mulheres sem moradia e passamos a fazer plantão com nossos pertences em frente à casa. Na hora em que o morador ia fechando a casa para sair, fomos até a ele e pegamos a chave e dissemos que seríamos

as moradoras. Colocamos nossas coisas pra dentro e, daquele dia em diante, conseguimos completar o quadro de 11 mulheres que estavam na mesma situação e fizemos lista do que precisávamos. Todo dia, após as aulas, ia para o gabinete do reitor Fernando Leite, para cobrar colchões, beliches, mesas, cadeiras, fogão, panelas, pratos, talheres, copos e tudo para a casa funcionar. Nessa mesma rua, ajudamos a ocupar mais duas casas, uma feminina e outra masculina. Morei na casa universitária durante os quatro anos do curso. Durante o 1º ano do curso de Serviço Social, com 22 anos, fiquei envolvida com todas as atividades do Centro Acadêmico Frederico Ozanan – CAFO. Em 1968, tivemos inúmeras assembleias com os movimentos sociais do campo e da cidade na Casa do Estudante Universitário (CEU), onde funcionava o restaurante que chamávamos de Bandedão. Era um espaço coberto, mas cercado com grades baixas, muito amplo e sem



25

CANDIDA MOREIRA
MAGALHÃES



depoimentos



Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)



depoimentos

divisórias. Nesse espaço, fazíamos debates, assembleias, espetáculos musicais, teatrais, literários.

A repressão começa a ficar mais intensa em 1969, e são iniciadas obras no Bandeirão, fechando o espaço, colocando bilheteria com uma única entrada e saída. Ficamos cercados literalmente e já não havia segurança para se realizar qualquer manifestação no local. Antes acontecia e, quando chegava a repressão, a gente corria, pulava as grades e fugia pelas ruas. As grandes assembleias eram no espaço externo em frente à CEU e no jardim da reitoria na Avenida da Universidade. Mesmo com repressão, fazíamos nossas reuniões, manifestações e panfletagens nos diversos bairros e no distrito industrial de Fortaleza. Saíamos sempre em pares, um homem e uma mulher, para, em casos da repressão, simular namoro, um par romântico. Fizemos, em maio de 1968, a grande passeata de protesto à morte de Edson Luis. A repressão nos pegou na Praça José de Alencar, jogando gás lacrimogêneo, baixando cassetetes em quem estivesse presente. Nessa ocasião, o preparo físico era importante, a saída era correr e se esconder. A Lei de Segurança Nacional nos considerava inimigos da pátria. Em 1969 (23 anos), lançamos uma chapa que se chamava BANDEJA, porque representávamos estudantes moradores e moradoras das casas universitárias e quem fazia refeições no Bandeirão. Fomos mais de 60 estudantes perseguidos, presos e torturados nos anos 1969 a 1972. Fui expulsa, no final de 1970 (24 anos), do estágio acadêmico no bairro do Cocó, um conjunto habitacional popular, para onde foram removidas as famílias que moravam na Praça Portugal em Fortaleza. Acusada de incitar os moradores do conjunto contra os órgãos da prefeitura e Banco Nacional de Habitação, fui proibida de ir a esse conjunto e tive a primeira prisão em 19 de setembro 1970 (24 anos) em Fortaleza. Depois de cinco dias, fui liberada. Na segunda prisão, em 28 de setembro de 1970 (fiquei 15 dias), a Polícia Federal invadiu a casa universitária onde eu morava, vasculharam o quarto onde morava com mais duas estudantes, reviraram minhas coisas e levaram todos os livros

de Educação Popular, Política, Antropologia e Psicologia Social, cadernos com planos de estágio. A repressão pensava que eram planos contra a ordem estabelecida, porque tinha datas, colaboradores e materiais que seriam utilizados; tudo ainda sem especificações. Meus discos de Geraldo Vandré, Chico Buarque (“Apesar de Você”, “Pra dizer que não falei das flores”), que tinham sido proibidos, foram apreendidos. Nessas prisões, sofri tortura psicológica e ameaças. Com dificuldades, consegui terminar o curso de Serviço Social em 1971 (25 anos), porque a professora Marta Gradivol, que me orientava com medo de ser envolvida pelos órgãos de repressão, disse que não seria mais minha orientadora. Fiquei solicitando orientadora e, depois de muito tempo, a professora Helvia Menezes se dispôs, mas já censurando textos que havia escrito na monografia. Com a cautela recomendada, escrevi a experiência e defendi em dezembro de 1971(25 anos), recebendo o certificado de graduação. Em janeiro de 1972 (26 anos), viajei para Brasília com a determinação de estudar e trabalhar. Fiz logo matrícula na Universidade de Brasília (UnB) como aluna especial no mestrado de sociologia. Passei a estudar para concurso e, em contato com o Conselho de Serviço Social para ganhar almoço e passagem, come-

cei a fazer um trabalho na secretaria. Fiz três concursos e fui aprovada em todos. O primeiro, da Associação de Crédito Rural do Distrito Federal (ACAR). Em 17 de julho de 1972, na semana de assumir o cargo de Educador Rural, fui sequestrada, quando entrava em casa, por 4 homens que já estavam dentro da sala, me colocaram capuz preto e algemas e disseram que eu ia dar umas explicações. O carro seguia em alta velocidade, não via nada e não tinha ideia para onde estava sendo levada. Eu não conhecia Brasília. Depois de longo percurso, me puxaram para fora do carro e conduziram, até que pararam e me tiraram o capuz. Vi que estava numa repartição do Exército, porque passavam muitos homens com farda. Pegaram minha bolsa, meu livro e óculos. Em seguida, me mandaram tirar a roupa, aí retruquei: como ficar sem roupa ali? Falaram que não ficasse com conversa, estavam ordenando. Tirei o vestido, aí disseram que era pra tirar tudo. Eu disse que estava menstruada e não tinha condição de ficar sem calças. Mandaram-me eu abrir a calcinha pra ver o que tinha dentro, comentando que eu poderia estar armada. Depois de identificada, entregaram o vestido e o sutiã e ordenaram que eu fosse conduzida à cela 3. Fui novamente algemada, colocaram o capuz e me puxaram até a

CANDIDA MOREIRA
MAGALHÃES



depoimentos



cela. Lá ouvi o barulho da grade sendo aberta e me empurraram pra dentro, em seguida tiraram as algemas e o capuz e vi aquele espaço mínimo, com um colchão, uma pia pequena, um cano e uma privada de cimento. Falaram: “aqui você vai ficar hospedada. Amanhã você vai dar um passeio”. Era noite e ali sentei e fiquei noite afora, em total abandono e chorei muito. Depois soube que era o Pelotão de Investigação Criminal do Exército. Os homens que invadiram o apartamento eram Integrantes do Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operação de Defesa Interna (DOI-CODI), dois órgãos que sequestravam, torturavam e fuzilavam opositores da ditadura militar, em nome da Doutrina de Segurança Nacional, que tinha como instituição formadora a Escola Superior de Guerra (ESG). Durante a ditadura, as residências de suspeitos comunistas eram violadas, entravam nas salas de aula sem qualquer cerimônia e levavam as pessoas para serem interrogadas, algumas voltavam e outras eram levadas de um estado pra outro e muitas desapareciam. Para o Pelotão de Investigação Criminal do Exército, eram levados presos políticos. Pra lá, levaram os sobreviventes da Guerrilha do Araguaia. Fui vizinha de cela de Rioko Kayano, Lúzia Reis, José Genoíno e contemporânea

de prisão de tantos com quem convivi. À noite, quando se ouvia uma grade de cela sendo aberta, já se tinha a certeza de que se escutariam gritos de dor e horror dos que eram interrogados. Essa era uma prática comum. Ninguém dormia e todos sofriam. Ninguém consegue avaliar a intensidade do sofrimento psíquico da pessoa que passa por tortura e, à noite, escuta a agonia dos que estão sendo torturados.

Durante o dia éramos levados como carga, algemados e de capuz, para salas do Ministério do Exército na Esplanada. Os agentes da repressão jogavam uns sobre os outros de olhos vendados e algemados e ainda diziam ironias: “aproveitem”. Sentíamos a respiração ofegante e medo do terror ao qual íamos ser submetidos. Foram 90 dias incomunicáveis, sendo torturada com choque elétrico nos seios e na vagina, afogamento (a cabeça era mergulhada num tanque e empurrada pra baixo, até eles sentirem que a pessoa estava praticamente afogada, aí puxavam pelos cabelos), telefone (uma técnica que batia forte com as duas mãos nos ouvidos deixando a pessoa atordoada), ameaças de ser estuprada, de ser jogada no lago Paranoá e moralmente atacada, por dizerem que eu era amante do Dom Fragoso, bispo da cidade de Crateús, onde meus pais moravam, e de Manoel e

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



Machado, ambos estudantes universitários meus amigos, que sofreram prisão e torturas em Fortaleza no mesmo período.

As mulheres com atuação política eram tratadas como amantes dos políticos de esquerda. Durante esses dias, era torturada até perder a consciência, quando eles me levavam para a cela desmaiada. Quando a consciência voltava, via os machucados nos braços, no corpo. Sentia a sensação de uma fraqueza geral, uma mente longe, lenta no raciocínio. Era uma sensação de quase morte. Tinha dias em que eu acreditava que não voltaria viva. Durante a prisão, o presidente do Conselho de Serviço Social, João Sales de Abreu, foi me visitar, mas não permitiram que ele me visse nem algumas comidas que ele me levou foram entregues. Não tinha mais ninguém que intercedesse por mim.

Em outubro de 1972, fui recambiada para Fortaleza, junto com mais 29 presos homens, estudantes e professores da universidade, com quem convi-

vi; e eu, única mulher, todos proibidos de se comunicarem uns com os outros e algemados. Chegando à Base Militar em Fortaleza, os homens foram encaminhados para o quartel do exército e eu fui para uma cela na Polícia Federal. Depois de uma semana lá, quando saía de uma audiência na sala do delegado, encontrei no corredor duas advogadas que eu conhecia. Foram visitar os presos políticos que já eram seus clientes, e aí me perguntaram se eu estava ali e se aproximaram, passaram uma procuração para eu assinar e afirmaram que iam procurar alguém da minha família e pedir relaxamento da minha prisão. Essa era sempre a prática de advogados/as que defendiam presos políticos, porque sabiam das prisões arbitrárias e do sofrimento de torturas. Meu respeito e homenagem a duas grandes advogadas que tiveram a grandeza e generosidade de defender a mim e milhares de presos políticos do Ceará sem receber

CANDIDA MOREIRA
MAGALHÃES



depoimentos



um tostão: Vanda Rita Sidou - OAB/464 Ceará - e Mary Rodrigues Santabay - OAB/2132 Ceará.

Depois de um mês, no final da tarde, me libertaram. Saí da cela, me senti numa calçada a poucos metros da Polícia Federal e chorei tudo que podia por todo esse tempo. Não conseguia calcular a minha dor física e emocional. Uma vida devastada. Meus projetos de trabalho, de estudo, tudo destruído por uma irracional ideologia de Segurança Nacional, que prendeu, torturou e matou tantos jovens da geração dos anos 1950, 1960 e 1970. Uma geração que pensava um Brasil com educação de qualidade voltada para sua população, sua cultura. Depois de muito chorar, uma senhora que me viu, chegou perto e perguntou como podia me ajudar. Aí falei que precisava de uma passagem para pegar um ônibus e encontrar com uma tia, Nininha, que morava no bairro Barra do Ceará. Nessa casa, passei uma noite sem poder contar nada do que aconteceu comigo, porque seria convidada a sair, pois havia pavor de ser confundida com comunista. A tia me emprestou

o dinheiro para pagar a passagem para casa dos meus pais em Crateús. As pessoas tinham muito medo de encontrar e se aproximar de ex-presos políticos, porque temiam ser envolvidos pela polícia. Era comum colega ou familiares mudarem de calçadas quando me encontravam nas ruas, temendo serem atingidos pela repressão. Passamos por situações semelhantes aos portadores de doença contagiosa, ninguém queria aproximação, por medo da prisão para averiguar e tortura.

Nesse mesmo ano, me dirigi à Auditoria Militar de Fortaleza e pedi autorização para viajar para o Rio de Janeiro e recomençar minha vida de forma muito difícil, porque, com ficha de ex-presos político, nenhuma empresa queria empregar uma pessoa. Nos dois últimos meses de 1972, fiz uma pesquisa para o pároco da Paróquia de Osvaldo Cruz/Rio. No primeiro semestre de 1973, trabalhei no Colégio Imaculado Coração de Maria no Méier (Rio de Janeiro) e as freiras, sabendo que era ex-presos, já não me aceitavam. No segundo semestre desse mesmo ano, fiz uma seleção para o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



(IBRADES) e fui selecionada, com direito a uma bolsa de estudo para fazer o curso Realidade Nacional e Desenvolvimento em regime de tempo integral.

Em 12 de dezembro de 1973 (27 anos), fui julgada pela Auditoria Militar de Fortaleza e absolvida das acusações. No final de 1973 (27 anos), fiz concurso para FUNABEM no Rio, mas a vaga era para Vitória (ES). Trabalhei na Fundação Espírito-santense do Bem Estar do Menor, no Programa de Recreação e Aprendizagem de Menores. Toda pessoa ex-presa política era monitorada onde se encontrasse. Por diversas vezes, agentes da repressão iam ao meu trabalho, falavam com a chefia para me vender livros. No sentido de provocar, mostrava aqueles que estavam proibidos e interrogavam sobre palestras que eu fazia nas comunidades. Por mais que se tentasse viver uma vida normal, a pessoa era sempre colocada sob suspeita.

Em 1973 (27 anos), fiz concurso publico para o INPS (atual INSS) em Vitória, onde trabalhei, depois pedi transferência para o Rio de Janeiro. Em 1980, entrei para o curso de Direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), período que senti o peso da ditadura na vida acadêmica. Direito positivo, nada de crítica e silêncio total sobre o arbítrio, as violações de direitos fundamentais. A vida dos estudantes guardava uma distância e uma diferença imensa dos anos 1960, quando havia grandes debates sobre a sociedade brasileira. O medo de falar algo que não fosse considerado normal era presente na vida dos estudantes em geral. A convivência era pobre, nada de cultura como cinema de arte, teatro, literatura.

Em 1983 (com 37 anos), fui transferida para João Pessoa (PB), para trabalhar em postos de atendimento da Superintendência do INSS. Em João Pessoa, me envolvi com a Associação Paraibana dos Assistentes Sociais (APAS). Assumi uma gestão e lutamos para transformar em Sindicato dos Assistentes Sociais da Paraíba. Posteriormente para ser extinta, porque, com a política sindical por ramo de atividade, defendíamos que assistentes sociais se filiassem aos sindicatos do ramo de atividade em que



CÂNDIDA MOREIRA
MAGALHÃES



depoimentos



atuavam. Passei a fazer parte da categoria de trabalhadores da previdência e saúde e me filiei ao Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde Trabalho e Previdência do Estado da Paraíba (Sindsprev-PB) e fiz parte da diretoria colegiada, sendo responsável pela secretaria de comunicação. Nesse período, fiz parte da Secretaria da Mulher da CUT estadual (Central Única dos Trabalhadores). Participava de processos de formação sobre o feminismo e também fiz formação para grupo de mulheres do campo e cidade.

Em 1986, com 40 anos, comecei o mestrado em Ciências Sociais na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e aprendi a dirigir num fusca azul que se chamava Pestana, porque só vivia batido.

No ano seguinte, houve o nascimento (5 de junho) de minha única filha, Giuliane, meu grande amor que me faz festejar a vida a cada dia, como as flores embelezam a beira dos caminhos.

Em 1991, defendi a dissertação de mestrado – Varredoras e Varridas: Condenadas da Precisão – (Trajetória de Vidas das Mulheres da Varrição de João Pessoa, tendo como orientadora a professora doutora em Antropologia Lourdes Maria Bandeira e duas co-orientadoras: Rosa Maria Godoy Silveira, doutora em História e Ele-

onora Menicucci de Oliveira, doutora em Ciência Política – aprovada com distinção.

Durante o governo Collor de Melo, em 1995 (51 anos), pedi aposentadoria proporcional, por motivo de perseguição dentro do trabalho e período de ampla desestruturação de órgãos públicos, com reformas administrativas, enxugamento da máquina pública, desregulamentação de direitos sociais e trabalhistas – o caminho construído para a política neoliberal.

Entre os anos de 1994 e 2001, fui professora visitante do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em Campina Grande e coordenadora do Grupo Flor e Flor Estudos de Gênero. Durante esse período, realizamos trabalho de extensão e pesquisa nos presídios de Campina Grande, tanto no masculino quanto no feminino.

Em 2001, passo a ser advogada educadora da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves em João Pessoa, estando responsável

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)



depoimentos



inicialmente pelo curso de formação de Juristas Populares e, a partir de 2003, assessoria à Rede de Juristas Populares.

Entre 2004 e 2008, fui assessora jurídica da Cunhã (Coletivo Feminista), com participação em acompanhamentos a grupos de mulheres e formação em Educação Feminista Popular. Em 2005, após pesquisa realizada pelas amigas Gorette Lucena e Solange Norjosa junto ao Arquivo Edgard Leuenronth, Centro de Pesquisa e Documentação Social, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (Unicamp), encontraram o meu processo e foi possível requerer e receber a Certidão de Anistia Política em Julgamento da Comissão de Anistia Primeira Câmara em 30 de junho de 2005 em Brasília.

Recebi indenização, mas sem considerar o direito de retomar o trabalho na ACAR, hoje Emater Distrito Federal, por falta de documentos que comprovem. O Estado, nesse período, passa por reformas e o Brasil e instituições públicas não

se preocupavam com a memória histórica. O resgate da memória fica mais ligado aos movimentos de resistência e, até serem consolidados os direitos, há muita demora. Mesmo com a indenização, a vida teve projetos interrompidos, que não são mais possíveis de retomar. A vida vira de cabeça pra baixo e retomar um curso normal leva um tempo social, histórico e psicológico, permeado por avanços, paradas, retrocessos e retomadas. Todo sofrimento vivido na prisão, submetida a torturas, é não indenizável. As sequelas são irreparáveis.

Em 2008, com o valor da indenização, viajei com minha filha para o Chile, Argentina, Uruguai e Peru, onde resgatamos o sentido da articulação da América Latina, o sentimento de sermos um continente com afinidades, cultura e história de ditaduras e lutas de resistência.

De 2009 a 2011, atuei no Programa Estadual da Mulher, depois transformado em Secretaria de Estado da Mulher – Eixo de Enfrentamento a Violência contra a Mulher.



CÂNDIDA MOREIRA
MAGALHÃES



depoimentos



Em 2010 há o falecimento do meu pai, com 99 anos e 8 meses, e que, nos anos de repressão, com mais de 80 anos, chegou a ser intimado a depor no 4º Batalhão de Engenharia e Construção, porque as filhas Cândida, Eridan, Maria do Socorro e o filho João Américo foram presos políticos nos anos 1969/1972.

De 2011 a 2013 marca o período em que atuo na Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana – Gerência de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e acompanhamento à Casa Abrigo do Estado da Paraíba. No ano de 2012, Falecimento da minha mãe em 25 de maio e o sentimento profundo de orfandade.

Em 2013, Encontro-me em Brasília com minha filha que mora e trabalha aqui. Por incrível ironia, por ela, estou reconhecendo Brasília com olhar de quem recomeçou caminhos e, com muita luta, tenta superar as sequelas que marcaram meu corpo e subjetividade.

Esse retorno a Brasília tem uma marca de alegria, porque hoje podemos celebrar a democracia e o país que teve como presidente um trabalhador. E hoje, uma presidenta, ambos com história de luta e defesa dos valores democráticos e dos direitos fundamentais de cidadania do povo brasileiro.

Minhas travessias na vida pelo Ceará, Pernambuco, Brasília, Espírito Santo, Rio e, por fim, João Pessoa, onde moro. Acho que a gente vai se transformando ao longo desse tempo de militância e de passagem por todos esses lugares. Primeiro, eu não saí do Nordeste por uma opção, por querer sair do Nordeste, eu gosto demais do Nordeste, mas foram as contingências. Por exemplo, lá em Fortaleza, eu era conhecida nos lugares em que eu ia trabalhar, eu ia ser coordenada sob chefia de pessoas que me perseguiram durante todo o período de estudo dentro da universidade, nos campos de

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



estágios; então, eu não teria espaço de trabalho. Fui embora, então voltei por conta da prisão, de ter perdido todos os meus pertences, até roupas. Não recuperei mais nada. A repressão destruía e desaparecia com todos os objetos de presos e presas. Sem esses acontecimentos, eu teria ficado em Brasília nos anos 1970 fazendo o mestrado, doutorado. Com certeza, teria trabalhado na Emater. Com o doutorado, com certeza seria hoje professora da UnB. Foi uma trajetória toda interrompida e aí você volta, começa tudo do zero. Morei em muitos lugares, mas sempre na militância, nunca desisti, sempre aproximada da luta pelos direitos das mulheres. Depois venho para o Rio e continuo nessa mesma história. Fui do Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro, fui do Núcleo do PT (Partido dos Trabalhadores) no Catete.

Em termos profissionais, eu fui muito afetada, eu tive muitos prejuízos. Em termos pessoais, do ponto de vista da tranquilidade, da saúde, tudo isso, sua subjetividade é atingida profundamente. Passar por uma prisão, passar por tortura, tudo isso lhe prejudica profundamente, porque ficam sequelas da memória, fobia para trancar a porta. Eu botava uma cadeira escorando a porta, nunca tranquei. Durante as torturas, eu gritava: “Assassinos!”. Eles botavam um

Eu acho que superar, a gente não supera. Eu mudei bastante. Hoje, eu tenho também essas marcas que não tinha antes, eu não tinha medo, eu era destemida. E hoje eu tenho alguns medos. Eu tenho medo de violência, a multidão hoje já me deixa meio assustada. Quando vou para as manifestações, eu não quero ficar no miolo, no meio, eu fico sempre de um jeito que eu possa correr, que eu possa sair.

pano dentro da minha boca, me entupia, eu morria quase sufocada. Muitas noites eu acordo, ainda com aquela situação de uma coisa que me sufoca. Seu corpo registra, é o livro da sua vida, ele registra tudo o que é prazeroso e o que também maltrata.

Eu acho que superar, a gente não supera. Eu mudei bastante. Hoje, eu tenho também essas marcas que não tinha antes, eu não tinha medo, eu era destemida. E hoje eu tenho alguns medos. Eu tenho medo de multidão, que já me deixa meio assustada. Quando vou para as manifestações, eu não quero ficar no miolo, no meio, eu fico sempre de um jeito que eu possa correr, que eu possa sair. Então, tem um bocado de histórias que você muda, mas, com relação à luta feminista, eu cada dia me afirmo, eu

CANDIDA MOREIRA
MAGALHÃES



depoimentos

cada dia vejo que toda essa trajetória valeu a pena, que eu vejo hoje o conjunto das mulheres no mundo, no Brasil, todas assumindo um papel, tendo atitudes diante da vida, mulheres que hoje conseguem superar a violência. Tem umas que, às vezes encobrem e chegam a morrer, mas umas são corajosas, enfrentam. Então, até hoje está valendo a pena toda essa luta. Eu me lembro de que, quando eu me metia nas lutas, eu me metia com muita coragem, com muita certeza, com muita determinação. E aí a gente vai amadurecendo nessa história e a gente se mete, mas se mete com incertezas também, porque todo o contexto, toda a vida é marcada por incertezas.

A gente tem o projeto, a gente luta em direção a ele, mas não é com essa certeza, acho que também era um pouco de ingenuidade. A gente tinha uma pureza, acreditava muito nas pessoas, nos processos, mas não é muito assim, a vida vai ensinando que tem os retrocessos, que tem as deformações principalmente na política.

Eu acho que o que a gente enfrentou e lutou. Esses frutos, a geração de hoje já colheu. Eu acho que a gente abriu muitos caminhos, isso faz parte do processo histórico e da vida, porque só tem sentido se houver luta.

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)





Iza Guerra Labelle

Por ter sido julgado necessário ao interesse da Justiça, de acôrdo com o que preceitua o Art. 149 do Código de Justiça Militar, foi solicitada, pelos ofícios de fls. 103, 93 e 80, a prisão preventiva dos indiciados abaixo mencionados, prisões essas decretadas pelos documentos de fls. 133 e 137:

a) IZA QUINTANS GUERRA

A minha família é natural da região do Cariri. Tanto os Guerra quanto os Braz e os Quintans, como a grande maioria dos habitantes, eram fazendeiros de porte médio e se ocupavam com a plantação de algodão, lavagem de bovinos e caprinos e lavoura de sobrevivência. Meus pais, Adalberto de Alcântara Guerra, funcionário público estadual, e minha mãe, Ana Braz Quintans, costureira, casaram-se em Monteiro (PB) em 1937, ele com 21 anos e ela, 20 anos. Em 1947, mudaram-se para Campina Grande (PB), em busca de melhores condições econômicas, com seus três filhos pequenos: minha irmã Albânia, então com 10 anos, eu com 9 anos e meu irmão Vespaziano, com 5 anos. Por trabalharem os dois, e visando a uma melhor educação para as filhas, nós, as meninas, ficamos internas no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, que atendia as filhas das famílias da região que dispunham de um pouco mais de recursos e tinham por missão transformar sertanejas do mundo rural em moças de fino trato, segundo os padrões franceses - nos ensinam etiqueta, postura, forma de andar, falar, sentar-se, servir-se à mesa e noções de arte, pintura, música. Eu detestava as normas, mas, mais tarde, nas minhas andanças pelo mundo, lhes agradei pelos seus esforços.

Passávamos as férias com nossos pais em Campina Grande e, durante os longos meses de estudo, tínhamos assistência dos avós paternos, Vespaziano e Maria Leopoldina (ambos descendentes de portugueses) e as três tias ainda solteiras - Antonia, Alzira, Otacília - residentes em Monteiro. E da família materna: avó Severina Leopoldina Quintães Braz, viúva de Lucindo Quintães (ambos de origem espanhola /holandesa), morando com os cinco filhos homens, jovens e solteiros na Jurema, pequena fazenda, localizada em Sumé, município vizinho. A vida livre no campo, brincando de trabalhar com os tios nos roçados, me fez respeitar os camponeses e desenvolver o gosto pela liberdade, tão oposta à rigidez da vida no colégio com normas, obrigações, deveres.

À medida que terminávamos o curso ginásial, as meninas saíam do colégio, voltavam para as famílias.

Fomos fazer o curso científico em Campina Grande, minha irmã se preparava para medicina e eu, engenharia, para grande desespero da família, por não ser uma profissão correta para moças; deveria fazer literatura.

Durante os anos 1950, vivendo no Cariri, conheci o drama da pobreza e fome dos retirantes, obrigados a deixarem seus lugares e partirem para o sul do país, em busca de trabalho.

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



Quero resolver os problemas do nordeste, construir pontes, canais, estradas...

Incentivada por meu pai, um grande leitor, leio Raquel de Queiroz, José Américo de Almeida, Graciliano Ramos, descubro o Nordeste.

Quero fazer algo maior, lutar contra a fome e a miséria.

Entro na Ação Católica, movimento criado pela Igreja Católica, com uma grande visão social. Descubro o Serviço Social, uma nova profissão, por meio do reitor do Seminário de João Pessoa, assistente da Ação Católica. Opto pela profissão, para desencanto da família e dos professores, por ter escolhido “uma profissão menor, trabalhando numa coisa que ninguém sabe o que é!”.

Apesar dos protestos, vou para João Pessoa, capital do estado, procuro trabalho, faço concurso para o DNERU, onde sou contratada como agente sanitária. Junto dinheiro e me preparo para o futuro.

Em 1959, faço vestibular, sou aprovada. Como trote, devo fazer um discurso sobre a situação do país, me saio bem; marco posição política. A igreja investe em mim, me integro à Juventude Universitária Católica (JUC) e, com seu apoio, sou eleita vice-presidente da UEE. Deixo o trabalho e começo a fazer cursos de formação: em Pernambuco,

Minas Gerais, São Paulo, sob orientação dos padres Henrique Vaz (filósofo), Almeri Bezerra, Sena, Romeu Dale (assistentes de JUC). Entro em contato com os marxistas Paulo Pontes, Adalberto Barreto e estudo Marx com o núcleo de marxistas da Paraíba. Passo a integrar um grupo de intelectuais do Clube da poesia, formado pelos poetas Virgínio da Gama Melo, Vanildo Brito, Jose Bezerra. Leio Mounier, Jacques Maritain, Simone de Beauvoir, Sartre. Pouco a pouco, vou formando minha visão da história, do papel do homem na história, da necessidade de as mulheres serem reconhecidas por seu justo valor, a descoberta do homem como ser histórico, o conceito de consciência histórica e da necessidade de uma ética social para orientar a atuação política.

As dificuldades com a Igreja Católica se acentuam e desbordam na visão da profissão. Aproximo-me cada vez mais da visão socialista da sociedade e das suas soluções propostas.

Com o movimento político liderado pelos militares que não aceitam a posse de João Goulart como presidente do país, os estudantes universitários, sob liderança da União Nacional dos Estudantes (UNE), juntamente com o governador da Paraíba, nos integramos à cadeia da legalidade, encabeçada por

IZA GUERRA LABELLE



depoimentos



Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul. Assumo a presidência da UEE, devido à renúncia do presidente, e assim consolido minha liderança no movimento estudantil. Sou procurada pelo exercício, passo um tempo na clandestinidade, sob amparo de amigos da minha família, e regresso à faculdade depois da posse de Jango. Continuo na UEE, responsável pela Diretoria Cultural, trabalhando em projetos com Paulo Pontes.

O grupo de JUC no qual estava inserida, assim como a Juventude Comunista, compreendemos que nosso trabalho tanto pedagógico (estágios) como político necessitava dar um salto qualitativo.

Ouvimos falar do programa de alfabetização criado pelo professor Paulo Freire, da Universidade de Recife, com experiência piloto no Rio Grande do Norte. Decidimos, um grupo de alunos da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Paraíba, seguir o curso, aprender o método e, em seguida, implantar a experiência na Paraíba.

Com apoio material do governador Pedro Godim, da Associação Paraibana de Imprensa (API), do Clube da Poesia e de militantes católicos e marxistas, e com assistência técnico-pedagógica de Paulo Freire e Pierre Furter (pedagogo suíço), professores da Faculdade de Educação e Filosofia UFPB, criamos a Comissão de

Educação Popular (Ceplar), que desenvolveu um excelente trabalho de pesquisa, alfabetização, educação e cultura em diversos bairros de João Pessoa.

Desenvolvi meu estágio curricular no bairro de Varjão, seguindo a linha da Ceplar, e passei a alfabetizar, nos finais de semana e feriados, os camponeses adultos organizados e membros da Liga Camponesa de Sapé. Neste trabalho, tivemos o apoio do advogado Francisco Julião, fundador das ligas, e do líder camponês Pedro Teixeira. Com o golpe militar, o trabalho foi encerrado e diversos participantes presos e líderes camponeses assassinados.

Neste período, eu já residia no Rio de Janeiro, membro da Comissão Nacional de Cultura Popular.

Em setembro de 1963, sendo Miguel Arraes governador de Pernambuco, foi realizado, em Recife, o 1º Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, organizado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), tendo como ministro o professor Paulo de Tarso. Como resultado, foi criada uma Comissão Nacional de Cultura Popular, composta por representantes de diversas regiões do país: Osmar Fávero, Cosme Alves, Tereza Aragão, Ferreira Gular, Luiz Alberto Gomes de Souza, Paulo Pontes e eu. Todos nos deslocamos para

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



o Rio e passamos a trabalhar integrados ao MEC. Éramos responsáveis por desenvolver um trabalho de conscientização em todo o território nacional, em complementação ao Programa Nacional de Alfabetização.

Em dezembro, com a conclusão oficial do curso de Serviço Social, fui contratada pelo MEC, ao mesmo tempo em que desenvolvia o trabalho político.

Ação Política: criação do movimento político Ação Popular

A relação de militantes da Ação Católica, sobretudo os universitários militantes nos movimentos operários e camponeses, se deteriora, as divergências se acentuam, tornando-se impossível, para parte da JUC, continuar integrada à hierarquia da igreja.

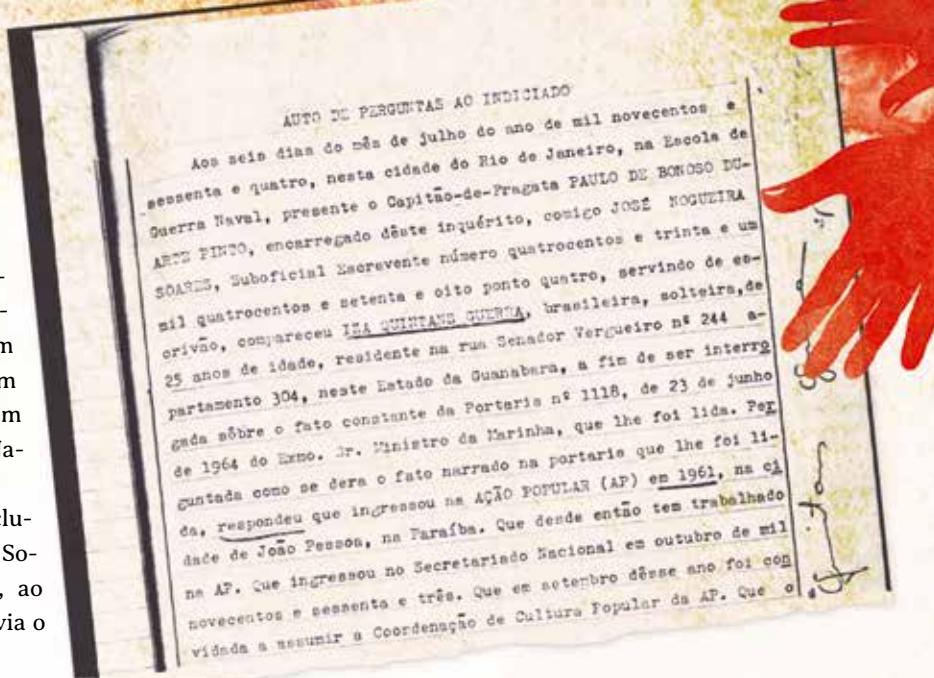
Em um encontro realizado entre 31 de maio e 3 de junho de 1962, em Belo Horizonte (MG), um grupo de cem jovens profissionais, universitários, jornalistas, provenientes de várias partes do país, criou um movimento, Ação Popular, que, na introdução do Documento-Base, explica: “a Ação Popular é a expressão de uma geração que traduz em ação revolucionária as opções fundamentais que assumiu como resposta

ao desafio da nossa realidade e como recorrente de uma análise realista do processo social brasileiro na hora histórica que nos é dado viver”.

Foram escolhidos como membros do Comitê Central e Secretariado Nacional, entre outros: Betinho (Herbert de Souza), Aldo Arantes, Vinicius Caldeira Brant, Maria Angélica Trindade, Cosme Alves, Luiz Alberto Gomez de Souza, Helgio Trindade, Duarte Pacheco Pereira, Angélica Duro, Haroldo Lima, Jair Ferreira e eu.

A AP cresceu no meio dos jovens, em todas as regiões do país, sobretudo nas capitais, mas o golpe militar de 1964 a encontrou em pleno movimento de crescimento e consolidação, mas despreparado para enfrentar a dura repressão.

Madrugada de 30 de março, deflagrado o golpe militar, muitos de meus



IZA GUERRA LABELLE



depoimentos



companheiros passam para a clandestinidade ou pedem asilo político em embaixadas e consulados. Penso que não sou conhecida e articulo as saídas dos companheiros, mas sou informada de que existe ordem de prisão contra mim. Entro na clandestinidade e começo a fugir em direção ao Uruguai, sou presa no Rio Grande do Sul, por agentes do Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e trazida para a sede do Serviço Secreto na Praça Mauá, começa o meu périplo!

Fui demitida do MEC em 1º de abril de 1964, por meio de ação de IPM do cargo de membro da equipe de coordenação do Programa Nacional de Alfabetização (PNA). Posteriormente, presa no Rio de Janeiro entre maio de 1964 e março de 1965, sendo no Centro de Informações da Marinha-Cenimar (maio - junho de 1964); no Departamento de Ordem Política Social (DOPS) e delegacia/presídio do Alto da Boa Vista (julho - dezembro de 1964) e Complexo de Bangu, presídio feminino Talavera Bruce (janeiro - março de 1965).

Após a prisão, fui para o exílio de novembro de 1965 a dezembro de 1977, passando por diversos países: México, Chile, Canadá, Costa Rica. Acabei condenada, à revelia (1967), a 5 anos em julgamento pelo Superior Tribunal Militar. Posteriormente, por ação do advogado, a pena foi

transformada em 2 anos e, prescrita, de acordo com a lei, em novembro de 1977.

No Canadá, me foi negado, por parte da embaixada brasileira, registro brasileiro ao meu filho Jair. Situação legalizada em 1980, por ação impetrada por Marcelo Lavenère, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Também sofri a perda da nacionalidade brasileira, por ação de Marco Maciel, então governador de Pernambuco. Motivo alegado: ter obtido a nacionalidade canadense. Nacionalidade recuperada em 17 de outubro de 1985, por interfe-reência do governador Leonel Brizola.

Dentre as denúncias que realizei: durante o longo período da ditadura, não cansei de denunciar o arbítrio/perseguições/torturas (Jornal Correio da Manhã); livro Torturas e Torturados, de Marcio Moreira Alves, 1ª edição, 1964, apreendida pelo SNI; Centro Intercultural de Formação (Cidoc) - dirigido por Ivan Illich e Yvan Labelle, Cuernavaca/México; Organização dos Exilados no Chile; Comitê de apoio ao Brasil-Carrefour Internacional - Montreal, Canadá; diversas organizações internacionais.

Durante todo o período de prisão, por meio de meus advogados do escritório Sobral Pinto, Osvaldo Mendonça e Marcelo Cerqueira, constantemente foram feitas denúncias públicas e soli-

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



depoimentos

citação de habeas corpus, mudança de sentença, comutação da pena.

Ao regressar ao Brasil em 1977, solicitamos reintegração ao MEC, aposentadoria, reparação pública, nacionalidade de meu filho, recuperação da minha nacionalidade brasileira e todas atendidas.

Reparações

MEC: concedida anistia em 23 de março de 1994, com reintegração como assistente social no quadro de funcionários do MEC; aposentadoria como assistente social do quadro do MEC em 16 de março de 1995; "Perdão do Estado" - carta do governo do estado do Rio de Janeiro e indenização simbólica em 27 de abril de 2011.

As perseguições, prisões, exílio, mudaram completamente minha vida. Refiz os estudos: Planejamento Social e Econômico na Escolatina em Santiago do Chile; Sociologia com pós-graduação em Antropologia na Universidade de Laval no Quebec (Canadá).

Aprofundei minha atuação profissional no universo da educação popular: Programa de Alfabetização de Adultos, segundo o método Paulo Freire, dirigido aos imigrantes portugueses no Quebec (experiências nas cidades de Cap Rouge e Montreal); alfabetização dos camponeses chilenos integrados ao Programa de Reforma Agrária do Chile, durante o governo Eduardo Frei (1966), e dos índios

2º) - IZA QUINTANS GUERRA, COSME ALVES FERREIRA NETTO, ALEXANDRE DE AMARAL REZENDE, MARCELO PAIVA DE ABREU e BOAVENTURA MENDONÇA D'AVILA FILHO, por promoverem a fuga de JOSÉ ANSELMO DOS SANTOS auxiliando-o, portanto, a subtrair-se da ação das autoridades, praticaram delitos previstos nos Artigos 155 e 260 do Código Penal Militar sendo que IZA e COSME por saberem que se tratava de desertor infligiram, também, o Artigo 169 do Código Penal Militar.

IZA GUERRA LABELLE





Conheci pessoas / militantes /
amigos / companheiros; viajei
vales e montes, reencontrei minha
família nordestina, me senti
membro da grande família humana
que sonha e luta por um mundo
melhor, justo, solidário, ético,
onde todos os seres humanos,
independente da etnia, gênero,
religião, filosofia, tenham o
direito de ser livres e
reconhecidos como iguais.

mapuches, no governo Allende, com assessoria da FLACSO (1973).

Também atuei com a formação de professores em programas financiados pela Unesco, organizações de mulheres.

Outra vertente de atuação que tive: a Informação Internacional. Juntos, um grupo de exilados e imigrantes de diversos países, criamos a ONG Carrefour Internacional, com difusão de informações, denúncias de governos totalitários e perseguição aos opositores e apoio aos exilados do Brasil, Chile, demais países da América Latina, Palestina, África do Sul, atuações contra as Guerras do Vietnã, Angola, Guiné Bissau, Moçambique.

No retorno ao Brasil, com um grupo de oposição à ditadura, participei da criação do Centro de Cultura Luiz Freire, no cargo de diretora, em Olinda (PE); assessora administrativa da Casa da Criança, cofundadora, com Daura Lucia, da Casa da Mulher do Nordeste, Pernambuco (1978-1983).

Também atuei, no governo Leonel Brizola, a convite de Darcy Ribeiro (1984-1986), como assessora da assembleia legislativa.

Em um retorno às origens, fui professora-assistente da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), concursada (1989-2008); participei da administração da escola na implantação do curso noturno, do qual fui diretora e, posteriormente, vice-decana e superintendente da Decania, no campus da Praia Vermelha.

Ao longo deste longo período, minha vida pessoal, assim como o engajamento militante, foi sendo criada de acordo com as circunstâncias, mantendo a fidelidade aos princípios políticos, éticos, afetivos. Tive tempo de amar, casei (Yvan e eu temos mais 50 anos de casados), tivemos um filho, Jair Emile, que casou com Rosa Peralta, de El Salvador, e também duas lindas meninas Julia e Marina, alegria da pequena e grande família. Conheci pessoas/militantes/amigos/

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



companheiros; viajei vales e montes, reencontrei minha família nordestina, me senti membro da grande família humana que sonha e luta por um mundo melhor, justo, solidário, ético, onde todos os seres humanos, independente da etnia, gênero, religião, filosofia, tenham o direito de ser livres e reconhecidos como iguais.

O Serviço Social me ajudou, ao longo deste grande caminho a entender o sofrimento, a dor, a equidade, a fraternidade, mas também a alegria das pequenas/grandes vitórias.

Sou grata ao universo, que, em condições tão difíceis, me fez ter a sabedoria e sorte de escolher o lado bom da vida e viver parte do meu sonho de juventude.

Foi e está sendo uma boa vida.

Como disse Violeta Parra – “Gracias a la vida que me ha dado tanto”.

**GRACIAS A LA VIDA
QUE ME HA DADO
TANTO**



IZA GUERRA LABELLE





Joaquina
Barata
Teixeira

Não se pode compreender o Serviço Social em tempos de ditadura, sem que se mencione, ainda que de forma breve, o período anterior, entre 1960 e 1963, em que muitos de vocês ainda não haviam nascido, mas eu sim e era estudante de Serviço Social. Essa lembrança nos ajuda a entender e contextualizar o regime de arbítrio como parte de uma luta que envolveu poderosas forças sociais e políticas nacionais e internacionais, oriundas da luta de classes que se travava e ainda se trava no mundo, contrariando uma socióloga que ouvi em Brasília recentemente, que afirmou não se poder mais atribuir aos embates políticos atuais a leitura da luta de classes. Insisto que essa luta continua e alcançou formas de se esconder, de enganar até segmentos das ciências sociais contemporâneas.

O período anterior à ditadura (e eu vivi nele e tenho gratas lembranças da época) foi, no Brasil, cenário de um maravilhoso, intenso e ascendente processo cultural, em que destaco dois aspectos: a) A acelerada produção artística, cultural e acadêmica em todos os campos: no campo das artes plásticas, a exemplo de Tarsila do Amaral, que morreu em 1937; Cândido Portinari, morto em 1962; Di Cavalcante, em 1976. No campo da literatura: Jorge Amado (2001);

Érico Veríssimo (1975); da música: Tom Jobim, Vinícius de Moraes, João Gilberto; da arquitetura, um Oscar Niemeyer; b) A intensa politização, mobilização e luta apaixonada, envolvendo estudantes e sindicatos no mundo inteiro, na América Latina e no Brasil, ante a expansão e extraordinária sedução, na época, do ideário socialista e/ou comunista como possibilidade concreta de transformação econômica, social e cultural. Época da Revolução Cubana e das lutas de Che Guevara na América Latina.

Tal conjuntura reverberou no já então curso de Serviço social, no início da década de 1960. No Pará, envolvia, sobretudo, estudantes, mais do que professores.

Por isso é que, no Serviço Social da Amazônia, a reconceitualização entrou pelo movimento estudantil e não pelo movimento docente. Os estudantes protagonizaram as primeiras manifestações de contestação às teorias conservadoras que se ensinavam nas escolas de Serviço Social, cujas formulações expressavam, sem nenhum subterfúgio, o pensamento da classe dominante da época, para quem os pobres, os desempregados e os desvalidos eram “desajustados”, daí que propunham o trabalho social como “ajustamento”, com todas as suas variantes conceituais, desde as formuladas

JOAQUINA BARATA
TEIXEIRA





por Thomaz de Aquino até as emanadas dos EUA, de Gordon Hamilton.

A ALAETS e o CELATS, organizações depois extintas, eram formadoras do pensamento acadêmico na América Latina e difundiam um Serviço Social reconceituado. Debates e conflitos eram frequentes entre estudantes e professores de Serviço Social. Eu mesma fui expulsa de uma aula de Serviço Social de Grupo em 1961, porque contestei o conteúdo positivista da disciplina.

Segmentos de estudantes de Serviço Social de Belém participavam de todas as atividades da então União Acadêmica Paraense (UAP) e da União Nacional dos Estudantes (UNE). A referência das lideranças era a luta pelo comunismo, ainda que, na época, fundados em uma superficial e insuficiente teoria revolucionária, principalmente baseados em uma leitura de segunda mão, com honrosas exceções.

Fui presidente do Diretório Acadêmico de Serviço Social entre 1960 e 1961. As colegas Almerinda Palha Freire e Yolanda Shirley foram vice-presidente e secretária, respectivamente. Ficávamos na UAP (que funcionava na Av. Gov. José Malcher em Belém – depois invadida e interdita pela ditadura), até de madrugada, todos os dias, discutindo política estudantil. Eu nem dormia mais em casa (só uma vez por semana).

Vale registrar o nome de companheiras e companheiros protagonistas desse processo naquele momento. Além de Almerinda Palha Freire (já falecida), Maria de Lourdes Couceiro Simões, José Augusto Ponte de Moraes, Yolanda Shirley Cunha. O que tinha inserção na diretoria da UAP era José Augusto Ponte de Moraes, apelidado de Juba.

Esse era o contexto do Serviço Social no período pré-golpe militar, no estado do Pará.

A ditadura militar interrompeu esse processo de forma cruel, implacável e violenta em 1964, inaugurando uma era de dor, de tortura, de repressão, de medo e de coragem, de atos covardes e de atos heroicos, de cooptação, de rendição e de valorosos heroísmos e renúncias pessoais de militantes, entre os quais estudantes do curso de Serviço Social da UFPA. Almerinda e Maria de Lourdes foram presas pela ditadura logo em 1964, confinadas no antigo Presídio da Praça Amazonas em Belém - hoje um Museu.

Não estava mais entre elas, porque fiquei grávida sem ser casada (o que era uma heresia e uma vergonha na época) e fui embora de Belém, primeiro para São Paulo, onde fiquei três meses, e depois para o Rio de Janeiro, onde meu filho nasceu em 1962. Ali permaneci por mais de um ano. Dolores Bahia, Almerinda Pa-

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



lha Freire e Maria de Lourdes Couceiro Simões continuaram os processos de enfrentamento depois que me afastei e, por isso, foram vítimas diretas da repressão, tornando-se prisioneiras políticas.

Quando quis retornar como aluna para terminar o curso de Serviço Social, a Congregação do curso reuniu-se para deliberar se meu regresso deveria ser aprovado ou rejeitado. Os óbices ao meu retorno como aluna eram dois: 1) o fato de ter tido um filho e ser solteira; 2) meu perfil de militante de esquerda.

Por maioria, foi aprovado o meu regresso, graças às intervenções combativas das professoras Maria Virgínia Guedes Gomes da Silva e Maria Tereza Couceiro Simões. E retornei para concluir o curso em 1963. A ditadura eclodiu em 1º de abril de 1964 – Dia da Mentira. Como disse, não fui presa na época, mas isso aconteceu 15 anos depois (meu filho e eu), quando já era professora da universidade e meu filho estudante do NPI (Núcleo Pedagógico Integrado) da UFPA.

Mas o certo é que, antes disso, quando visitei minhas colegas na prisão, tive inveja delas. Queria estar entre elas, mas a verdade é que todos supunham tratar-se de uma repressão passageira, sem grandes traumas. Grande engano! Como subestimamos o poder e a crueldade da direita! A realidade é que a dita-

dura tornou-se cada vez mais assassina, mais violenta e mais destrutiva. Durou 20 anos. Criou, por muito tempo, a cultura do silêncio e do medo e acabou a carreira de brilhantes intelectuais, estragou a vida de muitos companheiros extremamente talentosos, destruiu a ascensão cultural do país e principalmente travou o avanço democrático brasileiro. Na Amazônia, abriu o espaço à expansão do capital monopolista. Os estragos desse processo são conhecidos: intrusão nas terras indígenas, expropriação da posse dos trabalhadores do campo, devastação da floresta, contaminação dos rios, formação de grandes latifúndios e instalação de enclaves. Transformou a Amazônia, antes espaço de abundância, em reduto de escassez e na segunda região mais pobre do Brasil.

As consequências, todos sabemos: o crescimento da desigualdade social, da concentração da riqueza e da propriedade e a formação de um mar de miseráveis e trabalhadores sem terra. A “questão social” chegou ao seu paroxismo e resulta no que vemos hoje: a violência, as drogas, o tráfico humano, o trabalho escravo, a banalização do crime e a dissolução de valores morais do mundo contemporâneo. Tudo isso, Rosa Luxemburgo, depois Mézáros, Daniel Bensaid e Michel Lowy, traduzem no conceito de barbárie.

JOAQUINA BARATA
TEIXEIRA



depoimentos



E o que fez o Serviço Social na época da ditadura, já que os assistentes sociais precisavam trabalhar e prosseguir suas vidas? Houve cooptação?

Claro que houve. Cooptação, acomodação e medo. Alguns dos melhores docentes da Escola de Serviço Social assumiram cargos importantes de direção, muito bem remunerados, na então Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Alguns deles promovendo cursos nas frentes de expansão da região, difundindo as teorias do Desenvolvimento de Comunidade para gestores regionais de todas as áreas, em que o ideário da participação instrumentalizava a obtenção da adesão populacional aos Planos Desenvolventistas da Amazônia: I PND, II PND e III PND, todos subjugados aos interesses do capital monopolista.

E o que aconteceu, para que meu filho e eu fôssemos presos em 1979? Époque em que a ditadura começava a fracassar, a perder força e hegemonia, no governo Ernesto Geisel, penúltimo presidente da República do regime militar de 1964.

O que aconteceu foi que um grupo pequeno, bem minoritário, de uma antiga Escola Técnica (hoje um Instituto Federal - IFPA), travava uma denúncia contra sua diretora, acusada de corrupção. O líder dessa denúncia solicitou ao

meu filho que ajudasse a distribuir uns panfletos na saída dos alunos, numa sexta-feira à noite. Eu deveria ter-me oposto, mas até que não vi grandes problemas, por ser uma questão localizada. Acontece que a diretora acusada pertencia ao grupo político do coronel Alacid Nunes, que era o preposto da ditadura no governo do Pará.

O dia seguinte era um sábado e, no momento em que voltamos da piscina, o telefone tocou, e um jovem na linha pediu para falar com o Carlos. Pediu ao Carlos que conseguisse mais panfletos para outros alunos e marcou um encontro na esquina da Avenida João Paulo II (então chamada 1º de dezembro) com a Travessa Mauriti. Ficamos um tanto receosos, mas resolvemos conferir. Meu filho foi na frente em um carro e eu o segui dirigindo outro. Observei de longe que ele parou e quatro homens se aproximaram e entraram no carro dele. Meu coração disparou. Acelerei e fechei o carro. Foi então que um deles, um bruto policial civil chamado Estácio do Amaral, puxou uma arma e encostou no peito do meu filho, jogou-o para o banco de trás e assumiu a direção. Eu gritava no meio da rua levantando os braços, fazendo sinal para os carros que passavam. Eles diminuía a marcha, mas, ao ver do que se tratava, respondiam com

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



um sinal de não com os dedos e com a cabeça, aceleravam e iam embora.

O policial disparou pelas ruas de Belém. E eu atrás. Levou meu filho para a Delegacia Central de Polícia da SEGUP (Secretaria de Segurança do Pará), localizada na rua Santo Antonio, ameaçando-o todo o tempo com tortura. Lá tiraram a roupa dele, deixaram-no de cuecas e encarceraram-no. Mandei telefonar pra todos os meus amigos e conhecidos e começou a chegar gente no prédio da polícia. Os primeiros que chegaram foram a professora Maria Elvira e o marido, além de ex-dirigentes dos partidos de esquerda. Levaram-me (só a mim) em um camburão para um antigo prédio da Polícia Federal na Travessa Castelo Branco (que hoje é uma creche) e o delegado tomou o meu depoimento. A sábia orientação que recebi do antigo dirigente do MR-8 foi que, no meu depoimento, tirasse meu filho do ato e assumisse tudo. Foi o que fiz.

Ao ficar frente a frente com o delegado, nunca esqueço as primeiras palavras que me disse: “Vocês têm muita sorte. Hoje mesmo chegou um comunicado do presidente Geisel, suspendendo as prisões políticas. Vamos tomar seu depoimento e liberá-la”. Fomos liberados no mesmo dia, mas, no dia seguinte os jornais estamparam nossas prisões e o superintendente da Sudam (Seffer), onde

A derrota da ditadura resultou de muito trabalho, de muito estudo, de muitas horas de sono perdidas, de muitas renúncias, de sacrifícios familiares, de enfrentamento com o poder instituído e até de prejuízos pessoais, por parte de gerações de profissionais de todas as áreas, de docentes e de assistentes sociais, alguns dos quais já faleceram, mas deixaram um legado que permanece vivo na profissão.

eu trabalhava como celetista no Setor de Pesquisas, demitiu-me sumariamente. Não fui demitida da universidade, porque era concursada. Nunca saberei se esse fato influiu para que meu filho, que conseguiu terminar o curso de engenharia, se tornasse mais tarde um paciente psiquiátrico, em cujos amargos delírios as lembranças da ditadura comparecem.

No Brasil, a ditadura não dissolveu nossas organizações, mas contribuiu para seus longos anos de burocratismo e imobilismo, desde a segunda metade da década de 1960, o que retardou sem dúvida o seu crescimento.

JOAQUINA BARATA
TEIXEIRA



Mas, como diz Rigoberta Menchu (uma índia que recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1992), “não há noite e escuridão que aguento muito tempo sem dar lugar ao amanhecer”. A ditadura findou e, antes mesmo que agonizasse, o curso de Serviço Social já trabalhava a teoria e o método dialético de Marx com as alunas, avançando para a leitura direta da produção clássica.

O movimento de resistência ao arbítrio uniu amplas forças políticas. O processo de lutas e de democratização da década de 1980 se fez presente em toda a nação, logo, também no Pará. A pressão dos movimentos sociais e do povo nas ruas contou com o protagonismo de docentes e discentes da UFPA e de assistentes sociais locais, que participaram desse momento por meio de várias entidades organizativas: sindicatos, partidos, entidades profissionais e outras. Foi reaberta, para o curso de Serviço Social da UFPA e para o exercício profissional, a chance de retomar o seu movimento expansivo e ascendente, que culmina nas conquistas que o Serviço Social tem hoje, que não são triviais. Pelo contrário, resultam do amadurecimento conquistado nesses enfrentamentos, embora reconhecendo que esse processo atrasou em muitos anos nossos avanços.

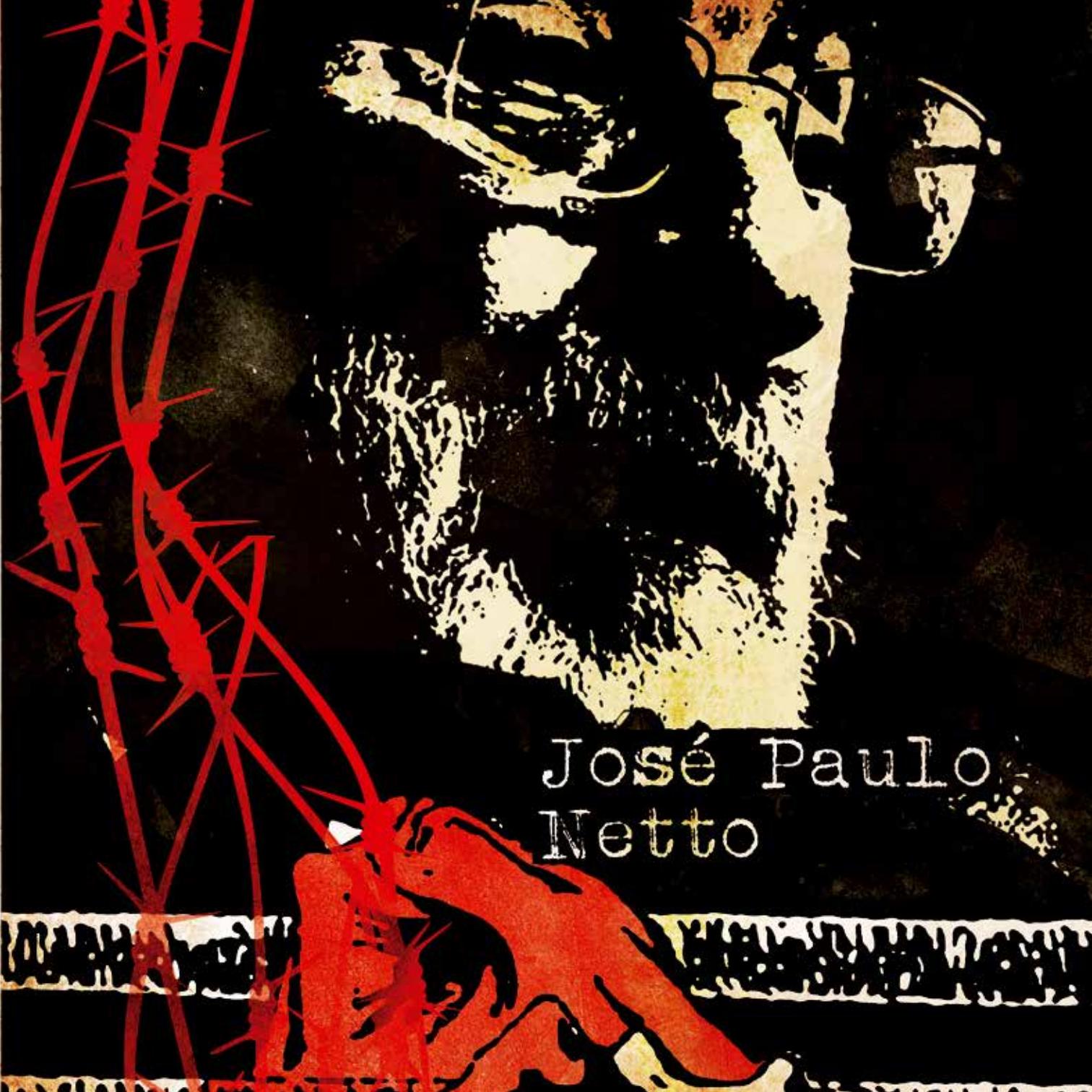
A derrota da ditadura resultou de muito trabalho, de muito estudo, de muitas horas de sono perdidas, de muitas renúncias, de sacrifícios familiares, de enfrentamento com o poder instituído e até de prejuízos pessoais, por parte de gerações de profissionais de todas as áreas, de docentes e de assistentes sociais, alguns dos quais já faleceram, mas deixaram um legado que permanece vivo na profissão.

Temos de tirar lições de todos esses acontecimentos. Temos que ter consciência de que nossas profissões se inscrevem, sim, num embate ético-político de natureza global, e de que temos que tomar partido, temos que avançar sempre e cada vez mais em nossa qualificação, em nossa educação política e em nossa união. As forças reacionárias aparelham-se em todos os campos, no campo do conhecimento, no campo tecnológico, no campo jurídico, no campo militar, e estão prontas para a violência sempre. Temos que ser melhores que eles, mais estratégicos que eles e, principalmente, mais unidos que eles.

O horizonte da liberdade nos impõe permanecermos unidas e unidos, se possível, de mãos dadas, como quer o poeta Carlos Drummond, porque, como diz ele: sozinhos “não podemos explodir a ilha de Manhattan”.

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)





José Paulo
Netto



Ingressei muito jovem no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, portanto, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, onde me formei entre 1966 e 1969, conduzindo-me segundo a política do meu partido.

Militante do socialismo e, pois, da democracia, quando fiz a opção política que mantenho até hoje, sabia que se tratava de uma escolha que implicava riscos – enormemente aumentados com a instauração da ominosa ditadura, que as franjas mais aguerridas das classes dominantes impuseram, com a tutela militar, ao nosso povo em 1º de abril de 1964. Por isso, quando o braço da ditadura se abateu sobre mim, em princípios de 1973 (fui sequestrado e depois “legalmente” preso por uns poucos meses), e quando, posteriormente, em 1974-1975, a repressão empreendeu sua grande escalada contra o PCB, obrigando-me a sair do país, não me surpreendi nem me vitimizei: fui apenas mais um entre milhares de brasileiros que se insurgiam contra o regime que servia ao grande capital. No exterior, contribuí de algum modo para a denúncia do regime de 1964 e, ao retornar ao país, em 1979, pude prosseguir na militância que iniciei em 1963 e, sem dela me afastar, retomei à minha vida acadêmica.

Não busquei nenhuma reparação do Estado. De uma parte, porque, quando regresssei ao país, dispunha de vigor, saúde e condições para trabalhar; de outra – e esta foi a razão principal – a forma pela qual se deu a derrota da ditadura (sem implicar qualquer punição aos torcionários a seu serviço e, mais grave, sem ferir os interesses econômico-políticos das classes dominantes), deixou claro que não seriam os seus beneficiários a pagar pelos crimes cometidos ao longo de duas décadas pelos agentes públicos. Tais beneficiários – os grandes capitalistas nativos e seus sócios imperialistas, os banqueiros, os barões da comunicação social, os latifundiários incorporados ao agronegócio – continuaram/continuam alegremente com a rédeas do Estado nas mãos.

É evidente que a luta pela recuperação da verdadeira memória daqueles 20 tenebrosos anos é imprescindível e registrou significativos avanços (de que as várias Comissões da Verdade são expressivos). Penso que é tarefa inarredável de quem viveu aqueles tempos tempestuosos mostrar/revelar às novas gerações o horror do regime de 1º de abril e demonstrar o desastre nacional em que ele se saldou – para tanto, tentei contribuir modestamente com meu longo exercício docente e, especificamente, com um livrinho que publiquei na pas-

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



depoimentos

Estou convencido de que essa restituição da verdade histórica – resgatando a resistência ativa de milhares de brasileiros, num trajeto que teve lances de generosidade e heroísmo, mas também de equívocos e erros – ampliará as bases elementares para uma nova compreensão da natureza das lutas de classes e, muito provavelmente, dos processos contemporâneos experimentados pela sociedade brasileira.

sagem do cinquentenário do golpe de 1964 (Pequena história da ditadura brasileira. 1964-1985). A restituição da verdade histórica é absolutamente fundamental, para que as novas gerações se eduquem de modo a jamais permitir e a jamais tolerar – sob qualquer pretexto – a repetição das práticas econômico-sociais e políticas que foram impostas pelo regime de 1º de abril à massa dos brasileiros.

Estou convencido de que essa restituição da verdade histórica – resgatando a resistência ativa de milhares de brasileiros, num trajeto que teve lances de generosidade e heroísmo, mas também de equívocos e erros – ampliará as bases elementares para uma nova compreensão da natureza das lutas de classes e, muito provavelmente, dos processos contemporâneos experimentados pela sociedade brasileira.

JOSÉ PAULO NETTO



depoimentos





Maria Beatriz
Costa Abramides

1131

IBIÚNA: O FIO VERMELHO NOS MOVE

12 de outubro de 1968: data do 30º Congresso da UNE!

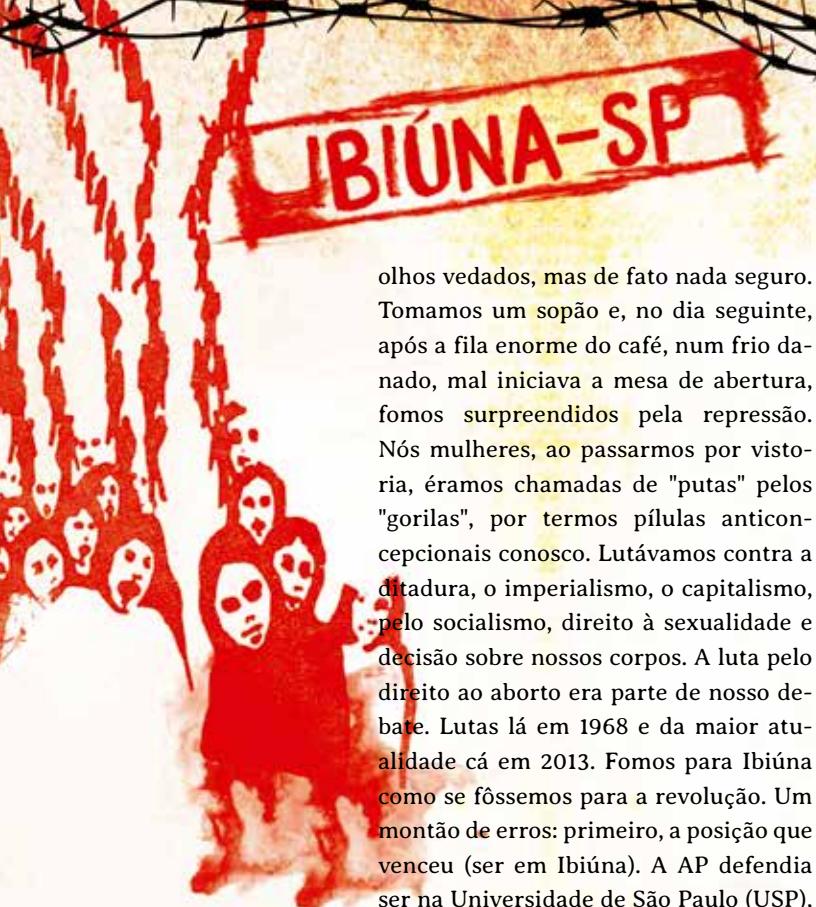
Quarenta e nove anos agora mesmo! **Fio vermelho** lá e cá! Tinha eu dezenove anos. Aluna do curso de Serviço Social da PUC-SP. A escola da Rua Sabará. Logo que entrei na faculdade, me enfiei no movimento estudantil, aprendi e me convenci que devia ser marxista, socialista, compreender o protagonismo do proletariado, o internacionalismo de classe, a atualidade da revolução. Lutávamos contra a exploração do homem pelo homem, contra todo tipo de opressão. Lutamos contra a ditadura, contra o imperialismo, contra o capitalismo. Apoiamos as greves operárias de Contagem e, de forma ativa, a greve de Osasco. Entrei para a AP (Ação Popular) - de orientação Marxista-Leninista -, tendência cuja origem saiu dos quadros da JEC/JOC/JUC (Juventude Estudantil, Operária e Universitária Católica) vinculada à Teologia da Libertação, ala progressista da Igreja. Fazia parte do Grupo de Trabalho Revolucionário (GTR), na frente estudantil. As tendências e organizações de esquerda tinham, como ainda têm, método tático e estratégico diferenciado face à revolução social. As teses do movimento estudantil para a universidade eram de Universidade Crítica, Popular, Democrática, em uma luta pela universidade pública, laica, gratuita, universal, como hoje lutamos.

Lutávamos contra os acordos MEC-USAID, Lei Suplicy de Lacerda, o Decreto 477, que emanavam do imperialismo norte-americano e da ditadura, que tinham, na mercantilização e elitização do ensino suas premissas no ataque e destruição do ensino público e na repressão ao movimento estudantil.

Lutávamos contra a reforma universitária da ditadura, assim como lutamos contra as contrarreformas universitárias na democracia burguesa. Lá e cá ancoradas na orientação programática do grande capital. A União Nacional dos Estudantes (UNE) "somos nós, nossa força e nossa voz" era nossa palavra de ordem. A UNE estava na clandestinidade, era nossa organização nacional de luta autônoma e independente do governo, radicalmente oposta à posição majoritária da UNE contemporânea, que abdica de sua política de independência e de lutas para negociação na institucionalidade e, a partir do governo Lula, torna-se estadista, governista.

No dia em que fui presa, chegamos à noite para o 30º Congresso em 1968, que ocorreria em Ibiúna (SP), após várias horas de maratona, várias escalas, paradas,





IBIÚNA-SP

olhos vedados, mas de fato nada seguro. Tomamos um sopão e, no dia seguinte, após a fila enorme do café, num frio danado, mal iniciava a mesa de abertura, fomos surpreendidos pela repressão. Nós mulheres, ao passarmos por vistoria, éramos chamadas de "putas" pelos "gorilas", por termos pílulas anticoncepcionais conosco. Lutávamos contra a ditadura, o imperialismo, o capitalismo, pelo socialismo, direito à sexualidade e decisão sobre nossos corpos. A luta pelo direito ao aborto era parte de nosso debate. Lutas lá em 1968 e da maior atualidade cá em 2013. Fomos para Ibiúna como se fôssemos para a revolução. Um montão de erros: primeiro, a posição que venceu (ser em Ibiúna). A AP defendia ser na Universidade de São Paulo (USP), com sustentação de massa. Perdemos: fomos para Ibiúna após vários pontos e consignas. Há muito tempo, sabemos que o nosso esquema de segurança era frágil, mas, na época, nem duvidávamos: juponas, bonés, bolsas tiracolo, ponchos, tênis gastos, uma revista na mão, óculos escuros, calças jeans desbotadas. De longe, reconhecia-se um militante estudantil de esquerda, que sonhava e exercitava a luta pelo socialismo e os nossos "pontos" não eram nada seguros. De fato, não tínhamos ideia da força da ditadura, de seu poder, embora lutássemos contra

ela. Os camburões ficavam a 14 km do sítio em que estávamos. Em filas: rapazes de um lado, garotas de outro, escoltados pelos policiais, fomos andando e assobiando "caminhando e cantando e seguindo a canção...", música emblemática para a esquerda revolucionária. Hino em nossas passeatas, seguido do corre-corre da polícia, dos cavalos, das bombas de efeito moral, do gás lacrimogêneo, que, usados lá na ditadura, também o são na democracia burguesa contra os sem-terra, os sem-teto, operários, estudantes, professores, quilombolas, indígenas, populações ribeirinhas, originárias, população de rua e contra todos os movimentos sociais de luta, de autonomia e independência de classe.

No 30º Congresso da UNE, eu era delegada de base, eleita em assembleia dos estudantes para participar do evento. Era presidente do Grêmio da Escola de Serviço Social (GESS) e também fui eleita, em julho de 1968 no congresso estudantil em Fortaleza, membro da direção nacional da ENESSO. Do curso de Serviço Social da PUC-SP, além de mim, estudante do período da manhã, foram presas as estudantes Rose Papa (matutino) e Rosa Haruco Tame (noturno).

Primeiro, fomos todos para o presídio Tiradentes. Éramos cerca de quarenta jovens mulheres em cada cela. O frio

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



depoimentos

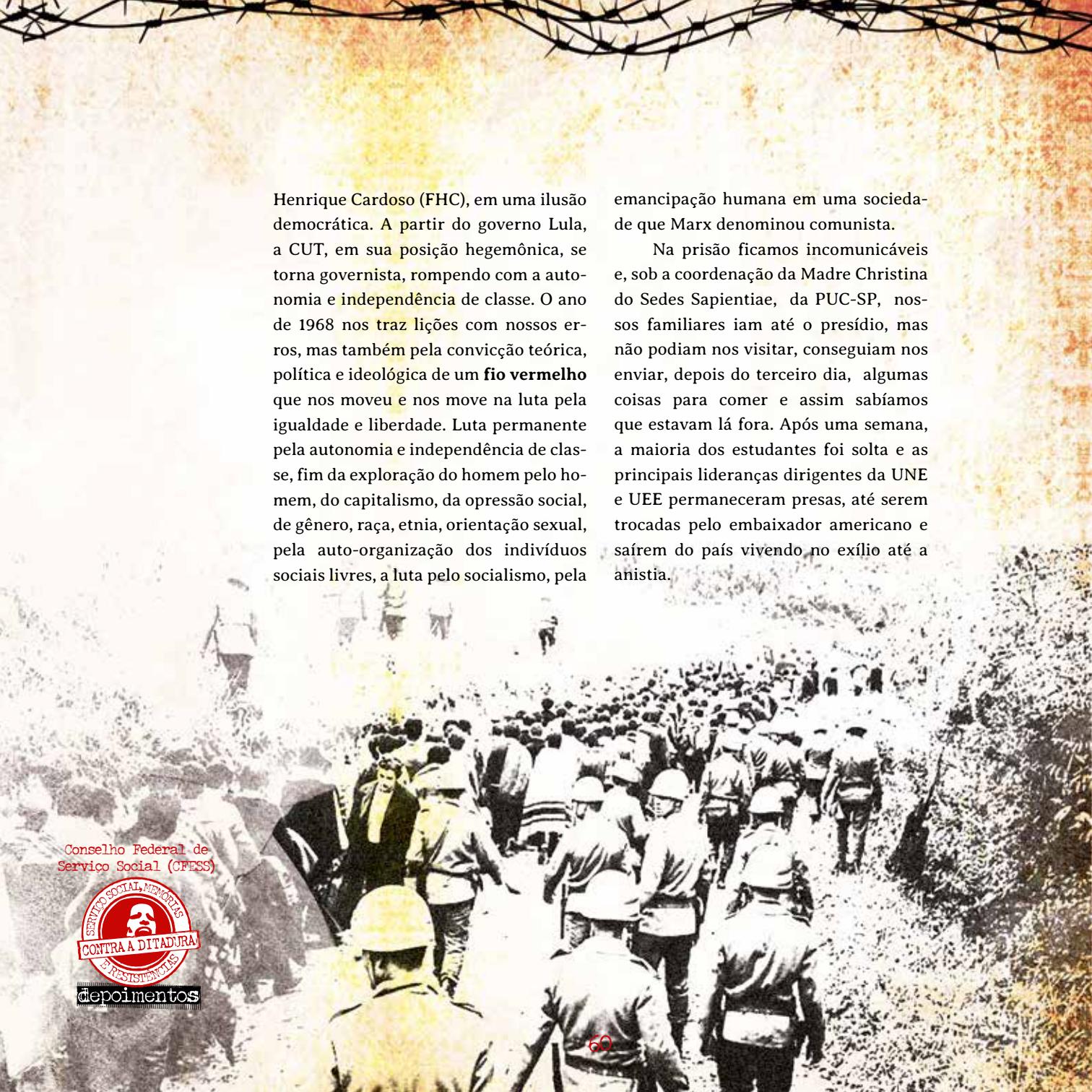
era intenso, dormíamos em valete, para nos aquecer e sentirmos mais próximas umas das outras. O banheiro era um só, ali mesmo. Estávamos incomunicáveis e não sabíamos nada de que se passava lá fora. Os carcereiros nos traziam comida fria em lata de cera. Era ruim... À noite, ouvíamos berros que, depois soubemos, eram para criar um clima de terror (as torturas não se deram naquele momento, afinal eram mais de mil estudantes). Depois do AI-5, de 13 de dezembro de 1968, o terror se intensifica com as torturas, desaparecimentos e extermínios. Somente pudemos sair para tomar sol no pátio com as presas comuns quando fomos transferidas para o Carandiru. À noite, os carcereiros andavam pelos corredores com um molho de chaves e iam passando nos ferros das grades das celas, fazendo um barulho e gritando "você não será ouvido e aí de quem não falar a verdade".

O dia em que levaram uma a uma para o DEOPS foi de terror. Ficamos cada uma de nós sozinhas em uma pequena sala, aguardando para um depoimento horas a fio. Ouvíamos berros, ficávamos apavoradas envoltas nos nossos 19 anos. No cubículo de portas fechadas e ouvindo lá de fora gritos de pessoas que estavam sob tortura, os policiais gritavam: "você está ouvindo estes berros? Se não

disser a verdade, logo será você!". A noite que passei neste cubículo com tortura a ameaça foi infernal, de verdadeiro terror, aos meus 19 anos, como os outros mil jovens sob uma tortura psicológica que parecia não ter fim. Sabíamos que falaríamos a mesma coisa e que era verdadeira: éramos estudantes eleitas pelos estudantes, para participar de um congresso que lutava pelos nossos direitos. A grande maioria de nós foi solta. Nossos dirigentes estudantis continuaram presos, e só saíram da prisão e do país na troca pela soltura do embaixador americano sequestrado posteriormente.

Lutávamos e lutamos contra o imperialismo, o capitalismo lá na ditadura. E hoje, na democracia burguesa, contra a exploração e opressão de classe, gênero raça/etnia. O legado de 1968 e a continuidade na luta pela democratização do país expressou, em 1977, a retomada do movimento sindical classista, com as grandes greves operárias, a Fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) autônoma e independente em 1983. É um período de grandes mobilizações e organizações sindicais e populares, no ascenso da luta de classes. A CUT, a partir dos anos 1990, abdica das lutas de massa, da ação direta, subordinando-se à institucionalidade em sua posição majoritária, durante o governo Fernando





Henrique Cardoso (FHC), em uma ilusão democrática. A partir do governo Lula, a CUT, em sua posição hegemônica, se torna governista, rompendo com a autonomia e independência de classe. O ano de 1968 nos traz lições com nossos erros, mas também pela convicção teórica, política e ideológica de um **fió vermelho** que nos moveu e nos move na luta pela igualdade e liberdade. Luta permanente pela autonomia e independência de classe, fim da exploração do homem pelo homem, do capitalismo, da opressão social, de gênero, raça, etnia, orientação sexual, pela auto-organização dos indivíduos sociais livres, a luta pelo socialismo, pela

emancipação humana em uma sociedade que Marx denominou comunista.

Na prisão ficamos incomunicáveis e, sob a coordenação da Madre Christina do Sedes Sapientiae, da PUC-SP, nossos familiares iam até o presídio, mas não podiam nos visitar, conseguiam nos enviar, depois do terceiro dia, algumas coisas para comer e assim sabíamos que estavam lá fora. Após uma semana, a maioria dos estudantes foi solta e as principais lideranças dirigentes da UNE e UEE permaneceram presas, até serem trocadas pelo embaixador americano e saírem do país vivendo no exílio até a anistia.

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



depoimentos

Quarenta e nove anos agora mesmo! Fio vermelho lá e cá! Tinha eu dezenove anos. Aluna do curso de Serviço Social da PUC-SP. A escola da Rua Sabará. Logo que entrei na faculdade, me enfiei no movimento estudantil, aprendi e me convenci que devia ser marxista, socialista, compreender o protagonismo do proletariado, o internacionalismo de classe, a atualidade da revolução. Lutávamos contra a exploração do homem pelo homem, contra todo tipo de opressão. Lutamos contra a ditadura, contra o imperialismo, contra o capitalismo.

Por ter participado do Congresso de Ibiúna, fui presa, enquadrada na Lei de Segurança Nacional, demitida, e sofri tortura psicológica, discriminação e preconceito. E presa nas cadeias Carandiru e Presídio Tiradentes.

Os fatos e violações ocorridos neste período foram denunciadas posteriormente com ações, lutas, resistência. Não podíamos nos organizar em sindicatos, partidos, vivíamos sob a ditadura militar, que se tornou mais violenta a partir do AI-5. Decidi não entrar com o recurso de reparação. Questiono-me muito se devemos utilizar este instrumento, não fui convencida politicamente disto. Denunciei coletivamente, atuei, atuo e continuarei atuando na luta pela revolução socialista.

As violações rebateram muito em meu cotidiano profissional: 1) assim que me formei em 1971, participei de um

processo seletivo no Movimento Brasileiro para Alfabetização de Adultos (Mobral) e a assistente social que me entrevistou declarou que eu havia ido bem em todo o processo seletivo, mas como estava sob a Lei de Segurança Nacional, não saberia se seria chamada. E não fui. Futuramente fui ao MOBREAL e retirei um documento em que meu nome constava na lista dos aprovados e selecionados e não fui chamada; 2) Em 1972, participei de uma seleção para assistente social no Hospital das Clínicas. Fui aprovada e comecei a trabalhar. Três meses após o ingresso e já tendo passado o período probatório, em que havia sido avaliada positivamente em meu desempenho profissional, recebi a carta de demissão. Imediatamente tive a certeza que a demissão era por ter sido presa. Conversei com meu pai, que acionou um advogado trabalhista, que re-

MARIA BEATRIZ
ABRAMIDES



depoimentos

quereu, junto ao DEOPS a declaração de que, para fins civis poderia desempenhar a atividade profissional. O que não tinha era o direito de ir e vir, sair do país. Marcamos uma audiência com o Superintendente do HC, Dr. Oscar Cesar Leite, e fomos os três: o advogado, meu pai e eu, pois naquele momento, não tínhamos sindicato, vivíamos sob o regime de exceção, de terror. Fomos atendidos pelo superintendente e um assessor, que começou a ler todas as minhas atividades: participação em comícios relâmpagos, em manifestações, passeatas, em reuniões com estudantes no interior, participação nas barricadas da Maria Antônia, enquadramento na Lei de Segurança Nacional, prisão. O superintendente dizia que, de fato, eu havia sido avaliada positivamente no desempenho profissional, mas o HC era um hospital de segurança nacional. Portanto, eu estava demitida por ser subversiva.

Alguns meses depois, o HC abriu concurso público para assistente social e eles tiveram que aceitar minha inscrição. Ralei nos estudos, passei entre as primeiras colocadas e tiveram que me readmitir. Como a ideologia dominante anestesia a maioria das pessoas, no dia da prova escrita para o concurso, quando entrei na sala, senti um clima pesado, de olhares de muitas candidatas sobre mim, de desconfiança, de medo, afinal eu havia sido presa, e sobre isto havia e ainda há muita discriminação advinda da ideologia dominante reacionária.

A memória, ao ser resgatada, recupera a história de ontem, necessária para compreender a atualidade da luta anti-ditatorial, anti-imperialista, anticapitalista e socialista. No momento contemporâneo de barbárie do capitalismo, esta recuperação é mais que oportuna e lutamos para que, de fato, a Comissão da Verdade apure as responsabilidades e os torturadores que ceifaram, destruíram, desapareceram e mataram milhares de lutadores sejam punidos.



Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



depoimentos

ANO LVII - TERÇA-FEIRA, 9 DE JANEIRO DE 1988 - N. 07 - SECS. 020

Assistente Social Deixa Dobrinha Campesina
Assistente Social Deixa Dobrinha Campesina

Assistente Social Presa é Acusada Subversão



Maria Lúcia de Souza

Meu nome de solteira é Maria Lúcia de Souza e de casada é Maria Lucia de Souza Carvalho Couto. Estudei na Universidade Federal de Alagoas – UFAL (Graduação), Universidade Salvador – UNIFACS (Mestrado e Especialização), Católica de Salvador – UCSAL (Especialização) e Universidade Federal da Bahia – UFBA (Especialização).

Particpei do movimento sindical rural no estado de Alagoas, por meio da implantação e organização nas diversas áreas do estado, cuja principal atividade econômica era o plantio da cana de açúcar. Bem como participei do movimento sindical do Serviço Social, por meio da 1ª

ANAS, APAS-BA (até a sua transformação em sindicato) e dos congressos.

Fui presa pela primeira vez em 1966, quando ainda cursava a graduação de Serviço Social, por ocasião do Encontro da Executiva do Serviço Social, realizado em Salvador. Sofri vários tipos de torturas: choque, emergir a cabeça na água, condições insalubres na prisão, violência psicológica e física. Vivi na clandestinidade por 11 anos, cerceada da convivência familiar e dos direitos sociais, civis e políticos mínimos.

Quando me formei, comecei a trabalhar no Serviço de Orientação Rural de Alagoas (Soral), entidade ligada à Igreja, que tinha como objetivo orien-

Já naquela época, tinha meus passos vigiados, mas não dedicava muita atenção para esse fato: "a gente subestimava muito o inimigo, embora ele estivesse sempre nos vigiando". E foi por consequência dessa subestimação que fui presa pela segunda e última vez, em 6 de janeiro de 1968: "eu ia manter contato com um presidente de sindicato rural para uma reunião em Palmeira dos Índios. Já me avisaram para voltar para casa, porque estavam à minha procura. Mal cheguei a casa, fui sequestrada juntamente com outro trabalhador".

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



depoimentos

tar os camponeses na formação de seus sindicatos de classe, entre eles: a fundação dos sindicatos rurais de União dos Palmares, Porto Calvo, Saúde e outros municípios alagoanos.

Já naquela época, tinha meus passos vigiados, mas não dedicava muita atenção para esse fato: “a gente subestimava muito o inimigo, embora ele estivesse sempre nos vigiando”. E foi por consequência dessa subestimação que fui presa pela segunda e última vez, em 6 de janeiro de 1968: “eu ia manter contato com um presidente de sindicato rural para uma reunião em Palmeira dos Índios. Lá me avisaram para voltar para casa, porque estavam à minha procura. Mal cheguei a casa, fui sequestrada juntamente com outro trabalhador”.

Graças à atuação de advogados trabalhistas e às mobilizações de trabalhadores e estudantes, fui colocada em liberdade meia hora depois de ter recebido o habeas corpus. Chegou uma ordem para que eu não fosse solta de modo algum. A partir daí, tive que buscar me refugiar e passar a uma vida clandestina que duraria mais de onze anos.

Ao iniciar a vida clandestina, existia uma palavra de ordem do partido de uma integração na área de produção. Desse modo, passei quatro anos procurando colocação como operária na Bahia.

Na resistência, me inseri em alguns movimentos, como a Associação Marxista/Leninista (AP); o Partido Comunista do Brasil (PC do B); o Diretório Acadêmico da Escola de Serviço Social Padre Anchieta (como vice-presidente).

Assistente Social Presa é Acusada de Subversão

Ainda não foi localizada pelos seus familiares a assistente social Maria Lucia Souza, que foi presa sábado último em sua residência, segundo informações prestadas ao CM.

A Delegacia de Ordem Política e Social — DOPS informou que seu nome não consta na relação de pessoas detidas, mas há uma assistente social, juntamente com outras pessoas do interior, re-

lacionadas naquela especializada.

Por outro lado, informa-se que Lúcia Souza já foi detida anteriormente, acusada de subversão, embora ainda fosse compracido contra sua pessoa. O Sll. Fernandes Costa, titular da DOPS, disse que somente hoje à tarde é que poderá ter maiores detalhes sobre a prisão, pois até agora não teve nenhuma comunicação da prisão do jovem.

MARIA LÚCIA DE SOUZA



depoimentos

Assistente Social Detida Doutrinava Camponeses



NOVO SUPLEMENTO — C. 14. Maria Lúcia quando assinava o livro de ponto como Assistente Social em Maceió. Ela foi detida em Maceió em 1964, quando do período de prisão em Maceió. Ela foi detida em Maceió em 1964, quando do período de prisão em Maceió.

Maria Lúcia de Sousa, assistente social presa sob o título por atividades subversivas, está detida em Maceió, segundo informaram fontes ligadas à presidência do inquérito destinado a apurar as denúncias chegadas à Delegacia de Ordem Política e Social — DOPS — sobre sua pessoa.

Maria Lúcia, para desenvolver suas atividades considerava contrária ao atual regime sob o nome de Célia, quando se declarou ao norte às tentativas interrogadas até o momento pelo laço (Ferreira Costa, presidente do Inquérito policial — instância de inquérito policial).

O título de DOPS desmentiu haver sido registrado seu nome por ocasião da prisão da assistente social. O que houve foi o lançamento dos recursos policiais, tendo em vista a falta material comprovada das denúncias em poder do DOPS.

MOVIMENTO
 Segundo a declaração de Maria Lúcia, Maria Lúcia de Sousa, sua vida, por conta de seu movimento contrário a qualquer intervenção governamental, de caráter fraterno, chegou a ser...

Elér rural da Usina Santana, remissão com os trabalhadores.

São as seguintes as testemunhas interrogadas pelo laço (Ferreira Costa) e que poderão ser liberadas, dependendo apenas do Secretário de Segurança, por se tratar de um problema de Segurança Nacional: Luiz Rufino, José Ramos, Amaro Leão, Pe-

trício da Silva, José Eduardo Antônio, Aires dos Santos, Amaro Adriano, César Silveira, José Teófilo, todos presos na Penitenciária de Maceió.

Quando do período de prisão em Maceió, Maria Lúcia de Sousa, interrogada na tarde de hoje pelo presidente do inquérito, na presença de sua advogada, foi Maria Lúcia Ribeiro.

1968. do Micro-Círculo Para Todo o Interior

Acabei sendo condenada pela Auditoria Militar da 7ª CJM, por crimes de natureza política e também por subversão, por participar do movimento estudantil e sindical. Cumpri pena na Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica, em Maceió (AL) e Delegacia do Pilar, no interior de Alagoas. Denunciei os fatos e violações sofridas a vários movimentos populares.

Conseguí receber, como reparação do Estado, a aposentadoria proporcional estadual/DER-AL pela anistia. Porém, quando do período da clandestinidade, era, também, funcionária pública federal do Ministério da Saúde (Departamento de Endemias Rurais) e fui exonerada por abandono de emprego. A esse respeito, ainda busco a reparação (no momento sem ação judicial).

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)



depoimentos

Data: / / 19

Fich. nº 4,8

ESTADO DE ALAGOAS - BRASIL
SECRETARIA DO INTERIOR E SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA, SOCIAL E ECONÔMICA
FICHA PESSOAL

Nome: MARIA LÚCIA DE SOUZA

ID. V. S. Série B-2333 - Seção I-1222.

Data do nascimento: 25 de março de 1942 Local: Anadia-AL

Estado civil: solteira Com: _____

Filiação: Antônio Teófilo de Souza e de Rosa Titare de Souza

Residência atual: Princesa Isabel, nº 394 - Farol-Muniz-AL.

Residência anterior: Rua Nova S/N - Anadia-AL.

Profissão: Esc. Datilografica Local do trabalho: D. N. E. Ru.

Sindicato a que pertence: _____

Título eleitoral: _____

Data da entrada no P. C. B.: _____ Cart. identidade: 86,618-AL.

Célula a que pertence: _____

Nacionalidade: brasileira Naturalidade: alagoana

Exclusão de Grupo - Taveres Santos



As violações que sofremos durante a ditadura causaram sérios danos à minha vida pessoal e profissional. Como exemplos, a privação do exercício profissional durante os 11 anos de clandestinidade, passando a cumprir a determinação do partido de integração na produção. E tal atividade se deu em três fábricas, a saber: uma no nordeste e três no sudeste. Também tive limitações de participação em instituições de ensino regulares; perda da identidade pessoal, pois tive que assumir outras, para não ser mais vitimizada pela ditadura militar.

Diante disso, destaco que a importância de se resgatar a memória da luta contra o regime militar se revela para evitarmos a repetição da história da repressão e limitação da capacidade de expressão, em defesa de uma sociedade mais digna, igualitária e justa.

MARIA LÚCIA DE SOUZA



Maria Rosângela
Batistoni

Esse depoimento é orientado pela perspectiva de que

Os homens fazem a sua história, seja lá como for que ela resulte, à medida que cada um persegue os seus próprios objetivos conscientemente intencionados, e os resultados dessas muitas vontades agindo em diferentes direções e os seus múltiplos efeitos no mundo exterior são, precisamente, a história. Trata-se, por conseguinte, também do que querem os muitos indivíduos. A vontade é determinada pela paixão ou pela reflexão. Mas as alavancas que, por sua vez, determinam imediatamente a paixão ou a reflexão, são de espécie muito diferentes [...]. Deve-se perguntar que forças motrizes estão, por sua vez, por trás dessas motivações, quais são as causas históricas que se transformam em tais motivações na cabeça dos que agem? (Engels, 1984: 476-477).

Minha trajetória de militância política partidária situa-se nas tramas e implicações políticas e ideológicas que definiram a geração generosa dos anos 1960/1970, como expressa Gorender, particularizadas no contexto de constituição e crise da ditadura de 1964 e a posterior transição democrática. Uma inserção política que ultrapassava o combate à ditadura, inscrevendo-se em um projeto de revolução de caráter socialista. Entre o passado e o presente, ocorreram derrotas históricas que selaram e caíram com toda a sua força sobre aquela geração e as que se seguem. Para mim, resultou em prisão, tortura, condenação pelos tribunais militares, afastamento da família, deslocamento regional, quase um “exílio” na pátria. Mas, sobretudo, a inserção nas lutas

de resistência e organização operária, na reafirmação pelo socialismo e a perspectiva da revolução, com mais vigor e adensamento na busca de um ponto de encontro entre compromissos de ordem política e compreensão teórica marxista.

Assinalo que minha trajetória militante foi simultânea aos rumos profissionais e acadêmicos trilhados; práticas estas que se influenciaram mutuamente, todavia marcando contornos de diferenciação muito nítidos.

Assumo a militância política a partir de 1969, período que se segue à decretação do Ato Institucional nº 5 – o AI-5 (de 13 de dezembro de 1968), momento em que a ditadura institucionaliza a repressão e violência policial-militar em todo seu alcance e poros do Estado, estendendo-se para a sociedade.

MARIA ROSÂNGELA
BATISTONI



depoimentos



Em 1969, ingresso na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais em Belo Horizonte, que, pela condição de universidade privada, pela presença de forças progressistas e moderadas da hierarquia católica, experimentava rescaldos de uma forte tradição do movimento estudantil. Jovens assistentes sociais recém-incorporadas ao quadro docente iriam marcar uma histórica inflexão na dinâmica de ensino da escola e da profissão no país. Situando melhor, minha origem é da cidade de Varginha (MG); de uma família de pequenos agricultores e comerciantes; chegava à capital para estudar, sendo a primeira pessoa da família de ambos os lados a cursar uma universidade. Os acontecimentos políticos e culturais de 1968 tiveram a força de um chamado à participação e mudanças e anunciavam-me respostas às indagações postas no cotidiano familiar e social. Somente com o distanciamento no tempo, é possível compreender esses caminhos. Hobsbawm ensina que a maioria dos seres humanos atua como os historiadores: só em retrospecto reconhece a natureza da sua experiência.

Naquele ano, trabalhei como professora de uma escola pública em curso noturno de alfabetização e supletivo na

Cidade Industrial em Contagem (MG), região com alta concentração de fábricas e bairros operários. Ali explodiram as primeiras greves fabris de 1968, com adesão de cerca de 15 mil trabalhadores que, exigindo aumento salarial acima dos índices oficiais, pegou de surpresa o governo e seu Ministério do Trabalho, obrigado a ceder. Como se sabe, as greves de 1968 em Contagem e Osasco (SP) marcaram o protagonismo da classe operária que saía da defensiva em que foi posta desde o golpe, com a luta contra o arrocho salarial, - sustentação da política econômica da ditadura. Foram manifestações abertas e diretas contra o regime, com ocupação das fábricas, piquetes de autodefesa e comissões, cujo desfecho foi invasões policiais nas fábricas e sindicatos, as intervenções sindicais, cassações e prisões de suas lideranças.

Assim, inicio a militância naqueles anos de chumbo, no processo de reaproximação dos núcleos de resistência nas fábricas, sindicatos e bairros operários, o que germinou, entre outras, as experiências das conhecidas oposições sindicais - centro de minha atuação com continuidade em São Paulo, a partir de 1974.

Aquela ambiência política e ideológica conduziu-me à adesão pela mili-

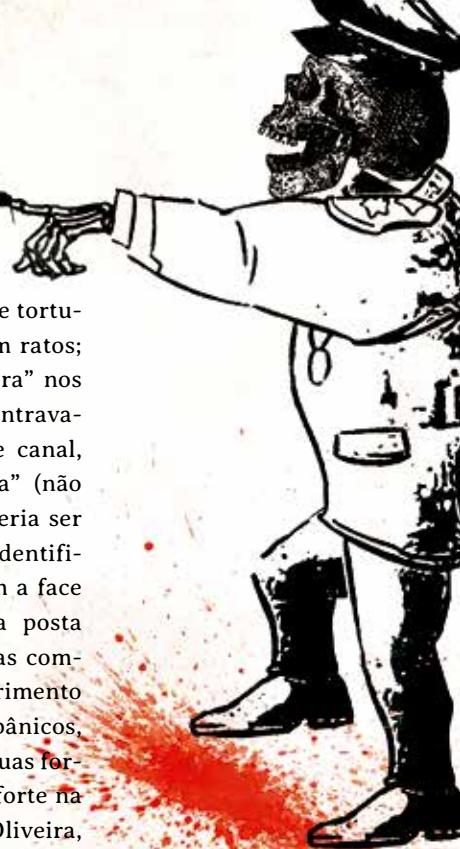
Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



tância partidária na Ação Popular (AP) em 1970. No embate de ideias e divergências, logo deixo a AP e me aproximo dos quadros da Organização de Combate Marxista-Leninista (OCML-POLOP), re-fundação da Organização Revolucionária Marxista (ORM-Política Operária), com a recomposição de seus segmentos e militantes que não aderiram à luta armada – reafirmando a estratégia da luta de massas no combate à ditadura. Milito na POLOP até sua extinção em meados dos anos 1980. Passo a residir na Cidade Industrial, morando com três operárias metalúrgicas, numa integração ao universo de vida do operariado.

Fui presa em 17 de dezembro de 1971. Minhas companheiras foram “retiradas” do trabalho e “levadas” por agentes repressivos até nossa moradia, de onde já saímos encapuçadas. Permaneci por 30 dias nas dependências da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) de Belo Horizonte, passando pela Delegacia de Furtos e Roubos e 12º Regimento de Infantaria - reconhecidos locais de tortura. Permaneci em prisão, incomunicável, submetida a torturas físicas e psicológicas: socos, tapas, choques elétricos em várias partes do corpo, posta de pé por horas com um pneu no pescoço (!). Sob ameaças, era

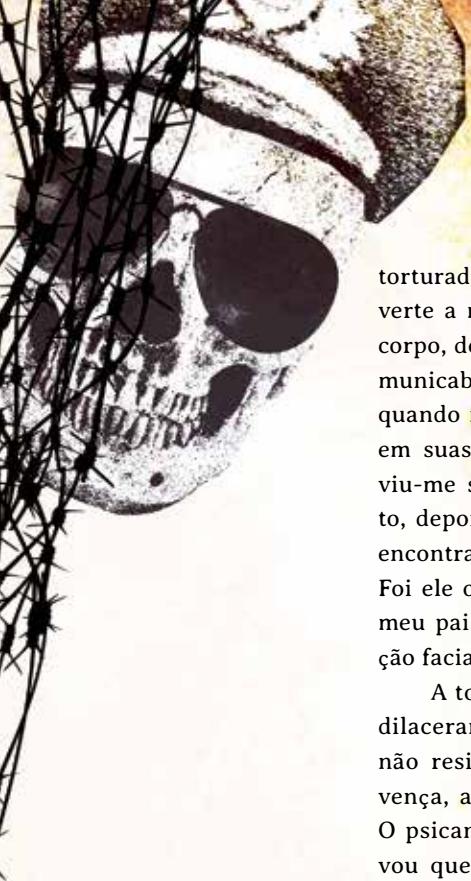
obrigada a desfilar nua diante de torturadores; fui jogada em cela com ratos; recebendo “banhos de mangueira” nos porões. Antes de ser presa, encontrava-me em tratamento dentário de canal, fui “medicada por um dentista” (não vi seu rosto, pelos indícios poderia ser um dos médicos torturadores identificados); lembro de acordar com a face anestesiada; tive sequelas. Era posta em sessões de torturas de outras companheiras, duplicando-se o sofrimento psíquico diante de suas dores e pânico, mas, por vezes, encorajada por suas forças e resistências. Trago muito forte na memória o lamento de Zoraide Oliveira, cuja filha de cinco anos fora sequestrada, então cantava: Beatriz teu nome diz serás feliz!; calavam-lhe com taponamentos. Passei por outros métodos que compõem a tortura: permanecer na mesma posição por horas incalculáveis, perdendo a noção do tempo; ter a comida intragável em horários diferentes, sem repetições; ser retirada da cela escura encapuçada para interrogatório, sem saber se é dia ou noite, fazer retornar à cela, sem nenhuma pergunta ou fato; ficar sob “os cuidados” de um agente que se comportava com “protetor”, à espera de uma palavra que escape. Isto é a tortura - um discurso do



MARIA ROSÂNGELA
BATISTONI



depoimentos



torturador no corpo das vítimas. Subverte a mente pela vulnerabilidade do corpo, denuncia Weschler. Minha incomunicabilidade foi quebrada por acaso, quando meu irmão, então com 18 anos em suas idas quase diárias ao DOPS, viu-me sob escolta. E deixou o recinto, depois de assinar obrigado que me encontrara com boas condições físicas. Foi ele o familiar que se pôs em ação; meu pai cardíaco tivera uma paralisção facial ao saber de minha prisão.

A tortura imprime solidão e medo dilacerantes; medo da dor, medo de não resistir... medo que o torturador vença, alcançado o que busca extrair. O psicanalista Hélio Pellegrino observou que “a tortura busca, à custa do sofrimento corporal insuportável, introduzir uma cunha que leve à cisão entre corpo e mente.(...) ela procura, a todo preço, semear a discórdia e a guerra entre o corpo e a mente. (...) Na tortura, o discurso que o torturador busca extrair do torturado é a negação absoluta e radical de sua condição de sujeito livre. O discurso que ela busca, através da intimidação e violência, é a palavra aviltada de um sujeito que, nas mãos do torturador, se transforma em um objeto” (Brasil: Nunca Mais. Tomo V vol I, 1985, p 2), disponível em <http://bnmdigital.mpf.mp.br>.

Fui indiciada pelo Ministério Público Militar, enquadrada na Lei de Segurança Nacional, em processo judicial da Ação Popular - setor operário, com onze militantes homens e mulheres. Denunciei a tortura e indiquei nomes de (re)conhecidos e confessos torturadores em audiência na Auditoria Militar, conforme registrado no imprescindível Projeto Brasil: Nunca Mais, de livre acesso, assim como parte dos fatos processuais aqui informados. Mas, com o alerta: “os depoimentos de presos políticos e demais informações inseridas nos processos judiciais foram obtidas com o uso da tortura e outros meios ilícitos e não podem ser considerados como absoluta expressão da verdade”.

No retorno imediato à universidade, encontro o apoio da equipe de docentes da Escola de Serviço Social de BH e de colegas de minha turma, a garantia de condições institucionais para a conclusão do curso. E o (re)encontro com a professora Marilda Villela, que regressava após a prisão, agora partilhando os vínculos de militância e abrindo nossa amizade. Tive a efetiva solidariedade de colegas que aceitaram comparecer aos tribunais militares em Audiência de Inquirição de Testemunhas: as assistentes sociais Déa Lúcia de Fonseca Mattos e Dilza Siene Siqueira Smith. Ainda fui denunciada,

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



depoimentos

Entre o passado e o presente, ocorreram derrotas históricas que selaram e caíram com toda a sua força sobre aquela geração e as que se seguem. Para mim, resultou em prisão, tortura, condenação pelos tribunais militares, afastamento da família, deslocamento regional, quase um "exílio" na pátria. Mas, sobretudo, a inserção nas lutas de resistência e organização operária, na reafirmação pelo socialismo e a perspectiva da revolução, com mais vigor e adensamento na busca de um ponto de encontro entre compromissos de ordem política e compreensão teórica marxista.

juntamente com Marilda, pelo famigerado Decreto-Lei nº 477, o "AI-5 para a universidade", instrumento de expulsão sumária de professores, estudantes e servidores tidos como "subversivos". Processo que não se consumou, pela posição em nossa defesa, assumida pelo reitor da UCMG - Dom Serafim de Araújo - e seus assessores, recorrendo da decisão do ministro de Educação e Cultura.

Deste processo, temos uma questão em aberto: houve a ocorrência da colaboração direta de assistentes sociais à ditadura?

Em 9 de outubro de 1973, foi a julgamento o referido processo na 4ª Circunscrição Judiciária Militar em Juiz de Fora, sendo eu condenada a seis meses de prisão. Sou "recolhida" aos cárceres (nas dependências da Polícia do Exército) para cumprir o restante de cinco meses da pena. Momento

em que setores da hierarquia católica se movem na denúncia da violação dos direitos humanos e em defesa dos perseguidos pelo terrorismo da ditadura. Na Diocese de Juiz de Fora, a ação do bispado foi de pressionar para que as mulheres não fossem detidas no Presídio de Linhares, local de aprisionamento de presos comuns e políticos em Minas Gerais, oferecendo, à Justiça Militar, instituições religiosas (internatos, conventos) dirigidas por freiras. Pela ação da Igreja, cumpri a pena abrigada em um internato destinado a meninas pobres até março de 1974, - uma situação especial, diga-se.

O julgamento pelo Supremo Tribunal Federal ocorreu em 1976 e 1977, com a manutenção das sentenças.

No plano da militância partidária, os anos entre as duas fases de prisão, inclusos os meses de reclusão, foram

MARIA ROSÂNGELA
BATISTONI



depoimentos

dedicados à formação política na programática da POLOP, pela iniciação ao marxismo, à economia política, à história do movimento revolucionário internacional, além das análises da dependência latino-americana, de intelectuais vinculados à organização, e interpretações sobre o golpe militar na dinâmica da formação social brasileira.

A mudança para São Paulo em 1974, após cumprir as imposições do processo judicial, foi de natureza política e partidária, seguindo na organização junto à base operária da aguerida Oposição Sindical Metalúrgica (OSM) de São Paulo - frente autônoma de trabalhadores, uma referência no ressurgimento do movimento operário e sindical nos anos finais da ditadura militar. Coletivo que teve dois de seus militantes, Luís Hirata e Olavo Hansen, mortos sob tortura e Santo Dias assassinado pela violência policial em piquete fabril na greve dos metalúrgicos em 1979. No início dos anos 1990, a OSM desaparecia no contexto de novas derrotas temporárias para os trabalhadores e para os socialistas.

Integro um coletivo de antigos militantes e colaboradores, que investe forças no autônomo Projeto Memória da OSMS, um dos arquivos de resistência das lutas contra a ditadura do

grande capital, de reconstrução da história dos trabalhadores, compreendido como um campo de disputa política e ideológica, formador de memória, hegemonia e consciência de classe. Dentre estas ações, a produção Investigação Operária – empresários, militares e pelegos contra os trabalhadores, resultado de projeto de investigação participante sobre a repressão cotidiana aos anônimos nas fábricas e bairros – homens e mulheres, jovens, adultos e idosos. Integramos o grupo de apoio ao GT Ditadura e Repressão aos Trabalhadores, às Trabalhadoras e ao Movimento Sindical da Comissão Nacional da Verdade. Seguimos no apoio ao Fórum dos Trabalhadores por Verdade, Justiça e Reparação, como novas investigações, denúncias das violações de direitos resultantes da aliança empresarial militar na ditadura, como a recente denúncia da Volkswagen do Brasil. Participo, desde 2011, da Comissão de Estudos do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) Memórias Reveladas.

Coloco hoje parte de minha militância, partilhando os esforços pelo resgate da memória das lutas, clamando por justiça, mas consciente de seus limites na trama da conciliação política historicamente reiterada no país.

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)





Marilda Villela
Tamamoto



Hoje me chamo Marilda Villela Iamamoto, mas meu nome de solteira é Marilda Soares Villela. Nasci em Juiz de Fora (MG). Sou assistente social, formada na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atualmente sou professora titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), também sou aposentada, professora titular aposentada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente eu tenho duas inserções que eu queria registrar. Eu colaboro com a Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, numa pesquisa financiada pela FAPERJ, sobre a repressão no campo no estado do Rio de Janeiro. É uma articulação da UFRJ, da UERJ e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). A segunda inserção que eu queria registrar é o Projeto Memórias Reveladas. Eu estou no projeto desde a sua criação, na Comissão de Altos Estudos e também no concurso de teses e monografias, sobre o período da ditadura militar.

Eu participei da Igreja Católica, por meio da Ação Católica, Juventude Estudantil Católica, Juventude Universitária Católica e participei ativamente do diretório acadêmico da Faculdade de Serviço Social no período dos quatro anos em que eu estive estudando, 1967 a 1971. Participei do diretório das ativi-

dades do DCE, me recordo da invasão da reitoria pela Polícia Militar, na época da gestão em que estava na direção do DCE o Paulo Villela Lomar e depois a gestão do Renê de Matos. Então, a nossa atividade era atividade voltada contra a reforma MEC-USAID, por mais verba na educação. Lembro-me claramente da luta pelo ingresso dos estudantes excedentes, que passavam no vestibular, mas não tinham oportunidade de ingressar, porque não havia vagas, então, a luta por mais vagas. Nessa época, a União Nacional dos Estudantes (UNE) tinha as executivas estudantis, era por áreas de formação profissional. Então, tinha a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, que era executiva vinculada à UNE, que, por sua vez, já estava na ilegalidade nesse período. E eu representei a Faculdade de Serviço Social por um bom tempo, como representante do Serviço Social na executiva, que articulava a formação acadêmica e movimento estudantil.

Eu não estive no Congresso da UNE em Ibiúna. Quem esteve representando a faculdade foi a Elizabeth Andrade Romeiro, mas eu lembro que a gente fez uma ampla mobilização na cidade, entramos nos ônibus, denunciávamos as prisões, fizemos pequenos comícios. Então, a luta política estudantil era uma luta

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



depoimentos

política na universidade, que extrapolava para a sociedade a denúncia da ditadura. Havia uma aproximação à Ação Popular, posteriormente Ação Popular Marxista Leninista, que vem também da esquerda católica, então, nesse campo aí que eu me situei.

A nossa geração foi uma geração que se beneficiou amplamente da emergência da cultura dos anos 1960. A ditadura foi incapaz de abafar a cultura, me lembro da gente acompanhando o teatro, o Liberdade Liberdade, Morte e Vida Severina, os concursos da música popular brasileira, a emergência do Chico Buarque, do Caetano, do Tropicalismo. Então, eu acho que foi uma geração muito privilegiada, porque viveu a política. Uma presença muito forte em pensar a sociedade brasileira, em decifrar essa sociedade. Eu me lembro de que, no curso de Serviço Social, nós fazíamos o grande debate da esquerda daquele momento, que era rever os clássicos da revolução brasileira, que é o Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Moisés Vinhas e outros, naquela grande polêmica: como explicar a revolução brasileira. O país é um país feudal? Um país capitalista? Isso era a base que sustentava a luta entre as estratégias políticas, dentro das organizações de esquerda, com propostas possíveis de encaminhamento para a luta política. Eu

acho que o Serviço Social teve essa presença, assim importante. No movimento estudantil local, a gente participou um pouco de UEE. Eu estive no congresso da UEE, que a polícia cercou em Belo Horizonte (MG); foi fechado pela polícia, a gente teve um apoio importante dos padres dominicanos. Enfim, foram essas as atividades.

Eu nunca participei da luta armada, não tive nenhum vínculo com a luta armada, eram as atividades que hoje o movimento estudantil faz numa instância democrática, do regime democrático, pelo menos nos estados de direito, com toda tranquilidade, que naquele momento a gente vivia essas restrições.

A minha presença na AP foi muito diluída, deve ter sido lá pelos anos 1969, 1970, eu não tenho uma lembrança forte, porque a minha militância, ainda que tivesse vínculo com a AP, era muito do movimento estudantil. Então eu acho que é por aí: 1968, 1969. Porque era uma coisa muito interessante na época, esse ingresso na AP é interessante. Porque, para ingressar na AP, você tinha que aceitar, mas, para aceitar, você tinha que conhecer, mas não podia conhecer antes de você entrar, entendeu? Então tinha um tal de um documento base, feito pelo Padre Vaz, que a gente precisava conhecer, mas só podia conhecer depois que tivesse

MARILDA VILLELA
IAMAMOTO



dentro. Então eram coisas assim bastantes curiosas nesse processo. Eu tive uma forte interação com a Mariléa Venâncio Porfírio na faculdade, com Maria Emília Lisboa Pacheco no DCE, com Luiz Antônio Sansão, com Renê de Mattos, com o Paulo, o Paulinho, não lembro o sobrenome, é “Paulinho Parceiro”.

Enfim, eu acho que foi essa a história de maior força política naquele momento, em que certamente a reação da repressão foi muito desproporcional às atividades que de fato nós realizávamos, que eram essas atividades próprias do movimento estudantil.

Quando eu me formei, em 1971, eu tinha 21 anos de idade, e fui imediatamente para Belo Horizonte, fui convidada para dar aula na Universidade Católica de Minas Gerais, que era UCMG, hoje PUC Minas. Comecei a trabalhar e fiz um concurso para o então Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), hoje o INSS, um concurso público como assistente social, passei a ser lotada na Coordenação de Bem-Estar no serviço de assistência ao menor excepcional. Comecei a trabalhar como assistente social.

Importante eu registrar isso, porque isso tem desdobramentos na minha história política daí derivada. Então eu tinha esses dois vínculos de trabalho em Belo Horizonte e fui presa, fui seques-

trada na porta da minha casa, eu dividia apartamento com a Mariléa Venâncio Porfírio, nós morávamos no bairro da Floresta, na Rua Mármore. Um dia, pela manhã (eu sabia que eles estavam me seguindo, cheguei a avisar à direção da faculdade), eu fui sequestrada, encauzada, colocada num fusca no banco de trás, e deram várias voltas na cidade comigo, até que eu subi umas escadas e, por acaso, eu reconheci onde estava (no DOPS, porque, quando eu mudei para Belo Horizonte, eu morei numa pensão exatamente em frente ao DOPS; então, na hora em que eu vi as escadas e tal, eu imaginei que podia estar ali). Eu fui presa no dia 2 de dezembro de 1971 e fiquei presa no DOI-CODI até 4 de fevereiro de 1972, ou seja, dois meses e dois dias. Eu fiquei por conta do DOI-CODI. Quando eu cheguei, eles não tinham imediatamente nada contra mim, eles perguntaram se eu era a Mariléa, porque eu acho que eles estavam procurando a Mariléa e, nos dois primeiros dias, tive sim interrogatórios subsequentes, o dia inteiro, 24 horas sem comer, com dificuldade e sem água. Enfim, esse tipo de pressão nos dois primeiros dias, sem dormir. Mas, no terceiro dia, começaram as torturas.

Eu vou falar um pouco disso, eu tenho um documento em que eu regis-

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



tro isso. Eu acho que não é fácil de dizer e eu queria dizer o seguinte: eu fiquei até esse ano (2013) sem falar na tortura, tinha muita dificuldade de encarar o tema. Até que eu andei conversando com algumas pessoas, um psicanalista que fez uma tese afirmando o seguinte: “A tortura não é para falar, a tortura é para calar, para calar para o resto da vida”. Na hora em que eu tomei consciência, disso eu pensei: “Então, eu vou falar”.

Então, o primeiro depoimento público que eu fiz sobre a tortura foi em março desse ano, na aula inaugural da pós-graduação da PUC-RJ, período também em que o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) também começou a estimular o resgate de parte da história dos assistentes sociais que tiveram, num período, envolvimento na repressão. Então, eu resolvi falar.

Então, foi o seguinte, nesse período, no terceiro, quarto dia, começaram as torturas físicas e começaram com muita pressão, me tiraram do quarto mediante agressões físicas, tapas no rosto, telefone, me jogaram numa sala com a máquina de choque, aplicaram choque nos dois dedos, simultaneamente, tinha um médico do lado pra ver até onde a gente aguentava. E rodava a máquina de choque, eu sei que eu pulava que nem uma bola, assim, literalmente. E fui interrogada privilegiadamente pelo capitão Portela, que tinha o codinome de José



MARILDA VILLELA
IAMAMOTO



depoimentos



Joaquim da Silva Xavier. Então, a partir desse momento, foi um período de, não sei, uns 15, 20 dias subsequentes de todo tipo de agressão. Foi choque nos dedos, nas mãos, acareações e a questão apertou, assim, do ponto de vista da agressão, com o vínculo com movimento estudantil de Juiz de Fora. Eu passei uma noite, por exemplo, com o pau de arara armado pra escolher, o que eu preferia: choque ou pau de arara? Eu sofri muitas agressões, assim, eu fui inquirida, tiraram roupa, ameaçaram choque no seio, choque na vagina. Agressões, agressões do ponto de vista da minha pessoa enquanto mulher. Então a ideia de ser dependurada. E as pessoas ameaçavam, por exemplo, se você não quisesse ser dependurada, a gente pode te dar um remedinho e a gente desaparece com você. Então ameaças, assim, violentas de morte. Deram-me um cálice uma noite, para tomar um

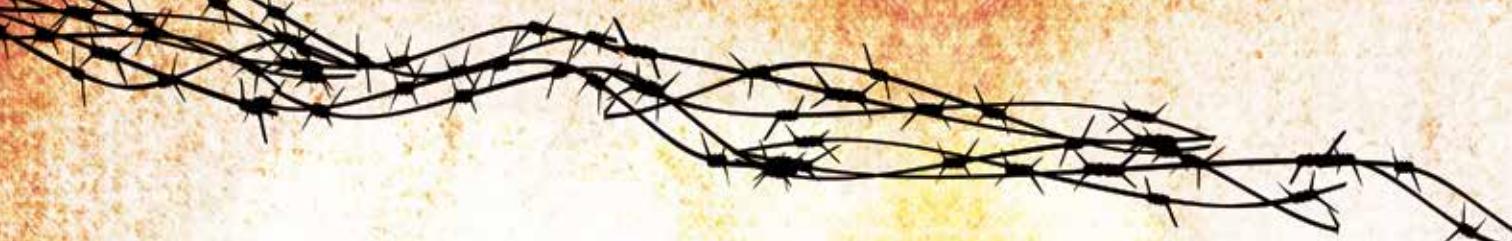
remédio, passei uma noite acordada com sete homens num quarto. Eles disseram que eu tinha que tomar e trouxeram um líquido num cálice. Se eu não tomasse, embaixo ficavam os cães do DOI-CODI, ameaçavam de me jogar junto aos cães. Eu consegui sair do quarto, que tinha sete homens, e entrei no corredor, aí foi uma visão de cena de horror: muita gente deformada, as pessoas com muito hematoma, a tortura com uma mangueira que colocavam na boca. Música muito alta pra abafar os gritos. Então foi realmente uma noite de horror no DOI-CODI.

Não sofri ameaça de estupro. O que eles fizeram foi o seguinte: tiraram minha roupa, me interrogaram, rasgaram minha blusa, me interrogaram seminua, essa coisa de ameaçar o choque no seio, na vagina. Nesse momento, eu tive uma crise emocional muito forte. E um tratamento muito desrespeitoso da mi-

Eu acho que não é fácil de dizer e eu queria dizer o seguinte: eu fiquei até esse ano (2013) sem falar na tortura, tinha muita dificuldade de encarar o tema. Até que eu andei conversando com algumas pessoas, um psicanalista que fez uma tese afirmando o seguinte: "A tortura não é pra falar, a tortura é pra calar, pra calar pro resto da vida". Na hora em que eu tomei consciência, disso eu pensei: "Então, eu vou falar".

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)





na condição de mulher, mas ameaça de estupro não. Depois desse processo de muita tensão, vinha a técnica da psicologia, adequada à tortura, não só o médico apoiando a tortura, mas o psicólogo. Depois que você levava uma pauleira de agressão física, psicológica, emocional e tal, aí vinha um bonzinho, uma pessoa que se dizia um psicólogo, que não apoiava aquele tipo de método, mas sempre insistindo nas mesmas questões, de que a gente poderia falar com tranquilidade, sempre inquirindo as mesmas questões e muitas questões sobre as quais a gente não tinha informações. Esse era o dilema, porque a minha militância em Belo Horizonte foi praticamente inexistente, porque eu fui pra lá em fevereiro, fui presa em dezembro, eu nem conhecia as pessoas que foram envolvidas no meu processo, eu conhecia os colegas que eram da minha profissão. Então eram pedidos de informações que eu não tinha como fornecer. À época uma pessoa do Cenimar era especialista em Ação Popular, então, naquela época eram álbuns, com fotos de pessoas, pedindo que a gente as identificasse. Não era um policial, era um militar, da Marinha, que era um especialista em Ação Popular. Então, isso era outra questão.

Uma outra coisa importante também, eram todos os mecanismos uti-

lizados para você não saber o que era verdade, o que era ameaça, ou seja, eles diziam: “Você está conosco, aqui ninguém ouviu nada, você não tem nenhum contato externo, nós fazemos guerra é guerra”. É a ideia da ideologia da segurança nacional. A segurança e o desenvolvimento a metamorfose da ordem e do progresso e a segurança aparecia internamente como guerra, interna e, portanto, você está numa guerra, tudo é permitido. Então uma noite saíram, por exemplo, comigo, um DC14, que era aquela caminhonete grande, com uma máquina de choque, cheia de homens e me puseram numa estrada à noite, achei que eles iam me matar, que iam me estupro, sei lá. Aí, eles estavam me usando como isca pra procurar outras pessoas, pra me apresentar, para me por na porta da casa da pessoa que eles estavam buscando. Isso aí foi muito forte.

Algo assim que eu acho que é muito importante e que permanece hoje é a invasão de domicílio, quando eu cheguei no DOI-CODI, eles imediatamente descreveram nosso apartamento, que eu dividia com a Mariléa, como estavam as disposições dos móveis, a lista de compras, era um apartamento antigo. E tinham documentos, assim, livros. Eu não tinha nada que me comprometesse no apartamento, porque eu sabia inclusive que estavam me

MARILDA VILLELA
IAMAMOTO



depoimentos



seguindo, estavam de olho, mas tinha um livro, eu lembro até hoje, “A Sociologia de Marx” de Henri Lefebvre, da editora Forense, e que era a grande subversão daquele momento, a prova. E ao lado desses livros tipo esse, anexaram uma série de outra documentação e atribuíram a mim, como se fosse tirado da nossa casa. Então, ou seja, você teve a invasão de domicílio muito clara e comprovada. Nesse tempo, fiquei não sei quantos dias no DOI-CODI, depois eles me levaram, eu e a Mariléa, para uma noite, que eu acho que tinha muita gente, para uma cela de delegacia de bairro, no Horto, que tinha bicho, que tinha barata. Passamos a noite com frio. Enfim, jogaram a gente lá e abriram no dia seguinte. Depois disso eu fui para o 12º Regimento de Infantaria, em Belo Horizonte, a Mariléa também foi, mas cada uma ficava num quarto separado, fechado e com uns soldados com metralhadora na porta. Então, para você ir ao banheiro você tinha que bater e o cara te levava com a metralhadora junto. Eu sei que eu fiquei muito tempo com problema intestinal, enfim, constipação. Era muito difícil você saber que você estava ali com uma pessoa com metralhadora o tempo inteiro. Então nós ficamos nesse lugar bastante tempo, e sempre assim, todos os dias chegavam os agentes do DOI-CODI, pra fazer uma visita, para dizer que a gente podia voltar para lá a qualquer momento, que a

qualquer momento eles podiam buscar a gente, seja para esclarecimento, para acaresação pra começar tudo de novo. Isso foi no período de 2 de dezembro de 1971 a 4 de fevereiro de 1972, foram 2 meses e dois dias. No período do ano novo minha família foi me ver, mas não deixaram entrar. Depois deixaram uma vez ter contato com a família, ou seja, estive incomunicável nesses dois meses

A minha mãe estava na minha casa quando eu fui presa. Ela tinha 64 anos e tinha problema cardíaco, eles usaram muito isso também. Inclusive ela teve um infarto no dia que eu fui julgada aqui, na Quarta Circunscrição da Justiça Militar. Então eles jogaram muito com isso. Logo que eu fui presa, como não tinha ainda nada contra mim, eles deixaram rapidamente eu encontrar minha mãe e meu pai por interferência de um professor da PUC Minas, que dava Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB), que era um militar e que disse que provavelmente eu seria liberada, mas aí quando deu a conexão com o movimento estudantil de Juiz de Fora, eles resolveram me guardar. Então nesse dia eu falei para o meu pai assim, silenciosamente, que ali tinha tortura.

Uma coisa interessante dessa coisa de tortura é que tinha um francês, que eu não me lembro o nome, um capitão na

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



depoimentos

época, que depois veio pra Juiz de Fora, e eu o encontrava frequentemente na rua. Assim, esses encontros com torturadores, eu tive 3 que me marcaram muito. O primeiro foi com esse francês que eu sempre cruzava com ele aqui na Avenida Rio Branco, não sei o nome, era um nome francês. Ele veio servir em Juiz de Fora e até eu cheguei um dia, estava com a minha mãe e meu pai e falei: “Olha, esse é um torturador”. Depois uma vez eu estava em São Paulo, imediatamente após esse período de Belo Horizonte, eu estava na rodoviária, uns torturadores, mas mais qualificados, capitão, coronel, não sei, me abordaram na rodoviária, perguntando para onde eu ia, o que eu estava fazendo. E a terceira coincidência foi atroz. Eu fui pra Belo Horizonte, primeira vez que eu fui a Belo Horizonte... Eu tomei um táxi quando eu cheguei na rodoviária, dei o caminho, a hora que eu olho no espelho era um agente do DOI-CODI, que não era desses qualificados, era não sei, menos qualificado que tomava conta dos presos políticos. Eu fiquei com muito medo porque eu o reconheci, não sei se ele me reconheceu. E para onde que ele ia me levar, né? Pedi para parar e descii. Ele não me reconheceu, diferente do da rodoviária que me identificou e desse aqui que certamente me olhou me reconhecendo (o francês),

porque foram vários encontros casuais. Isso em plena ditadura militar. Bom, então esses foram os 3 encontros com ex-torturadores.

Quando a gente estava no regimento de infantaria tinha um amigo daqui de Juiz de Fora que estava servindo lá e era oficial do dia, mas que não chegou a nos visitar. Estava servindo e era oficial do dia, não estava ligado à repressão. Mas foi uma coincidência assim muito assustadora, porque que tinha a coisa do silêncio. Do despertar, a corneta tocava o despertar, todos os oficiais faziam formação no pátio e do quarto que a gente estava, a gente via. Uma coisa interessante também que é uma coisa da solidariedade dentro do Exército, bonita, foi um dos oficiais do dia que estava responsável ele falou assim: “Olha, eu tenho um amigo, Matta Machado - que posteriormente foi morto - então você não preocupa não, esse depoimento que você faz nessa fase de tortura e de coisas falsas. Esse registro e tal que você tem que assinar, depois você vai ter a possibilidade de rever isso na Justiça”, enfim. Sabe, então foi uma coisa assim muito bonita da parte desse colega.



MARILDA VILLELA
IAMAMOTO



depoimentos



Quando um dia que a gente tava no 12º regimento, eles mandaram arrumar as coisas porque nós íamos pro DOI-CODI. Nós não sabíamos pra onde. Aí chegaram lá, nos colocaram num camburão de polícia, naquele carro que tem aquela parte atrás, eu, Jussara – que era uma das pessoas da UEE que dava assessoria aqui em Juiz de Fora e Mariléa Porfírio. Aí foi já no final, uma viagem para Juiz de Fora, mas a gente só descobriu no meio do caminho para onde a gente ia e levou 8 horas, furo pneu... Um clima de terror. E a gente lá atrás naquela carroceria. Aí a gente veio, nos levaram pra 4ª Região Militar ali no Mariano Procópio, nos colocaram na cela coletiva e foi quando fomos chamados pelo General que afirmava: não existe tortura, não sabia de tortura, que aqui não tinha tortura. Realmente tortura física não teve, mas aconteciam fatos degradantes, como: muita acareação, muita tristeza e muito interrogatório. Aí nós ficamos aqui um período, acho que uma semana, não sei quantos dias, não me lembro mais e depois liberaram a gente, isso aí foi dia 4 de fevereiro de 1972.

Nesse período eu perdi o emprego. Eu era assistente social do INSS e eles me demitiram. O argumento da demissão foi por abandono de serviço porque eu faltei mais de 15 dias. Mas, claro, não falavam que eu estava nas mãos do Estado brasileiro.

O Juiz auditor Mauro Seixas acatou a denúncia e aí implicou no julgamento, isso foi um ano depois, mas nesse ínterim entre o período do inquérito policial e o julgamento (em que eu fui condenada a 6 meses de prisão) eu voltei a dar aula com a autorização do mesmo juiz.

A Universidade Católica de Belo Horizonte não colocou problema e nesse meio tempo o exército exigiu a aplicação por parte do reitor Dom Serafim Fernandes do decreto 477 (esse decreto era contra pessoas que tivessem atos subversivos, alunos, professores, e implicava a expulsão de qualquer Universidade brasileira pelo período de 5 anos) Nós tivemos três pessoas conhecidas nessa época do 477. Foi uma colega, assistente social, Maria Rosângela Batistoni, um colega do movimento estudantil daqui de Juiz de Fora, o Luís Carlos, e eu. Enfim, a Universidade nos absolveu. Primeiro porque eles estavam baseando a expulsão em inquérito policial, que era suspeito, não tinha ainda julgamento. Segundo porque nós estávamos sendo julgados duas vezes pelo mesmo fato, uma de forma administrativa e outra judicial e que não tinha provas suficientes arroladas. Então a reitoria bancou, não aplicou o decreto 477, mas tive que fazer a defesa, conseguir advogado enfim... mas a Universidade, é uma coisa impor-

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



tante isso, me manteve como docente, inclusive de licença sem vencimento durante um bom tempo, não me demitiu.

O meu julgamento foi no dia 22 de março de 1973 e eu fui julgada e condenada a 6 meses. Quero registrar, que no julgamento, minha mãe teve um infarto. Fiquei presa até 13 julho de 1973. Não tinha prisão feminina em Minas naquele período, a igreja interveio, por meio de Dom Geraldo de Moraes Penido. Eu fui cumprir minha pena no Instituto João Emílio em Juiz de Fora. E uma coisa importante é que a diretora da Faculdade de Serviço Social, Elisa Melo, pediu autorização ao juiz da 4ª região e me enviou dois estagiários de serviço social e nós fizemos o projeto de implantação de Serviço Social na Instituição. E orientei dois trabalhos de conclusão de curso na cadeia. Foi muito bonito isso e eu tive um apoio enorme da Terezinha Viegas que era uma das freiras, irmã do Padre Viegas, que foi uma mulher fantástica nesse período.

O resultado do julgamento teve repercussões claras na minha vida profissional, eu me casei e fui morar em um município em Santa Catarina, Criciúma, na Prefeitura, quando eu chego lá eles todos sabiam da minha ficha policial, Isso foi depois da prisão, depois de cumprir pena.

Eu cheguei e fui procurar um emprego na prefeitura e o prefeito Odami Barreto sabia de toda minha situação, enfim,

E importante resgatar a memória, por mais difícil que seja, porque o inconsciente não tem tempo, as coisas se atualizam, mas eu acho que é importante a gente, primeiro, atribuir transparência ao que ocorreu no interior da ditadura, é importantíssimo abrir os arquivos, é importantíssimo que essa história difícil da política brasileira tenha visibilidade. E, por isso que eu acho que a gente tem que resgatar a memória, tem que atribuir visibilidade e não só pra esclarecer o passado, mas no compromisso de evitar e que as novas gerações tenham consciência dessa história, pra que isso não se repita. Então, eu acho que isso é a responsabilidade política que a gente tem de fazer denúncia.

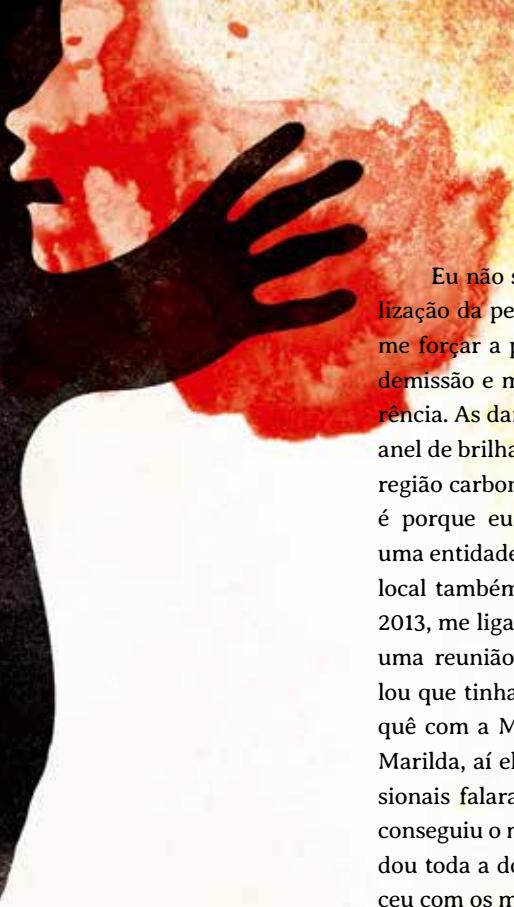
mas ele me contratou assim mesmo. Aí eu abri o jogo mesmo e ele me contratou, mas teve uma enchente em Tubarão e eu tive que trabalhar com os militares, eles assumiram a prefeitura, tomaram conta da cidade, fizeram intervenção de guerra.

Eu era assistente social da prefeitura e eu tive que coordenar toda defesa civil, porque não tinha defesa civil naquele momento com os militares no poder. E até que eu fiz isso, até que no final eles exigiram que eu fizesse a avaliação da enchente, fizesse uma pesquisa em sete dias, todos os municípios afetados da região porque foi Tubarão que encheu. Eu falei que eu não tinha condição técnica de fazer, que eu não faria. Aí eu pedi demissão.

MARILDA VILLELA
IAMAMOTO



depoimentos



Eu não sei se a exigência para a realização da pesquisa em sete dias era para me forçar a pedir demissão. Mas eu pedi demissão e me deram uma carta de referência. As damas do carvão me deram um anel de brilhante. Carvão, porque era uma região carbonífera, as “Damas do Carvão” é porque eu trabalhava, eu assessorava uma entidade de assistência social da elite local também. Quarenta anos depois, em 2013, me liga uma senhora que estava em uma reunião de assistentes sociais e falou que tinha aprendido a fazer não sei o quê com a Marilda, aí perguntaram qual Marilda, aí ela deu o nome e aí as profissionais falaram de mim. Aí essa senhora conseguiu o meu contato, me ligou e mandou toda a documentação do que aconteceu com os meus projetos de trabalho que eu desenvolvi na época na cidade. Com o atendimento à enchente o prefeito ganhou um financiamento fantástico do governo federal, com o qual ele reformou a cidade, aí na época a gente assinou uma instituição que tinha toda a parte de formação profissional para adolescente, mas que estava desativada, aí me trouxe a história dessa instituição, o encanto das crianças, enfim e jornais, recortes de jornais de todas as frentes de trabalho desse período muito emocionante!

Depois, uma outra consequência foi quando eu fui trabalhar no interior de

São Paulo, aí foi uma coisa da igreja mesmo, no Instituto Paulista de Promoção Humana fui eu e, então, meu marido e ficamos três meses e no 4º mês eles nos demitiram, por caça às bruxas. Aí ficamos os dois desempregados. Então foi uma sequência de muitas... nessa enchente, meu marido ao invés de cuidar das aves, ele era engenheiro agrônomo, especializado em zootecnia, ele priorizou o atendimento às pessoas, com isso, ele também foi demitido. Então foi um período assim muito atribulado de um profissional migrante, em decorrência desse processo.

Quando eu saí da tortura, a igreja estava acionando com a denúncia da tortura. E pediu que eu escrevesse sobre o que eu passei, eu escrevi, mas não consegui, não tive força para concluir e dei para uma pessoa guardar os depoimentos, foi escrito a mão ainda. E, quando em 2001, eu tive que fazer esse depoimento para a Comissão de Organização dos Torturados do Estado de Minas Gerais ligados às vítimas de tortura do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria do Estado de Justiça dos Direitos Humanos, eu procurei essa pessoa e perguntei se ela tinha o papel ainda, ela me disse que tinha. Então eu só consegui fazer um depoimento muito detalhado porque eu tinha o registro daquele período. Eu queria dizer uma coisa

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



que eu escrevi, está aqui, eu digo o seguinte no final desse depoimento:

“Certamente as marcas e sofrimentos que ficaram na vida de muitos não podem ser eliminadas ou ressarcidas, elas desafiam o tempo, atualizam-se permanentemente enraizadas na história de vida e nos corações de muitas famílias brasileiras. Entretanto, o mais importante é que as denúncias dos atos violentos e arbitrários do passado iluminem o presente, seus desdobramentos futuros na defesa e aprofundamento do regime e nos valores democráticos e, que o interesse das grandes maiorias se constitua de fato no desafio permanente da construção de uma nova nação brasileira, sob os princípios éticos da grande política”.

Quando da redemocratização a primeira iniciativa foi pedir a reintegração do INSS do ponto de vista administrativo que a Constituição depois de 1988, me permitia. Então eu fiz, ganhei no Estado de Minas Gerais e perdi em Brasília com aquele argumento de sempre: você entrou na política porque você quis, você foi subversiva porque você quis e assumo as consequências. Aí, isso passou algum tempo, e em 1997 eu entrei, ainda antes da Lei da Anistia, ainda com base no artigo 8º da Constituição com processo na justiça, isso em 1997, foi um processo que eu entrei já por um caminho,

já no Rio de Janeiro pedindo a minha reintegração. Bom, isso rolou. Até este ano quando ele foi concluso, de 1997 a 2014. No Supremo Tribunal Federal tive o parecer favorável e eu estou sendo reintegrada ao INSS depois desse tempo todo para aposentar. Não sei quais as consequências disso ainda.

O pedido de anistia, eu entrei com o pedido de anistia em 2002, porque o processo da reintegração estava parado eternamente. Eu fui anistiada em 25 de outubro de 2006, publicado em 2007. Eu tinha um grande amigo, meu cunhado, que trabalhou muitos anos no INSS, ele foi fiscal e ele foi uma pessoa que me apoiou decisivamente nas denúncias, porque ele buscou toda a documentação, então, informou todos os processos, hoje ele é falecido, o Paulo Monzani. Eu queria fazer uma homenagem pra ele.

Eu acho que é importante resgatar a memória, por mais difícil que seja, porque o inconsciente não tem tempo, as coisas se atualizam, mas eu acho que é importante a gente, primeiro, atribuir transparência ao que ocorreu no interior da ditadura, é importantíssimo abrir os arquivos, é importantíssimo que essa história difícil da política brasileira tenha visibilidade. E, por isso que eu acho que a gente tem que resgatar a memória, tem que atribuir visibilidade e não só

MARILDA VILLELA
IAMAMOTO



depoimentos

para esclarecer o passado, mas no compromisso de evitar e que as novas gerações tenham consciência dessa história, pra que isso não se repita. Então, eu acho que isso é a responsabilidade política que a gente tem de fazer denúncia.

Hoje eu estou trabalhando em um projeto da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, junto com a Universidade. Eu acho que isso vai ser muito mais difícil com os trabalhadores, principalmente os trabalhadores rurais, em que tem uma particularidade, você não tem só a repressão estatal, você tem a violência privada, você tem as milícias privadas. Então o público e o privado se misturam e esse privado não tem registro. Então é muito difícil. E são pessoas que também não têm uma presença forte, assim. Inclusive naquele livro da identificação dos torturados, a questão do campo é muito frágil, porque é difícil. Então a gente está fazendo um trabalho assim, no caso do Rio de Janeiro, de buscar os arquivos do Estado, buscar e identificar os nomes, para procurar os nomes nas fotos, tanto da luta pela terra quanto do sindicato dos trabalhadores rurais, porque tem outro lado, eu sou assistente social, mas eu também trabalho com a questão agrária, então acho que é muito importante que a Comissão da Verdade procure ver o que ocorreu com

o sindicato dos trabalhadores, o que ocorreu com os trabalhadores rurais. E urbanos também. Nós estamos buscando assessores sindicais daquele período. Procurando os arquivos dos sindicatos, os arquivos do Estado. Enfim, é buscar agulha no palheiro. Mas temos algumas identificações importantes.

O professor Octavio Ianni tem uma análise que eu gosto muito sobre a ditadura do grande capital. Ele disse o seguinte: foi uma contra revolução, uma dupla contra revolução, foi uma contra revolução contra o avanço do movimento agrário, sindical, das ligas, dos sindicatos, da luta pelas reformas de base, contra os trabalhadores rurais. E foi uma contra revolução que Florestan Fernandes chama de autocracia burguesa contra os estados de direito e as conquistas democráticas ainda que precárias que tivemos de 46 até 64. Porque o que move a ditadura pra mim, na minha análise, que eu consigo entender desse processo, foi a abertura do Brasil ao grande capital, a ditadura do grande capital e para isso você teve que obter ordem e progresso, ou seja: segurança e desenvolvimento e daí cercear.

Calar a oposição. E certamente os trabalhadores rurais e urbanos, nos seus mais diferentes segmentos, foram profundamente atingidos. Além dos estu-

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



LIBERDADE! DEMOCRACIA!

dantes, da classe média, enfim, dos segmentos médios. Então eu acho que esse processo, ele tem sentido, a tortura, tudo isso eu acho que é um embate clássico muito forte que nós tivemos nesse processo, de defesa da hegemonia da abertura para o grande capital, você teve um salto na expansão capitalista brasileira nesse período. E isso implicou um custo muito alto, no Brasil grande, de milagre brasileiro, em todo esse processo. Que se expressou do ponto de vista da maioria da população, como arrocho salarial, como perda da qualidade de vida.

Porque é um desafio que transcorreu a vida. Nasci em 1949 e acho que meu compromisso é o mesmo e isso me dá muito alento pra viver, ou seja, eles não me envergaram. Isso se expressa sobre vários ângulos. Entrei no campo da política profissional, escrevi muita coisa, muitos livros, que é uma forma que eu tenho de expressar meu compromisso, trabalhei muito com os assistentes sociais brasileiros, latino-americanos, numa perspectiva de uma leitura crítica da sociedade, de resgatar o potencial da teoria social crítica, para pensar e decifrar. Os compromissos éticos, teóricos e o desafio de decifrar a sociedade e de contribuir para a elucidação desse período difícil da sociedade brasileira, mas que não é único, esse Brasil que viveu muitas ditadu-

ras. Em que as democracias são interregnumos num quadro de luta. Então eu acho que desenvolver uma cultura política democrática é absolutamente fundamental para o futuro. E eu me dediquei a isso no campo profissional, assessorando as entidades nacionais, as instituições brasileiras de ensino, o Conselho Federal de Serviço Social, dando cursos, rodando a América Latina afora, enfim, eu acho que nessa perspectiva, que é uma militância teórico-política, mas é um compromisso que a gente tem.

Queria agradecer a oportunidade, eu acho que é obrigação da gente registrar. E quero dizer o seguinte: isso que eu estou registrando não é só uma história de vida pessoal, isso é expressão pessoal de uma realidade que foi coletiva numa geração, e eu acho que eu registro com esse espírito, por isso mesmo, uma das coisas pelas quais eu me silencieei nesses tempos e hoje quando as pessoas ficam sabendo assustam, é que eu acho que a gente não pode fazer disso nenhum ato de heroísmo, pessoal. Mas que chega um certo momento que é importante revelar. Revelar para criar o debate, para elucidar o passado e os caminhos do presente e do futuro. É nessa direção que eu faço esse depoimento, ele é difícil pra mim, não é fácil, mas eu acho que necessário.

MARILDA VILLELA
IAMAMOTO



depoimentos



Mariléia Venâncio
Porfírio

Eu nasci em Juiz de Fora (MG), em 7 de setembro de 1946, sou assistente social e depois eu continuei os estudos, fiz mestrado em Educação, doutorado em Ciências Sociais. Ao concluir meu curso de graduação em Juiz de Fora, fui trabalhar em Belo Horizonte (MG), fiz concurso logo, em fevereiro. Eu me formei em 1969. Em fevereiro de 1970, eu fiz concurso para o antigo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), hoje Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), como assistente social e comecei a trabalhar em maio de 1970. Trabalhei até dezembro de 1971, momento em que eu fui presa e não mais retornei ao meu posto de trabalho. A partir de 1985, eu fiz concurso, primeiro para Universidade Federal Fluminense (UFF), no Rio de Janeiro. E a partir de 1991, eu me torno professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde estou até hoje. Nesse meio tempo, eu trabalhei algum tempo depois que fui presa, saí da prisão, como assistente social. Mas, nesse exato momento, eu sou professora, eu estou professora na UFRJ, há oito anos no Núcleo de Políticas Públicas em Direitos Humanos. Saí do Serviço Social e estou numa unidade voltada para as Políticas Públicas em Direitos Humanos. Voltando então ao período de Juiz de Fora.

O primeiro momento em que eu comecei a ter a noção da questão de justiça, de pobreza, de desigualdade, já foi em casa. Meu pai em especial, mas a minha mãe também, era pessoa de uma ligação muito forte com a igreja católica e meu pai participava de um movimento que chamava Vicentinos, e que visitava os bairros pobres, levando ajuda financeira em especial. Então, desde criança, eu ouvi dizer que existiam pobres e ricos. E que Cristo, na medida em que ele era católico, não permitia que essa situação prevalecesse, mas nós, que tínhamos alguma coisa, tínhamos que ajudar.

Meu pai era, como se diz hoje, um microempresário e um funcionário público estadual que trabalhava na administração dos grupos escolares de Juiz de Fora. Era família de classe média baixa, tinha oito filhos e lutava com muita dificuldade para dar a casa e a escola para seus filhos. Mas todos eles sempre ouviram dizer que se tinha que repartir e que essa situação era inadmissível. Então, com 12, 13 anos, eu fui conhecer as favelas de Juiz de Fora e aquilo me chamou muita atenção. Ao mesmo tempo, eu estudava no colégio Santa Catarina, que tinha uma freira alemã, que logo iniciou um trabalho chamado de comunitário nas favelas de Juiz de Fora. Era um movimento que se chamava Veritas e foi

MARILÉIA VENÂNCIO
PORFÍRIO



depoimentos



ali que eu comecei a entender que só dar o pão, só dar a roupa, isso não adiantava. O Serviço Social apareceu para mim como sendo uma possibilidade técnica de sair dessa realidade, a ilusão que, por meio do curso, isso poderia ser modificado de qualquer forma. Então eu fui fazer o curso de Serviço Social.

No curso de Serviço Social, eu rapidamente percebo que a realidade não se mudava por meio da profissão e da mera vontade das pessoas, que a situação era muito maior, que era uma questão estrutural. Eu entro na universidade no período da ditadura militar, em 1966. Esses dois anos de golpe se passaram ilesos. Eu não fui, nem apoiei, mas também era uma coisa meio nebulosa, na universidade que eu logo começo a entender que alguma coisa estava errada. Bom, mas, nesse meio tempo, eu já participava do movimento. Eu não fui de Juventude Estudantil Católica (JEC), mas eu logo comecei a participar de todo um processo que circundava os jovens desse movimento. Eu, entrando na universidade, eu já entro na Juventude Universitária Católica (JUC). Já logo entro na militância de movimento estudantil. Um ano depois, eu já assumo a presidência do diretório acadêmico e rapidamente eu começo a participar das reuniões, e aí eu sou chamada para entrar na Ação Popu-

lar. Então, já em 1967, nos primeiros meses do ano, eu já entro na Ação Popular. Aí começo a entender toda a discussão que acontecia no país, já começo a militar, também já em função dos presos que já existiam, da denúncia das prisões, das torturas.

Minha militância nesse momento se restringiu ao movimento estudantil, primeiro ao diretório acadêmico, depois cheguei a ser secretaria do diretório central, participei da UEE, fui no congresso da UEE em Belo Horizonte, primeiro momento em que eu tive contato com o gás lacrimogêneo. Não fui ao congresso de Ibiúna, que foi outro colega, a Elizabeth Schmidt, que foi pela escola. Minha militância na universidade terminou, mas eu já participava de Ação Popular durante esse período todo e a orientação de Ação Popular é de que eu saísse de Juiz de Fora e fosse para Belo Horizonte. Então eu vou para Belo Horizonte, por uma orientação da organização.

Em Belo Horizonte, a orientação era de que eu já começasse a militar voltado para os bairros da Cidade Industrial. Então, eu me formo em 1969, faço concurso em 1970, vou para o INPS e lá eu tinha varias opções, de trabalhar em vários lugares. A organização me propôs que eu fosse trabalhar num hospital da cidade universitária, Hospital Júlia Kubitschek,

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



que atendia doentes, tuberculosos, operados, em especial, que vinham da mina. Porque ali seria um espaço também de militância, na medida em que havia alguns operários que estavam ali, mas ao mesmo tempo, eu deveria concentrar minhas atividades na Cidade Industrial, já tendo contato com um movimento operário.

Em Belo Horizonte, eu trabalhei no hospital, de maio de 1970 a dezembro de 1971. Eu participava de reuniões, de discussões de textos, de panfletagens, comecei a ter contato com poucas pessoas, muito poucas, que eram do movimento operário. Tinha um misto de participação, porque eu participava com algumas pessoas que a Ação Popular chamavam de pequena burguesia e com algumas pessoas que eram do movimento operário. Por que eu estou dizendo isso? Porque depois eu vou ter três processos. E tinha alguns contatos com pessoas que eram do movimento estudantil, mas secundariamente. Primeiro, porque eram pessoas de Juiz de Fora e que tinham ido para Belo Horizonte. Então eu acabava circulando por esses três segmentos dentro da Ação Popular. E, na Ação Popular, existia já uma conversa muito forte, por isso, eu tinha um contato maior com quem estava no movimento operário, de eu me desligar de Belo Horizon-

te e ir para São Paulo para trabalhar na produção, aquilo que se falava.

Então eu iria trabalhar na fábrica. E era uma coisa que eu realmente gostaria, de ser uma operária e fazer o trabalho de Ação Popular na fábrica. Eu comecei a ser preparada para isso, já durante o ano de 1971. Nesse sentido, eu passei a ter contato com a alta direção da Ação Popular, com pessoa que tinham nomes de Aníbal. Estou dizendo o nome, pois acho que tem um significado muito importante essa figura, que mais tarde eu vou saber que se chamava Edésio Passos. Do meio do ano em diante, começamos a ter notícias. Primeiro, parecia que tinha infiltração em Ação Popular, depois parecia que nós estávamos sendo seguidas, mais para o final do ano, eu não me lembro, não consigo me lembrar se foi outubro ou novembro. Eu e Marilda Iamamoto morávamos juntas. Embora eu trabalhasse na Cidade Universitária, eu morava num bairro de classe média-média, em Santa Tereza. Nós duas tínhamos apartamento alugado e, nesse meio tempo, deve ter sido outubro, novembro, quando nós ficamos sabendo que parecia que nós estávamos sendo seguidas, porque outras pessoas já estavam sendo seguidas e algumas pessoas da Ação Popular já tinham sido presas. A mãe da Marilda foi para Belo Horizonte,

MARILÉIA VENÂNCIO
PORFÍRIO



depoimentos

para dar uma noção de que nós éramos família, que nós não tínhamos nada com a questão política, partidária. Nós tínhamos algumas atividades de ouvir uma música, de sair, mas, nesse tempo, mais tarde nós ficamos sabendo, nós ouvíamos barulho em casa, no sótão, eu via, na porta de onde eu estava, um mendigo que não saía dali. Então esse mendigo, depois, mais tarde, na própria prisão, eles vão dizer, eu fui seguida ali o tempo todo e eles entraram de dia na nossa casa e viram nossos livros, viram todas as coisas, inclusive chegaram a levar coisas. Nós já estávamos sendo seguidas e, como nós estávamos sendo seguidas, mas ainda assim sem que percebessem, soubessem, eu me preparei para sair de Belo Horizonte e ir para São Paulo, já que eu já tinha programado ir para uma nova forma de atividade política.

Então no dia 2 de dezembro, eu saio de manhã, pego duas sacolas, minhas sacolas de roupa, dou uma para Marilda, vou ao banco, pego todo o dinheiro que eu tinha, como se fossem hoje mais ou menos uns 800 a 1.000 reais. Pego as minhas roupas, duas sacolas de roupas, Marilda leva uma, eu levo outra, porque eu iria encontrar com ela depois, já que eu ia embora naquele dia, ou ia ficar em Belo Horizonte com alguém. Não consigo saber se ela sabia, eu acho que

sim, nós nunca conversamos sobre isso mais. Bom, eu saio, ela sai de casa antes de mim e ela é sequestrada. Eu saio logo após, eu devo ter saído umas 7h30 mais ou menos, para ir para o trabalho, eu estava indo para o trabalho normalmente com a sacola. Quando eu saio, dou uns dez passos, alguém me chama. Eu olho para trás; no que eu olho para trás, já tem três pessoas em cima de mim, já me agarram, já me põe um capuz, já me põem dentro de um carro. A partir dali, as pessoas dizem: "abaixa, abaixa", eu entrei em susto, eu não tive outra reação. E rodam, rodam, rodam muito tempo e, logo depois, param em um determinado lugar, eu entro, subo umas escadas, eu vou saber mais tarde que eram as instalações do DOPS.

Quando eu chego ao DOPS, entro em uma sala fechada, cheia de bancos, não vejo ninguém ainda, fico ali um determinado tempo; mais tarde eu vou começar a ver algumas pessoas, inclusive eu vi a Marilda. Eu não lembro se eu já fui torturada nesse primeiro dia, eu tenho impressão de que, mais para a noite, eu já comecei a ser torturada. Já sabiam meu nome e a primeira coisa que me causou maior impacto, porque eu nunca tinha ouvido, era o seguinte: "Guerra é guerra, vocês perderam". Então, foi primeira coisa que comecei a ouvir, aquilo

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)

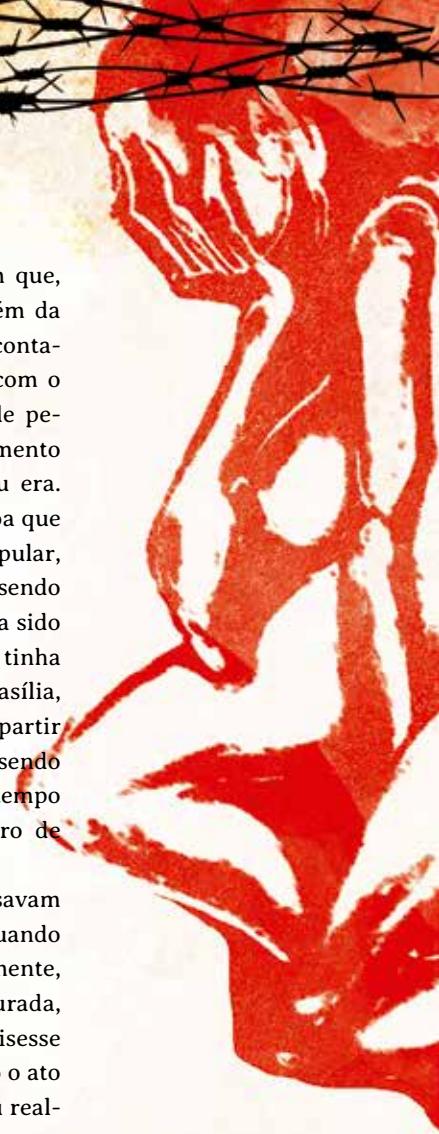


já me causou um impacto assustador. Eu não consigo mais guardar os tempos, as datas, só sei esse dia, porque esse dia ficou registrado em todos os documentos. Mas eu acho que, nessa noite, eu já comecei a ir para uma sala e a primeira coisa que fazem (aí eu acho que é o mais impactante, que causa maior ruptura entre você e outro do outro lado), é te arrancar todas as roupas, e é um ato muito brusco. Eu lembro que eu estava de calça comprida e de blusa e já começa pela blusa e já começa tirando tudo. Aquilo causa uma perplexidade que você não sabe o que vai fazer. E aí já começam a te perguntar coisas. Corporalmente, você tem que desnudar também as todas as outras coisas, é o que eles querem. No primeiro momento, foi ainda de perguntar as coisas e eu dizer que eu não sabia de nada, ainda muito aleatoriamente. Eu não consigo lembrar como foi passada essa noite, mas eu sei que foi uma primeira noite de interrogatório e eu já totalmente sem as roupas.

No dia seguinte, eu começo realmente a ser torturada. O primeiro momento da tortura começa com tapas no ouvido, perguntando se eu conhecia fulano. Ainda eram todos codinomes e, como as pessoas tinham vários codinomes, então você sabia e você não sabia. Então não conhecia, e eu comecei a ser

perguntada por que eles achavam que, quando eu fui presa, eu era alguém da direção. Porque, como eu tinha contato com o movimento estudantil, com o movimento que eles chamavam de pequena burguesia e com o movimento operário, eles imaginavam que eu era. E como eu encontrava com a pessoa que era o orientador geral da Ação Popular, que era esse Aníbal e ele estava sendo seguido, muito seguido, ele já tinha sido denunciado de uma prisão que já tinha acontecido no Rio e depois em Brasília, então ele é que foi seguido e que, a partir dele, é que várias pessoas foram sendo também seguidas, mas ao mesmo tempo existiam pessoas infiltradas dentro de Ação Popular.

Eram essas que, de fato, passavam todas as informações. Então, quando começavam a me perguntar realmente, eu comecei a apanhar e ser torturada, porque não era nem que eu não quisesse dizer, eu não estava segurando sob o ato da tortura o não dizer, é porque eu realmente não conseguia saber quem eram aquelas pessoas. Então isso me fez apanhar e ser torturada, talvez com mais intensidade do que é, se soubessem, já de antemão, que eu não tinha tanta importância quanto é, eles precisavam saber. Depois dos tapas no ouvidos, eu comecei a ter os dedos enrolados para levar cho-



MARILÉIA VENÂNCIO
PORFÍRIO



depoimentos



que. Nisso vai indo numa gradação. Isso deve ter sido uns cinco dias. Durante dois dias, me tiravam dali, me faziam rodar na Cidade Industrial, para ver se eu conhecia algumas pessoas, me punham na porta da fábrica da Belgo Mineira, para ver se, na saída dos operários, eu apontava alguém, eu realmente não conhecia. Eu não conseguia. Tinha um operário que eu conhecia, ele foi preso e depois eu fui vê-lo, mas ali nas instalações do DOPS.

Então, cinco, seis dias depois, eu não consigo definir muito, eles me põem no carro. Já na estrada, eu percebo que tinha uma outra pessoa, eles tiram meu capuz, aí eu vejo que era uma colega minha, a Verônica, que tinha sido presa, mais ou menos na época. Eu falei: "para onde nós vamos?". Muito tardiamente, descobrimos que estávamos na rodovia Juiz de Fora - Rio. Não sabíamos o que ia acontecer conosco. Nós estávamos sequestradas, para onde nós íamos, o que ia acontecer. Enfim, não tivemos noção. Estavam nos levando para o Rio de Janeiro. Depois, eu vou saber que foi o quartel do Barão de Mesquita.

Eu vou para o quartel do Barão de Mesquita. Nós chegamos encapuzadas, ficamos em celas separadas, eu e a Verônica. Assim que eu chego, eu vou para uma sala com uns holofotes, mais holo-

fotes em cima de mim, me tiram toda a roupa, me põem num canto, nua, e eu fico ali, não sei quanto tempo. Essa foi a minha única tortura no quartel e, depois, numa cela onde eu tinha músicas ensurdecedoras. Nunca me perguntaram absolutamente nada e a tortura foi só esta. Eu fiquei na cela sem roupa durante muito tempo também, depois é que me deram minha roupa. Aí eu volto do Barão de Mesquita, eu não perguntei, para as pessoas que me levaram, para os torturadores o que eu fui fazer lá, o que eles queriam comigo. Muito, muito recentemente, no ano passado, eu comecei a imaginar que eu fui parar ali, para uma pessoa que estava presa em Brasília, que era o Paulo Fontelles, que ele foi preso com o meu nome e eu também tinha o nome dele, que eu acho que ele seria um ponto que dizia que eu iria encontrar com ele em São Paulo, para ele ver se ele me conhecia, se eu era alguém, se eu era alguém de nome. Ele não me conhecia! Mas então eu fiquei sabendo muito tardiamente que essa poderia ter sido isso, pelas próprias pessoas da comissão da Anistia e por algumas pessoas do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro. Mas não sei se era, eu sei que eu voltei. E quando voltei, comecei a sofrer novamente, eu já cheguei sofrendo torturas. Então eles diziam o seguinte: "Você é

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



muito boa, você não fala nada". Mas não é verdade, porque as pessoas que eu conhecia me perguntavam se eu conhecia, eu falava que eu conhecia. Perguntavam pelas pessoas com as quais eu circulava, seja de trabalho, seja que militavam comigo: "Você conhece?", "Conheço", "O que ela faz?", "Não sei, trabalha". Bem, então o que aconteceu? Então se começaram os tapas, os dedos enrolados, que eu tenho ainda marca das torturas, o ouvido, muita tortura no mamilo, tanto que os meus mamilos ficaram retraídos, eles retraíram, tem um que é extremamente retraído. E aí me punham num balde com água, os pés ali e os choques nos mamilos, nos ouvidos e nos dedos. E perguntando e fazendo perguntas. Eu fui para o pau de arara duas vezes e sofri choque nos ouvidos e nas axilas, lugares extremamente sensíveis. E nas mamas, que chegavam a sangrar. Eu fui acareada talvez com duas pessoas só, talvez com três pessoas. Mas, no décimo segundo dia mais ou menos, eles queriam que eu escrevesse as atividades que eu fazia. E me puseram numa mesa, com um papel que já estava escrito, era para eu ler e ver se era aquilo mesmo ou não. Aí eu estou sentada, parada, não tinha tortura ali, estava parada naquele momento e, quando eu vejo então a pessoa que era o Aníbal (era o coordenador-geral; eu

não sei o título de Ação Popular no estado de Minas inteiro e Espírito Santo; era uma região, talvez Rio de Janeiro, eu não sei bem). E aí ele me olha e diz o seguinte: "Olha, escreva tudo, assine isso aí, não fique preocupada" e me mostra uma quantidade, volumes e mais volumes: "Isso aqui já é o meu depoimento, quando eu fui preso, eles já sabiam tudo de mim, Ação Popular está caída, Ação Popular está desmoronada e diga tudo já de uma vez. Fale tudo, não sofra mais". Porque, nesse tempo, eu já estava já com a pele roxeada.

Eu fiquei perplexa, eu fiquei muito perplexa, eu fiquei muito assustada, eu acho que eu chorei muito naquela hora. Primeiro que ele era um grande carisma da organização. Ele era a pessoa que organizava todo mundo, que encontrava meios de atrair o que ele chamava de pequena burguesia e, do movimento operário, ele era o que se dizia um grande quadro.

Quando eu escuto aquela pessoa dizer aquilo, foi aí que a ficha caiu para mim. Eu achava que as pessoas estavam ali caindo, sendo torturadas, porque havia gritos, havia choros, até uivos, mas, ao mesmo tempo, quando alguém que você encontrou, alguém com quem você discutiu, alguém com quem você militou junto, chega e diz que: "Eu já achei que

MARILÉIA VENÂNCIO
PORFÍRIO



foi bom, não tem mais jeito, entreguei tudo, já está tudo entregue, não apanhe mais, não seja mais torturada". Aquilo, para mim, foi assim, primeiro um misto de decepção com a pessoa, mas uma coisa mais de desespero. O que fazer agora? O que fazer? E eu lembro que eu assinei, tinha uma quantidade de coisas escritas e eu, vendo mais tarde, que eu peguei até depois no arquivo já de Minas Gerais as coisas que diziam o que eu fazia, eram umas coisas bobas, eu até tenho. Dizia que eu lia documentos, eu estudava, eu fazia pichação, eu fazia reuniões, eu tive livros subversivos em casa, era isso que estava escrito. Era essa que era a peça, não é? Essa que é a peça. Fez panfletagem, a peça era esta. Aí me deram aquilo para assinar. Eu não me lembro de ter assinado, mas, ao mesmo tempo, eu acho que eu assinei. Eu não consegui encontrar documentos que dissessem que eu assinei, mas eu tenho isso escrito. Esta peça do IPM.

Mais tarde, nós ficamos sabendo. A esposa dele, que também era militante, que também eu conhecia, estava grávida e eles fizeram um acordo com ele: ela seria liberada, iria embora ter o filho, se ele entregasse tudo. Ele entregou, foi a partir daí que começou a haver muitas quedas. Parece que os médicos todos de Belo Horizonte, que foram presos, foram

a partir dele. Porque era ele que reunia com o grupo de médicos e de engenheiros. Então, aquilo que ele fez comigo, eu o vi uma única vez, inclusive eu não sabia que ele estava preso. Ele também foi servido como um grande banquete para os militantes que estavam ali presos. Nunca mais vi o Aníbal.

Sobre a tortura, cabe dizer que tinha interrupções. Não era uma coisa assim, doze horas em seguida, cinco em seguida. E tinha uma outra coisa que era o seguinte, você tinha o torturador: o bonzinho e o bravo. O bonzinho vinha, te falava: "Conta tudo, conta tudo o que você sabe, fale tudo o que você sabe". Aí eu digo para vocês que eles achavam que eu era direção: "Diga que você era direção, só falta você dizer isto. Fale mais pessoas que você, que participam e que já não estão presas".

Porque foi uma queda brutal. Em Belo Horizonte, foi brutal e acho que foi sendo em cascata. O advogado, que mais tarde foi meu advogado, estava preso também. Então foi uma coisa assim, assustadora, eles não tinham mais lugar para colocar as pessoas. As pessoas ficavam ali sentadas, no chão, nos bancos. Então, eles próprios não imaginavam, porque as quedas foram sendo como um castelo de cartas, foram caindo, caindo, caindo. Só que eles também

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



ficavam, o torturador, ele era tão alucinado, ele ficava tão desesperado, eu acho, em querer mais, mais e mais, ele chegava para as pessoas e torturava, às vezes, talvez mesmo sem necessidade, só pelo belo prazer de ver se chegava a mais uma pessoa ou se chegava a mais um segundo. Pessoas que talvez eles diziam que eram simpatizantes, tanto que muitas, muitas e muitas pessoas depois foram logo liberadas, porque diziam que era apenas simpatizantes. Mas isso eram volumes, essa imagem, daquela quantidade de volumes, ela me assusta, porque já eram, acho que dos depoimentos todos, estavam ali para trazer, acho mais um impacto.

Mas as torturas eram alternadas. Eu acho que, pelo grau de importância que ele dava para as pessoas, pela chegada das pessoas, também para ver se as pessoas liberavam falar por meio das pessoas que estavam sendo torturadas fisicamente ou psicologicamente. Então, o torturador bonzinho, chegava e dizia para mim assim: "Você é muito novinha, você tem os lábios muito bonitos, você tem os olhos muito bonitos, fale logo para você ir embora". E aí eu dizia: "Bom, mas eu não sei o que eu vou falar". Porque eu, na verdade, se me perguntaram se eu conhecia meus amigos que já estavam presos, pessoas que já estavam

presas ali, eu dizia que conhecia sim, não deixava de dizer que não conhecia. E aí você saía daquilo ali e ia para o outro, que você achava que ainda podia te extrair alguma coisa, voltava novamente a tortura.

A tortura era sempre feita com você desnuda, raramente você estava com roupa. E aí eu descobri uma coisa de que eu não sabia, eu não sabia o cheiro do suor, qual é, o suor do corpo. Aquilo, para mim, foi um outro impacto, aquilo também é uma tortura, você sentir o cheiro do seu suor. Porque a tortura, ela fazia você urinar, você evacuar e você suar, e você punha roupa, só tinha uma peça de roupa que eu punha. E aí você punha a roupa, a mesma roupa, que já estava suja, que já estava suada e isso era uma coisa, assim, horripilante, que você sentia aquilo horripilante e que, ao mesmo tempo, você não sabia como fazer. Porque também eles queriam, durante muito tempo, que eu dissesse isso e eu não disse em momento algum. Primeiro que dinheiro era aquele, se aquele dinheiro era da organização. Eu dizia que aquele dinheiro era meu, porque eu estava com aquele dinheiro. Primeiro eu fiquei desnorreada quando me pegaram com as roupas. Eu disse que ia levar na lavanderia. Depois eu disse que ia viajar, que eu vinha para Minas, eu vinha para

MARILÉIA VENÂNCIO
PORFÍRIO



Juiz de Fora e por que aquele dinheiro? Porque eu ia viajar e ia para Juiz de Fora. Eu apanhei muito para dizer a questão das roupas e a questão do dinheiro, né? E para quem eu ia dar aquele dinheiro, como eu recolhi aquele dinheiro. Mas então eu voltava e dizia: "Bom, eu tenho roupa", mas não me deram as roupas. Até hoje, eu não ganhei mais aquelas roupas. No dia em que eu saí da prisão, eu tive outra peça de roupa limpa, os meus documentos ficaram todos, eu nunca mais revi os meus documentos e aquele dinheiro também nunca foi entregue, nunca foi entregue, né? Bom, mas aí eu me perdi.

Eu não consigo me lembrar de ser torturada com outra pessoa e de ter visto o outro ser torturado. Eu me lembro de ouvir muitos gritos. Mas eu não consigo me lembrar de tudo. Realmente é uma névoa.

Depois do DOPS, me levam para um quartel. No quartel, eu tenho uma cela, é onde eu tomo banho. Do quartel, eu voltei ao DOPS algumas vezes, mas aí era para uma coisa assim, primeiro tinha uma quantidade de livros, era para ver se aqueles livros eram meus, outra vez era para perguntar, tinha algumas fotos e se eu conhecia aquelas pessoas das fotos. Mas do quartel, depois mais uma única vez, que eu tive uma sessão de choques,

uma única vez que eu me lembro. Depois eu não tive mais. No quartel, eu não fui torturada.

Fiquei incomunicável durante um mês. Eu fui ver o meu pai no dia 1º de janeiro. Durante esse período inteiro, eu não vi ninguém. Eu fiquei incomunicável. Foram 15 dias de intenso, mais intenso, depois eles foram sendo abrandados. Em fevereiro, venho para Juiz de Fora, fico no quartel aqui perto do Museu Mariano Procópio, vou para uma acareação de várias pessoas que eu conhecia e que eu não conhecia, pouquíssimas pessoas eu conhecia, eram pessoas de Juiz de Fora. Sou ouvida aqui em Juiz de fora, eu não sou torturada fisicamente, eu tenho uns três interrogatórios, mas eram mais em função de Juiz de Fora. Mas Juiz de Fora, pode-se dizer que foi uma coisa tranquila para mim. Aí eu saio, talvez 5 de fevereiro mais ou menos, uns três, quatro dias depois eu vou para a casa dos meus pais, que moravam aqui. E aí é quando eu digo que fico em prisão domiciliar, fico até maio em prisão domiciliar, sem poder sair de casa. Em maio, eu sou liberada, posso sair da prisão domiciliar. Aí o juiz da auditoria militar mandou um recado para mim: que não era para eu voltar mais para Belo Horizonte. Ou ficar em Juiz de Fora ou ir para outro lugar. Isso

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



Por que eu me dispus a falar? Primeiro, eu acho que, para a história do país, para a formação política histórica do país, as comissões da memória da verdade são fundamentais. Essa história ainda é uma história totalmente desconhecida. Ela tem que ser desvelada e muito desvelada. As gerações, eu dei aula durante anos, eu falava sobre esse período e eu não me punha como sujeito deste período. Eu sempre fui extremamente crítica, conscientemente crítica, formei alunos críticos, eu fiz todas as críticas, ainda faço, mas eu era um sujeito que pairava no ar. Então eu acho que isso tem que ser dito. Mas o início da minha formação política e ideológica foi aqui, nessa história relatada. Então, para mim, é muito importante falar. Penso que essa história tem que ser construída em todos os rincões do país das formas mais variadas.

é maio de 1972. Eu saio, possivelmente em junho, vou para São Paulo, procuro a organização em São Paulo, eu não consigo localizar as pessoas, estavam todas elas em São Paulo presas, inclusive eu tinha um antigo ponto, eu tento ir várias vezes, nunca consegui. Em São Paulo, eu vou para a casa de algumas pessoas que eram até pessoas antigas ligadas à organização, mas que também estavam amedrontadas, chamadas simpatizantes.

E aí eu tenho um contato com Dom Paulo Evaristo Arns, que me pergunta: “e aí, os advogados dele, se eu quero sair

do país, porque eles articulavam a minha saída?”. Aí eu digo que não, que eu não ia sair. Eu fico em São Paulo, começo a trabalhar em São Paulo como freelancer, porque eu não tinha documentos. Consigo tirar uma carteira de identidade em São Paulo. Não é falsa, com o meu nome, meu próprio nome. Fico com uma carteira de identidade, mas não consigo trabalhar, começo a fazer pequenos trabalhos. Fico na casa de pessoas ligadas à igreja católica, mas, em março, eu volto a Belo Horizonte, porque aí eu entrego um processo, porque tem um fato. Eu tentei

MARILÉIA VENÂNCIO
PORFÍRIO



depoimentos



me reaproximar de novo do INPS, do meu antigo trabalho. E aí me disseram que eu estava demitida por justa causa.

No dia 15 de janeiro, eles me demitiram por justa causa e eu ainda estava presa, incomunicável. Meu pai conseguiu, do general da 4ª Região Militar, uma declaração de que eu estava detida, eu não lembro bem as palavras, mas detida para responder a um inquérito policial militar. Meu pai levou aquilo na direção do INPS em Belo Horizonte e eles não aceitaram. Ficou arquivado lá, mas não aceitaram, dizendo que não, que eu tinha sido demitida por justa causa, porque eu não tinha comparecido ao trabalho. Vou constituir um advogado, esse advogado entra com um processo trabalhista, eu vou responder a esse processo trabalhista, já depois que tinha saído da prisão domiciliar, talvez em agosto, mais ou menos. Eu sou ouvida, mas perco meu processo trabalhista. Bom, em março de 1973, eu sou indiciada em três processos. Um que eles chamavam de movimento estudantil, uma da pequena burguesia e outro do movimento operário. E o advogado Afonso Cruz consegue fazer um único processo, então, e eu fico em um único processo, que é da pequena burguesia. Então eu sou julgada e condenada a seis meses de prisão.

Meu processo foi aqui em Juiz de Fora na auditoria militar, que foi a circunscrição de todos que foram presos em Belo Horizonte nesse processo de Ação Popular. Então eu sou condenada a seis meses. Como não tinha prisão feminina...

Teve uma figura em Juiz de Fora, que foi fundamental, Dom Geraldo Maria de Moraes Penido. Ele agiu junto ao juiz auditor, que era um cristão cursilista, Mauro Seixas, muito ligado a Dom Geraldo. E Dom Geraldo parece que teve uma influência muito forte no andamento dos trabalhos com esse juiz. Ele dizia para o meu pai que achava que essa juventude tinha sido enganada, tinha sido levada, mas era uma juventude muito utópica, mas que, ao mesmo tempo, tinha esperanças, que se queria coisas boas. Enfim, um palavreado assim, meio forte, mas ao mesmo tempo meio florido. Mas o que Dom Geraldo então consegue dele? Que as mulheres e os rapazes que tinham sido presos, todos eles, no meu processo, não ficassem em presídios. Então eu vou para o Colégio Santa Catarina, onde eu tinha estudado, a Marilda vai para o asilo, as outras pessoas vão para Belo Horizonte. Tinha um médico, ele vai trabalhar no hospital onde ele trabalhava, ele era médico do hospital. A assistente social vai ficar também num outro colégio. Mais tarde,

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



depoimentos

quando tem uma aluna de Serviço Social que também é condenada, ela é de Belo Horizonte, mas ela vai cumprir pena aqui também num asilo onde a Marilda tinha ficado, e uma operária vai ali para a creche. Vai ficar na creche, fica ali na Barão de Cataguases e ela tinha uma filha pequenininha e a filha fica lá junto. Era uma creche de irmãs. Então a interferência de Dom Geraldo, ela foi fundamental. Tinha o ato humanitário dele, um ato de solidariedade muito forte.

Além de Dom Geraldo, teve circuito que as mulheres ali, dona Leda, de Ação Católica, padre Jaime, tinha algumas freiras, então tinha um grupo que tinha uma influência na cidade e que também, por seu lado, tinha também restrições já a esse período ditatorial e que já começaram a entender que realmente existia tortura. Que existia uma exceção, muito forte. Que não existia direitos sendo prevaletentes. Porque, na verdade, o que se dizia que aqueles jovens tinham feito? Nada. A peça de acusação era o quê? Que tinham distribuído panfletos, tinham feito reuniões, que tinham livros de Marx, de Lênin, que tinham participado de reuniões para discutir o que fazer do país, que eram contra o regime militar. Incurso na lei de segurança nacional em função disto.

Então eu vou cumprir pena no colégio Santa Catarina. E você começa

a perceber como a diretora do colégio tinha uma atitude, também ali naquele período, com os alunos de tentar, nas aulas de, acho que é moral e cívica, já apresentar alguma coisa da realidade do país. Mas as freiras sabiam quem eu era, porque eu estava ali, mas os funcionários administrativos não sabiam e os alunos e os professores não sabiam. Eu podia ter visitas todos os dias. Então o padre Jaime ia, todos os dias, celebrar missa ali, eu ouvia, via meu pai. Meus irmãos iam lá continuamente todos os dias, praticamente me visitar. Eu tinha uma irmã de quatro anos que dormia lá comigo, mas os meus irmãos maiores sabiam, os outros não sabiam, o que era aquilo, o que a irmã deles estava fazendo ali. Mas eu podia ter visita, então, esse período ali foi o período que não trouxe mais problemas para mim. Mas ele tem um problema, porque, quando você esta num presídio com vários outros companheiros, eu acho que você trabalha melhor o processo que você vivenciou. Porque a tortura ficou muito presa em mim, o torturador estava muito preso em mim. Durante muito tempo, quando eu andava em São Paulo, eu via, a fisionomia do capitão Portela, que tinha os olhos verdes. Todos os homens de olhos verdes que eu encontrava pela frente, eu imaginava que fossem ele. Ti-

MARILÉIA VENÂNCIO
PORFÍRIO



nha outro torturador, capitão Freitas, que tinha o rosto todo cheio de Chagas, de coisa que eu imaginava, que eu via aquele homem em vários lugares. Todos os monstruosos, eu achava que eram todos monstros. Aí, quando, na minha casa, eu não falei nada, quando eu não falava nada com as pessoas, então eu me fechei, mais do que eu era fechada com relação a esse fato que tinha acontecido. Se eu tivesse ficado com todos os horrores num presídio, eu penso que aquele corpo, que era o meu, ele estaria sendo ao mesmo repassado.

Para os outros que também estavam ali passando por problemas, quer dizer, eu ia para uns presídios que depois eu vou ver, por exemplo, o presídio do Rio e de São Paulo, que as pessoas passavam. Eu realmente ali era uma interna, com todas as regalias. Mas eu acho que aqui ali, politicamente e individualmente, psicologicamente, não foi bom.

Sobre a tortura, minha mãe me perguntou alguma coisa, meu pai me perguntou, mas meu pai já me viu muito mal quando eu estava lá, minha mãe também foi. Eu acho que eles quiseram me preservar. Eu fui falar mais tarde para as minhas irmãs, um pouco mais velhas. Mas, na verdade, eu nunca falei muito, eu nunca falei o que foi, né? O ginecologista, quando perguntou, eu dei

xei de ir no ginecologista homem, passei a ir na ginecologista mulher. Quando perguntou do mamilo, aí eu falei: olha, fui presa durante a ditadura militar, aí eu sofri choque na mama e ela retraiu. E aí a resposta: "Tá, vamos ver, vamos olhar, vamos ver isso, tal. Na verdade não tem consequências".

Exemplo, eu e Marilda Yamamoto morávamos juntas, nós conversamos pouquíssimo sobre isso e eu conversei pouquíssimo com todas as outras pessoas, inclusive com os meus amigos. Com as pessoas que tinham sido presas ali junto comigo. Muito devagar, vagamente, quando se encontra, se fala alguma coisa.

Os torturadores se revezavam, acho que eles trabalhavam por turnos e tinham que torturar muitas pessoas. Porque era em conjuntos, eram salas, você entrava e saía, entrava um, entrava outro. Eles tentavam não deixar as pessoas se verem, para as pessoas não se comunicarem. Não dizer o que um falou, o que o outro deixou de falar.

Às vezes, havia momentos de sossego, assim como no Barão de Mesquita, o que eu ouvia de gritos e de música alta e de passos, como se fosse aquela coisa, aquela marcha, é um negócio assustador. Isso ficou durante muito tempo na minha cabeça, as músicas altas. Eu não escuto

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



música alta até hoje, não suporto música alta, eu não suporto rock alto, porque eu ouvia rock alto no Barão de Mesquita. Então as figuras, quando eu vejo, até hoje, esses vigilantes altos, fortes, morenos, me lembram a figura dos torturadores.

Então a tortura ficou na minha cabeça, eu não tinha vontade de falar, eu queria esquecer aquilo ali, eu queria viver outra coisa, eu queria viver minha vida, sair, ir embora. E aí teve outra coisa: como a Ação Popular acabou, eu fui chamada para entrar no PC do B e eu circulei pelo partido, mas não entrei. Então não entrei mais para organização nenhuma. Circulei pelo PT, no início dele pelo Rio de Janeiro e depois não entrei mais, eu tive outras militâncias.

Há oito anos, eu saio então do Serviço Social e vou trabalhar em uma unidade que é voltada para os direitos humanos. Essa unidade tem um trabalho, que é um centro de referência de mulheres vítimas de violência doméstica. Aí eu vou começar a fazer a relação do que a agressão de uma mulher, vítima de uma violência doméstica tem, com o seu torturador. Aquela figura, principalmente masculina, que lhe tortura e que ela também não consegue às vezes denunciar ou da qual não consegue se desvencilhar, daquela pessoa que está ali lhe causando todo o tipo de mal. Eu vou atuar diretamente, mas eu vou coordenar

um trabalho indiretamente, mas eu tive um contato muito forte com essas mulheres. Então, são essas mulheres, vítimas de violência doméstica, e trabalhar com os direitos humanos é que vai me fazer desabrochar uma coisa que estava muito fechada e da qual eu não falava. A partir dali, começo a relatar algumas coisas. As pessoas minhas amigas, que eu fiz um novo círculo de amizade, ou de trabalho, elas vão levando susto quando descobrem um passado meu que não era tão passado, mas no qual eu não dizia absolutamente nada. Era um grande segredo, que não era discutido na minha casa com a minha mãe, depois mais tarde com os meus sobrinhos e mais tarde no meu trabalho.

Mas aí tem um outro lado. Desde quando eu vou para o Rio, eu tenho um companheiro que já não está vivo mais e que tinha sido um perseguido político e ele também me ajudou muito, porque ele dizia absolutamente tudo que tinha passado com ele e que também foi anistiado. Essa pessoa conseguiu ir me ajudando lentamente a mostrar e dizer as coisas. Então eu vou participar do grupo Tortura Nunca Mais, ali as pessoas já sabiam o que tinha acontecido.

Mas, por exemplo, eu passei por alunos e mais alunos, que foram descobrir o que tinha acontecido quando eu sou anistiada e aparece no jornal e na televisão. Mas eu sou anistiada há dois anos.

MARILÉIA VENÂNCIO
PORFÍRIO



depoimentos

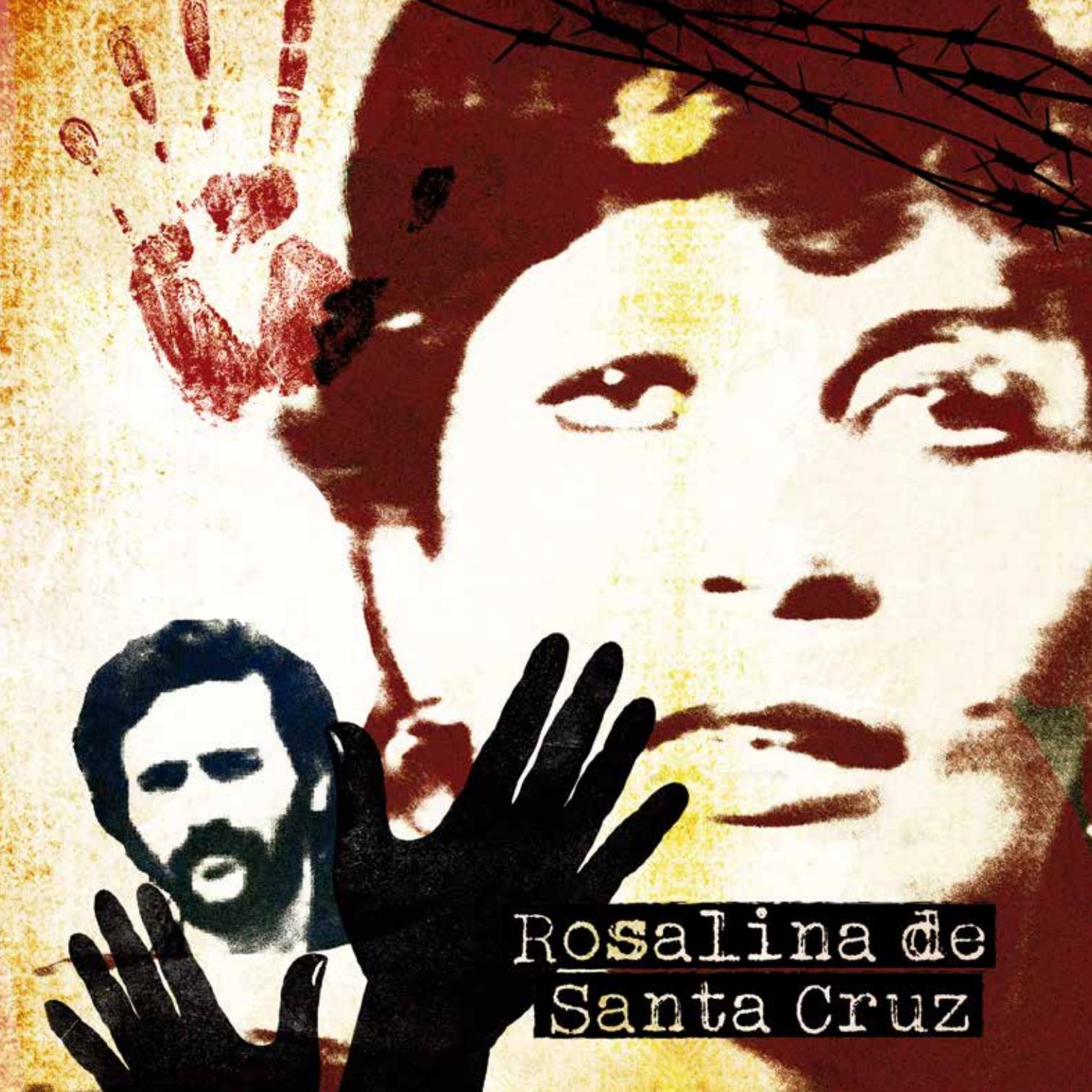
Mas eu ainda sinto alguma coisa do torturador em mim. Então, só para concluir, por que eu me dispus a falar? Primeiro, eu acho que, para a história do país, para a formação política histórica do país, as comissões da memória da verdade são fundamentais. Essa história ainda é uma história totalmente desconhecida. Ela tem que ser desvelada e muito desvelada. As gerações, eu dei aula durante anos, eu falava sobre esse período e eu não me punha como sujeito deste período. Eu sempre fui extremamente crítica, conscientemente crítica, formei alunos críticos, eu fiz todas as críticas, ainda faço, mas eu era um sujeito que pairava no ar. Então eu acho que isso tem que ser dito. Mas o início da minha formação política e ideológica foi aqui, nessa história relatada. Então, para mim, é muito importante falar. Penso que essa história tem que ser construída em todos os rincões do país das formas mais variadas. Eu sou daquelas que acha que os torturadores tem que pagar pelo que fizeram. Eles praticaram danos irreversíveis, físicos e psicológicos. Eu tenho um dano psicológico muito forte, mas eu quero que eles também sejam responsabilizados pelo coletivo do país. Pelo coletivo, a memória desse país ainda é uma memória falseada. Ainda não revelada na sua totalidade, então eu penso que isto é extremamente importante.

E aí, veja só, eu fui concursada em 1970, fiz concurso, fui aprovada, trabalhei, fui demitida como se fosse por justa causa, mas não foi por justa causa. Foi por estar presa, ao mesmo tempo eu entro com processos, eu já entrei com três processos, primeiro administrativos. Perdi os três e venho perdendo na justiça. A justificativa: "Quem entra na chuva é para molhar". Então, se eu entrei na chuva, eu tenho que arcar, eu tinha que saber que aquele meu ato político teria consequências. Sei que, iguais a mim, há várias pessoas no país inteiro, operários, não é? Bancários e outros profissionais, que perderam seus empregos e que até hoje vão morrer sem que tenham tido os seus empregos reabilitados, reintegrados, por atos ainda discricionários.

Então, eu acho que isso também tem que ser revelado, porque, como eu, tem muita gente ainda passando pela mesma situação. Fico até feliz em poder estar passando e revelando, porque não foi tranquilo. Embora eu tenha vivido minha vida tranquila esse tempo todo, eu durmo, já passou, mas tem uma coisa muito fechada, então não é tão tranquilo quanto se imaginava. Esse momento, para mim, além dessa questão política e de revelação histórica, tem uma questão pessoal de agradecimento, pela importância que revelar tudo isso significa.

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)





Rosalina de
Santa Cruz

Eu nasci em Recife (PE) cresci em Olinda (PE), sou filha de um médico sanitarista e de uma dona de casa. A minha mãe é filha de um senhor de engenho, uma sinhazinha que se tornou militante dos direitos humanos e foi indicada entre as mil mulheres para o prêmio Nobel da paz. Hoje ela participa da comissão da verdade, com cem anos, foi na audiência do meu irmão, o desaparecido político Fernando Santa Cruz, levando a foto dele e dizendo: “eu não quero morrer sem saber em que circunstâncias o meu filho foi assassinado, onde está o cadáver dele, e quais circunstâncias da sua prisão e de seu desaparecimento; quero justiça e punição para os torturadores assassinos do meu filho”.

Fui criada nessa família, com grande liberdade, tanto afetiva como intelectual. Na nossa casa, com nossos pais em Olinda e durante toda a ditadura militar, era um espaço de acolhimento dos militantes do movimento estudantil. Lá se discutiam MEC-USAID, imperialismo, Simone de Beauvoir, revolução chinesa, Cuba, barricadas de Paris, cantava-se Marisa, Nara Leão, declamava-se Vinícius de Moraes e até se falava de amor livre, transar sem casar, todas essas questões eram discutidas.

Estudei em colégio de freiras e foi com as freiras que compreendi o apar-

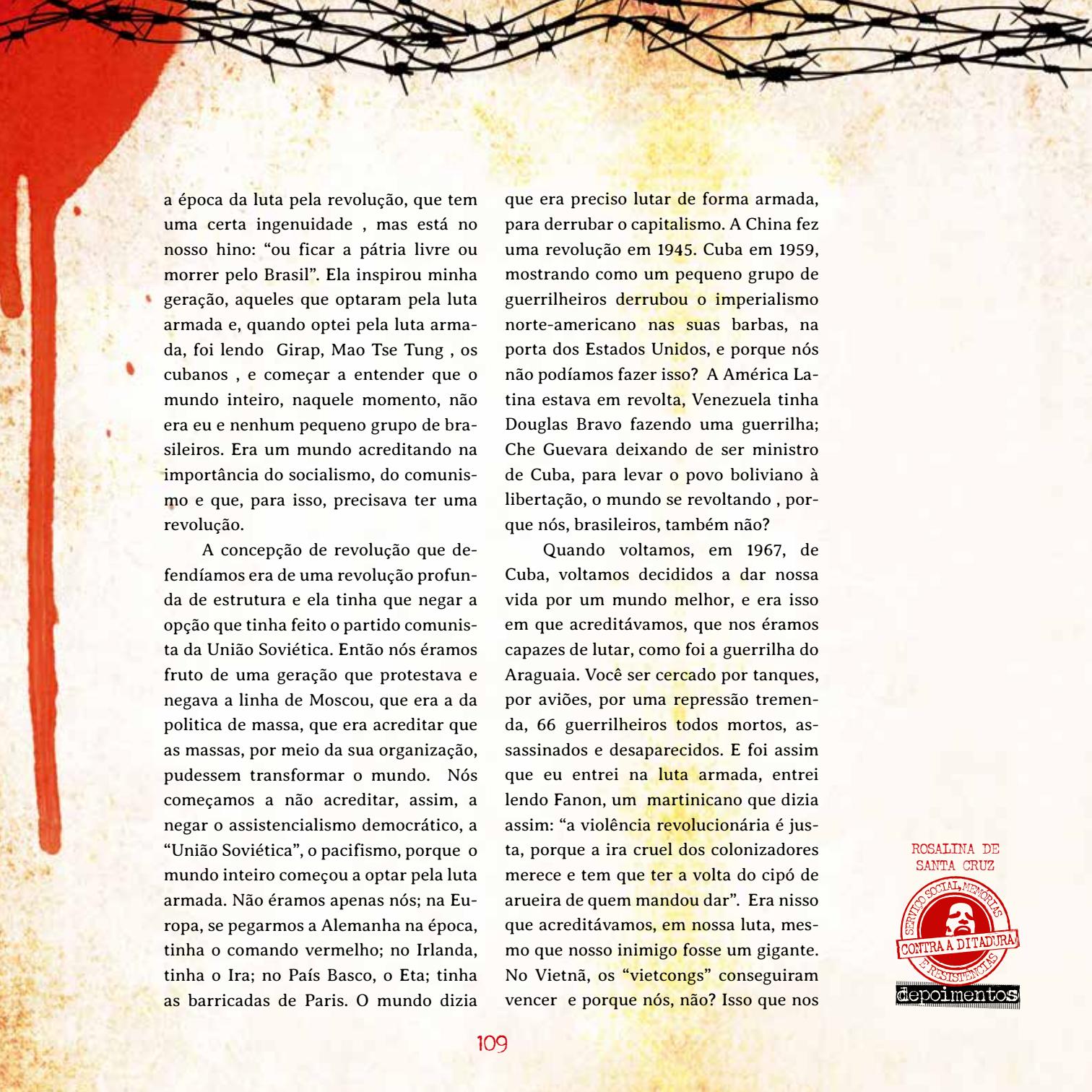
theid que havia na minha cidade, entre a classe média, os ricos e os pobres. Foi com as freiras que eu fui conhecer as pessoas que eu conhecia apenas quando trabalhavam na minha casa, mas não sabia onde elas viviam, os pobres da minha cidade, nas atividades assistencialistas realizadas na igreja e na escola.

Digo isso, porque essa menina que fazia tudo isso aos 12, 13, 14 anos, optou pela luta armada, foi presa e considerada terrorista. Talvez tenha começado aí a minha rebeldia, a minha utopia, o desejo de mudar o mundo. Naquele momento, eu pensei que talvez, pra mudar o mundo, eu precisasse distribuir o que tinha, auxiliar, ajudar, talvez fossem essas as palavras que me levavam naquele momento a mudar aquele mundo.

Só que compreendi, junto com as freiras, que isso era impossível, e foi na faculdade, na Escola de Serviço Social, que, participando da JUC (Juventude Universitária Católica) e depois da AP (Ação Popular), compreendi que, para mudar o mundo, precisamos mudar as estruturas. Era preciso construir outra sociedade, em que as pessoas não fossem divididas entre quem tinha o capital e quem tinha força de trabalho. Quando aprendi isso, eu aprendi também a necessidade de fazer a revolução. Uma frase que me acompanhou, durante toda

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)





a época da luta pela revolução, que tem uma certa ingenuidade , mas está no nosso hino: “ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil”. Ela inspirou minha geração, aqueles que optaram pela luta armada e, quando optei pela luta armada, foi lendo Girap, Mao Tse Tung , os cubanos , e começar a entender que o mundo inteiro, naquele momento, não era eu e nenhum pequeno grupo de brasileiros. Era um mundo acreditando na importância do socialismo, do comunismo e que, para isso, precisava ter uma revolução.

A concepção de revolução que defendíamos era de uma revolução profunda de estrutura e ela tinha que negar a opção que tinha feito o partido comunista da União Soviética. Então nós éramos fruto de uma geração que protestava e negava a linha de Moscou, que era a da política de massa, que era acreditar que as massas, por meio da sua organização, pudessem transformar o mundo. Nós começamos a não acreditar, assim, a negar o assistencialismo democrático, a “União Soviética”, o pacifismo, porque o mundo inteiro começou a optar pela luta armada. Não éramos apenas nós; na Europa, se pegarmos a Alemanha na época, tinha o comando vermelho; no Irlanda, tinha o Ira; no País Basco, o Eta; tinha as barricadas de Paris. O mundo dizia

que era preciso lutar de forma armada, para derrubar o capitalismo. A China fez uma revolução em 1945. Cuba em 1959, mostrando como um pequeno grupo de guerrilheiros derrubou o imperialismo norte-americano nas suas barbas, na porta dos Estados Unidos, e porque nós não podíamos fazer isso? A América Latina estava em revolta, Venezuela tinha Douglas Bravo fazendo uma guerrilha; Che Guevara deixando de ser ministro de Cuba, para levar o povo boliviano à libertação, o mundo se revoltando , porque nós, brasileiros, também não?

Quando voltamos, em 1967, de Cuba, voltamos decididos a dar nossa vida por um mundo melhor, e era isso em que acreditávamos, que nos éramos capazes de lutar, como foi a guerrilha do Araguaia. Você ser cercado por tanques, por aviões, por uma repressão tremenda, 66 guerrilheiros todos mortos, assassinados e desaparecidos. E foi assim que eu entrei na luta armada, entrei lendo Fanon, um martinicano que dizia assim: “a violência revolucionária é justa, porque a ira cruel dos colonizadores merece e tem que ter a volta do cipó de arueira de quem mandou dar”. Era nisso que acreditávamos, em nossa luta, mesmo que nosso inimigo fosse um gigante. No Vietnã, os “vietcongs” conseguiram vencer e porque nós, não? Isso que nos

ROSALINA DE
SANTA CRUZ



depoimentos



O desaparecimento político, como o que aconteceu com meu irmão, foi uma das coisas mais terríveis que a ditadura inventou. Meu irmão foi preso e todos diziam que não tinha sido. Eu tinha certeza absoluta de que tinha sido preso com um companheiro, estão os dois desaparecidos até hoje. Não sabemos onde e em que circunstâncias ele foi morto e seu corpo ocultado.

inspirou. Não éramos loucos, sonhadores, nós tínhamos um mundo optando pela luta armada, isso é importante para entender nossa opção.

Sobre a prisão, fui presa em 1971, no dia 3 de dezembro. Vou dizer a consequência da minha prisão para mostrar o que eu estava fazendo na época. Eu fui primeiro para a Venezuela, assim que acabei o curso de Serviço Social, porque a maioria dos assistentes sociais estava inteiramente desencontrada com essa profissão e, na época, eu tinha que trabalhar com a promoção social. E o que fazer com ela ou com a militância que eu queria fazer a transformação radical do mundo, eu me via cindida entre essas duas opções e optei a manter-me na profissão, nas suas brechas e nas possibilidades, mas usá-la para a revolução, militância política.

Fui presa em consequência de um trabalho que tinha feito com os campo-

neses da Baixada Fluminense (RJ). Eu e o padre da região, que era meu amigo, fomos fazer um trabalho de discutir o socialismo e a revolução com os camponeses que tinham um trabalho de terra, posse de terra, e, num dado momento, colocamos para esses camponeses: vocês preferem a luta armada ou a luta de massa? Os camponeses foram ao Rio de Janeiro, não conheciam nem elevador, perguntaram que chão é esse que brilha tanto, onde está o lugar para eu cuspir. E nós ali naquele lugar, junto com o pessoal da luta armada, decidimos que íamos fazer a luta armada no campo, e um companheiro que tinha saído junto com a gente e com Lamarca foi para o campo fazer o trabalho com esses camponeses. Dois meses depois, dois camponeses foram mortos, a região invadida, e retiramos os camponeses que sobraram e foram para Imperatriz (MA). Eu não sabia o lugar a que eles tinham ido e fui presa em con-

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



depoimentos

CADÊ O FERNANDO?

sequência da prisão deles. Eles foram presos numa busca da guerrilha no norte do país e, quando eles foram presos, foram no meu processo, tinham uma única informação, de onde eles eram e quem tinha iniciado eles nessa política. Então colocam no depoimento que era eu e o padre. A partir disso, fomos presos, impossível com essas informações, sendo preso da forma que eles foram.

O que me angustia hoje é que a comissão da verdade não conseguiu localizar esses companheiros. Fomos a todas as regiões do Maranhão e não sabemos aonde esses camponeses foram, não voltaram para sua região inicial. Para vermos como as coisas foram muito mais cruéis com as pessoas pobres, camponeses, operários, do que conosco, porque sou anistiada, tenho uma reparação econômica, continuei, estudei, me formei, sou doutora, sou professora, fui secretária do Bem-Estar de São Paulo, mas e os camponeses? O que deve ter acontecido com eles, que até hoje não sabemos, estamos na mesma luta, no mesmo processo, essa é uma coisa que, para mim, coloca a questão da verdade hoje! Do resgate da memória, que ainda é muito parcial.

Quando tive minha segunda prisão, eu tinha um bebê de cinco meses e isso me tocou muito, porque eu cheguei a casa naquele dia no meu apartamen-

to em São Paulo, eu tinha voltado e o exército tinha procurado meu irmão. E, ao abrir a porta, havia cinco homens armados dentro do meu apartamento e meu bebê de cinco meses estava no berço, mordendo o berço e todas as pessoas ali armadas, a menina que ficava tomando conta dele estava no chão, rendida. E eu pensei que aqueles trastes pudessem levar o André para algum lugar, porque ele tinha cinco meses e estava muito assustado e, provavelmente, ia ser levada ali e eu amamentava naquele momento. Na minha vista, levaram o André até a janela e disseram que iam jogar pela janela do quinto andar, ficamos eu e Geraldo gritando que não fizessem isso, o André ouvia nossos gritos. Fomos arrastados da casa e ficamos durante dois dias, ficamos mais dias, mas, durante dois dias, sem saber o que tinha acontecido com André.

Na minha família, nós temos três crianças, contando com meu filho André, que foram muito atingidas. A minha irmã, quando soubemos do desaparecimento do meu irmão, fomos procurar essa minha irmã e ela tinha um envolvimento político menor. Fomos à casa dela e ela disse: “tenho uma notícia boa para dar”, e nós: “temos uma notícia péssima”. Quem falaria primeiro? Aí nós dissemos: “Fernando foi preso”, ela

ROSALINA DE
SANTA CRUZ



depoimentos



Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



depoimentos

disse: “eu estou grávida”. Alessandra nasceu nove meses depois da prisão de Fernando. O meu outro sobrinho, filho de Fernando, quando desapareceu, tinha um filho de 8 meses e não consegue falar muito sobre a infância. Isso são exemplos de muitas outras crianças que tiveram sua infância roubada pela militância dos seus.

Comigo, a tortura foi cruel, passei por todas as formas por que passavam todos os presos políticos, e me lembro do episódio de uma tortura psicológica, que foi pior que o pau de arara em que fui colocada. Hoje tenho várias cirurgias adquiridas decorrente dessas torturas, fiquei com 36 quilos, em 50 dias de tortura, um ano e três meses presa, e uma segunda vez com a apreensão do meu filho.

Quando estava no DOI-CODI, um torturador me tirou o capuz e vi a cara dele, sei inclusive hoje quem é, e ele me disse que eu iria voltar para lá. Disse-me: “você pode falar o que quiser na auditoria, e aquele seu advogado eu penduro no pau de arara que nem você, então vê lá o que você vai dizer”. Quando cheguei à audiência, estavam várias pessoas: minha mãe, um juiz e cinco militares, o padre e dois camponeses (foi a última vez que os vi). O juiz perguntou: “a senhora tem alguma coisa a declarar?”. Eu tinha pouco mais de 20 anos, e disse: “eu tenho, vocês me colocaram no pau de arara, abriram minha perna, me colocaram choque dentro da minha vagina, tive um aborto, vocês me penduraram e me bateram na minha barriga até sangrar”.

Fui contando, até que o juiz suspendeu a sessão. Era muito comum quando havia tumulto, todos foram embora e fiquei ali sozinha. Falei para o juiz: “eu não volto para o quartel onde estava, não posso voltar”. E, tremendamente arrependida de ter falado aquelas coisas, fiz a denúncia, não sei se registraram, estou procurando saber. Já eram oito horas da noite e me colocaram em um camburão e ele corria feito louco, e tinha um buraquinho pelo qual eu ia olhando. Daí, o portão do DOI-CODI se abriu e eu senti muito medo. Dá uma coisa no diafragma, a barriga encolhe, não respira, me colocaram um capuz e desci do camburão. A primeira voz que ouvi foi dizendo: “Rosinha, você voltou! Eu estou aqui”. Aquele negócio me deu uma tremedeira forte, falo isso pra mostrar que, na tortura, não somos só heróis, somos seres humanos. Eu tremia tanto que batia boca, perna, e o cara dizia: “que comunista covarde, para de



O desaparecimento político, como o que aconteceu com meu irmão, foi uma das coisas mais terríveis que a ditadura inventou. Meu irmão foi preso e todos diziam que não tinha sido. Eu tinha certeza absoluta de que tinha sido preso com um companheiro, estão os dois desaparecidos até hoje. Não sabemos onde e em que circunstâncias ele foi morto e seu corpo ocultado.

tremer, para de ser medrosa”. Eu dizia: “não tenho medo nenhum, não estou com medo de você, só estou tremendo”, porque não conseguia parar de tremer. Há muitas coisas na tortura e tem nosso lado humano do medo da fragilidade.

Fui perseguida, os documentos mostram que, até 1989, havia pessoas que me seguiam constantemente, a mim e ao Geraldo. Tinham todos os nossos passos registrados, coisas comuns, do aluguel da garagem da nossa casa para formação do PT, palestras na universidade. E eu não era uma pessoa tão importante para ser tão seguida. Imagine como tudo isso tinha influência nos nossos filhos e na busca pelo meu irmão, Fernando Santa Cruz.

O desaparecimento político, como o que aconteceu com meu irmão, foi uma das coisas mais terríveis que a ditadura inventou. Meu irmão foi preso e to-

dos diziam que não tinha sido. Eu tinha certeza absoluta de que tinha sido preso com um companheiro, estão os dois desaparecidos até hoje. Não sabemos onde e em que circunstâncias ele foi morto e seu corpo ocultado. As duas notícias que temos, por mais terríveis que sejam, foram dadas pela própria ditadura, pelos próprios policiais. A primeira veio quando um sargento do exército, chamado Marival, resolveu falar e disse que sabia onde estavam, não sei se ele queria ser conhecido ou queria dinheiro. Dizia: “eu era do DOI-CODI e sei onde estão os desaparecidos, foram decepados, jogados em sacos plásticos, a cabeça de um junto com a de outro, com o pé de outro, de forma que não fossem identificados, e foram sepultados em cemitérios clandestinos”.

Fomos todos a cemitérios, em valas, procurar. Ele cita o nome do meu irmão,

ROSALINA DE
SANTA CRUZ



depoimentos

isso saiu na revista Veja, não conseguimos investigar, o governo brasileiro também não nos deu força suficiente para fazer a investigação, não sei por quais implicações. Agora, o senhor Claudio Guerra vem a público e diz que 14 desaparecidos foram incinerados em uma usina de Carapicus, em Campos. Fomos à usina, fomos ao governo, queremos saber. O Claudio Guerra disse que, desses 14 desaparecidos, nem cinza restaram, disse também que parássemos de procurar, que esse episódio estaria encerrado. Mas continuamos e agora estamos exigindo que os desaparecidos sejam conhecidos.

Cabe ainda ressaltar o caso do relato do torturador do alto escalão do exército brasileiro, Paulo Malhães, que recentemente decidiu falar dos desaparecidos políticos. Quem tiver estômago e quiser ir ao youtube, pode ouvir sobre como poderiam sumir com as pessoas que estavam na casa da morte. Relata Paulo Malhães que era muito simples, arrancavam os dedos das pessoas para acabar com as impressões digitais. Com relação à arcada dentária, quebravam. Indagado se faziam isso com as pessoas mortas ou vivas, ele respondeu: “depende”. Esse senhor foi morto por seus companheiros um mês depois. Não tinha uma marca no corpo, foi sufocado, para que os outros não falassem.

É isso que vivemos hoje, e nas periferias, com as Cláudias, Amarildos, porque o pau de arara e o desaparecimento com ocultação de cadáver, tudo isso que foi feito na nossa geração conosco, continua. Nesse momento, deve ter um jovem negro, pobre, pendurado em um pau de arara em algum lugar do Brasil e a gente não pode deixar de discutir o passado, para garantir que, no presente, seja punido, que não se continue com a tortura, porque ela acontece hoje da mesma forma.

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)





Rute Gusmão

Pereira de

Azevedo



Estudei Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Na época de minha detenção, já era assistente social e cursava ciências sociais na então Faculdade Nacional de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Brasil, na mesma cidade. Em 1970, tive que trancar a matrícula no curso de ciências sociais, cuja frequência nunca mais retomei.

Inicialmente, participei da Ação Cristã de Acadêmicos, que existiu no âmbito das igrejas protestantes e da União Cristã de Estudantes do Brasil. À época, eu integrava um núcleo estudantil da Ação Popular.

Na ditadura militar, sofri vários tipos de violência, como: a invasão de meu domicílio, quando agentes da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) vasculharam toda a casa. Detenção, tendo sido levada para dependências da DOPS, onde fui interrogada e fichada. Fui seguida por agentes da polícia durante muito tempo; observação por agentes da polícia, do apartamento em que morava; o afastamento da subchefia de divisão que ocupava na Legião Brasileira de Assistência (LBA); o fichamento pelo Serviço de Segurança da instituição em que trabalhava, a LBA, dirigido por um general; o isolamento de qualquer tipo de trabalho e convivência

no trabalho por cerca de um ano; a discriminação no trabalho por razão ideológica; a ameaça, pela direção do Departamento de Serviço Social da LBA, por escrito, de demissão por razão ideológica; “corredor polonês” durante a invasão, pela Polícia Militar, da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), quando fui espancada; vítima da truculência da Polícia Militar sobre um grupo de estudantes que participava de manifestação no pátio do Ministério da Educação e Cultura, o que trouxe sequelas físicas e exige permanente tratamento. E, por fim, dificuldade para a obtenção de passaporte quando, em 1975, recebi uma bolsa do Conselho Britânico para estudar arte na Inglaterra.

As situações de violência pelas quais passei aconteceram em diferentes momentos. O “massacre da Praia Vermelha”, conhecido episódio do cerco e invasão da Faculdade de Medicina pela polícia, do qual participaram cerca de 600 estudantes, no qual estive presente, ocorreu em setembro de 1966 e significou uma resistência à ditadura pelo movimento estudantil e sua luta pela democracia e autonomia universitária.

A manifestação no pátio do MEC, na qual reivindicamos mais verbas federais para a universidade, ocorreu quando eu estudava ciências sociais e trabalhava na LBA.

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



A experiência de viver num país sob ditadura é muito dolorosa e marca para sempre a existência dos indivíduos e das famílias, a vida da sociedade e a cultura. As mortes, os sequestros, os homens e mulheres que nunca foram encontrados, o que foi subtraído da educação, da cultura, do pensamento, da experiência social, o que foi destruído e atrasado tanto a conquistas sociais, econômicas e políticas, irremediável, mesmo que tudo venha à tona e que os torturadores paguem por seus crimes.

Depois do AI-5, em 1969, o apartamento em que eu morava com meu marido no bairro do Flamengo, Rio de Janeiro, foi invadido e vasculhado por dois agentes do Serviço de Ordem Política e Social do DOPS. Tinham um mandado de prisão, em que constava meu nome. Apreenderam livros da nossa estante. Fui levada para um prédio, hoje já demolido, localizado na Praça XV. Lá, um oficial da Marinha vasculhou minha bolsa e me interrogou; fui fotografada e fichada. Permaneci durante algumas horas naquelas dependências. Eu estava incluída num inquérito policial-militar (IPM). A alegação para minha detenção foi o fato de meu nome constar de um fichário da organização Ação Popular, apreendido pela repressão.

Depois da detenção, fui intimada a comparecer novamente ao DOPS no mesmo ano, o que fiz acompanhada e orientada por meu advogado, Dr. Lysâneas Maciel.

Meu pai, hoje falecido, era oficial da reserva, conseguiu entrar no prédio e me retirar de lá no mesmo dia.

Em seguida, eu e meu marido nos afastamos do Rio de Janeiro. Decidimos morar no interior de São Paulo, onde residimos e trabalhamos durante três anos. Não cumpri pena

Na época, não denunciei as violações sofridas. Eu e meu marido fizemos um depoimento no livro de Evandro Teixeira, 68 Destinos, Passeata dos 100 Mil, em que falamos a respeito de nossa participação na resistência à ditadura. Não recebo reparação do Estado. Nunca esperei receber.

As violações de direitos da ditadura atingiram minha atuação profissional. Fui discriminada ideologicamente na LBA durante muitos anos. De lá, não pude sair durante a ditadura, para não ficar desempregada, pois, na época, se dependia do atestado ideológico para



RUTE GUSMÃO
PEREIRA DE AZEVEDO





conseguir emprego. Estive prestes a ser demitida por razões político-ideológicas, mas alguns colegas souberam me defender na instituição.

Durante décadas, fui vigiada em minha atividade profissional e militância por órgãos de segurança, o que constatei no habeas data que obtive na Agência Brasileira de Inteligência (Abin) em 2004, em que é registrada minha participação como vice-presidente da Associação Nacional dos Servidores da LBA no ano de 1989.

Entendo que é dever dos que viveram os anos de ditadura resgatar suas memórias e contribuir para o resgate da história censurada e deturpada pelos aparelhos dominantes durante décadas, para que a sociedade tenha consciência do que aconteceu e as futuras gerações não permitam que um regime ditatorial volte a subjugar este país, este povo, esta cultura.

A experiência de viver num país sob ditadura é muito dolorosa

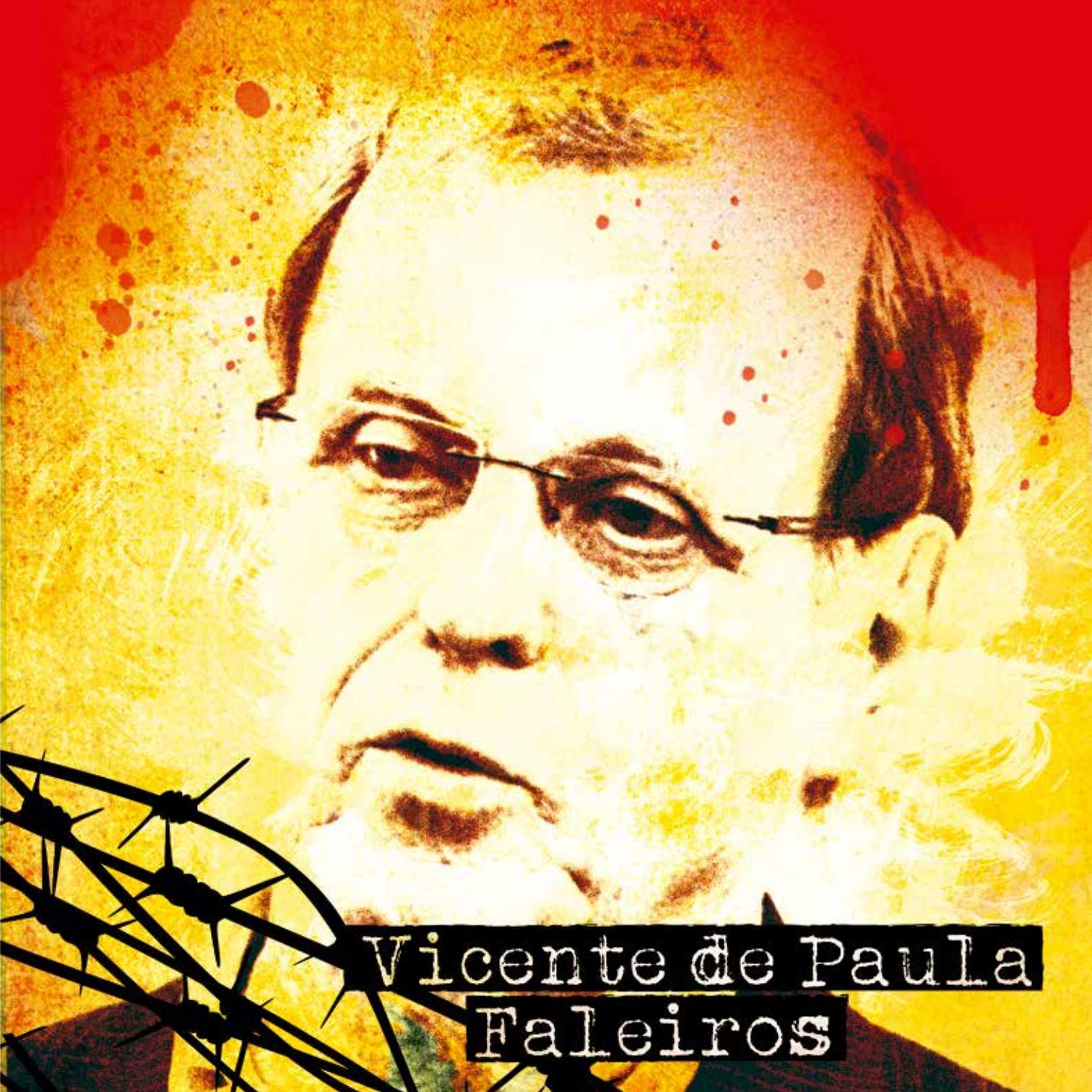
e marca para sempre a existência dos indivíduos e das famílias, a vida da sociedade e a cultura. As mortes, os sequestros, os homens e mulheres que nunca foram encontrados, o que foi subtraído da educação, da cultura, do pensamento, da experiência social, o que foi destruído e atrasado quanto a conquistas sociais, econômicas e políticas, é irremediável, mesmo que tudo venha à tona e que os torturadores paguem por seus crimes.

Hoje, se torna fundamental a defesa da liberdade, da igualdade, a construção de um projeto para o país, que inclua a efetivação das mudanças necessárias, para que possa se tornar política, econômica, cultural e socialmente democrático, e seu povo respeitado em seus direitos. Ditadura nunca mais!!!



Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)





Vicente de Paula
Faleiros

Introdução

Este texto se refere ao episódio/situação de minhas prisões no contexto das ditaduras militares do Brasil em 1964 e do Chile em 1973. O contexto será apenas brevemente caracterizado, pois já foi objeto de diversas e profundas análises.

O episódio é um acontecimento pessoalmente vivido num determinado tempo/espço referido pela memória da época. Na apresentação da tragédia grega, o episódio (*epi+ eisódos*) se refere à entrada dos personagens na cena de teatro, é estar no meio da tragédia. No caso desse depoimento, é estar no meio da tragédia real que foram os golpes de estado no Brasil em 1964, no Chile em 1973, no exílio de 1970 a 1979. Novos atores entram em cena, tanto no Congresso da Virada em 1979, como nos 30 anos do mesmo, a que estive presente.

Trata-se de um depoimento que mescla reflexão e vivência, história social e história pessoal, trajetórias políticas e percursos de vida. Com efeito, somos sujeitos sociais, implicando não só a multidimensionalidade das relações em que estamos envolvidos, mas suas interações e conflitos. O percurso da vida é conflituoso, não se configurando como correlação de intenções, numa ótica idealista, mas numa correlação de forças

em presença, na ótica do materialismo histórico.

Já refleti sobre o contexto dos anos da ditadura, destacando-se o livro O trabalho da política – saúde e segurança dos trabalhadores, publicado pela Editora Cortez em 2010 (2a ed.) e o capítulo 4o do Livro Globalização, correlação e forças e serviço social, também publicado pela Editora Cortez em 2013.

Este texto tem cinco partes. Num primeiro momento, falo do golpe de 1964 e do episódio da minha prisão no período de estudante. Em seguida, do episódio da prisão em 1967, já como profissional. Em terceiro lugar, situo-me no Chile. Em seguida, uma reflexão breve sobre o exílio. Finalmente, transcrevo trechos de meu depoimento no Congresso da Virada. Não vou me alongar, mas alinhar alguns traços desse percurso.

1. O golpe de 1964 e o episódio da prisão

Os golpes militares latino-americanos do século XX são um processo de rearticulação da hegemonia das classes dominantes burguesas, quando se veem ameaçadas por uma contra-hegemonia das classes populares, que passam a se mobilizar, a conquistar direitos e se representar politicamente.

Em 1964 no Brasil, os camponeses, os operários e os estudantes se haviam

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)





Nos arquivos do antigo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), encontrei documento em que se diz: "Vicente Faleiros - a sindicância foi provocada pela própria Direção da Faculdade", continuando, "Aquele estudante juntamente com a Susana Vilela, ex-presidente do centro acadêmico, lideraram um grupo de 15 alunos, pertencentes a este estabelecimento, dessa fundação e se julgavam donos da escola. Como minoria ativa organizada, agitou todo o meio estudantil Ribeirão-Pretano, e produziram a desmoralização dos seus mestres".

posto em movimento nas lutas por reforma agrária contra o latifúndio, por avanços na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na organização sindical e na previdência social e por democratização e laicização do ensino. As ruas foram ocupadas por massas populares.

A reação veio com a aliança entre latifundiários e patrões, por um lado, com organizações civis vinculadas ao conservadorismo, como setores das igrejas e de classes médias, por outro. As suas bandeiras eram a defesa da família, combate à corrupção e ao comunismo. Resultou na ação militar para derrubar o presidente João Goulart, democraticamente eleito. Qualquer se-

melhança com o golpe para derrubar Dilma Rousseff em 2016 não é mera coincidência.

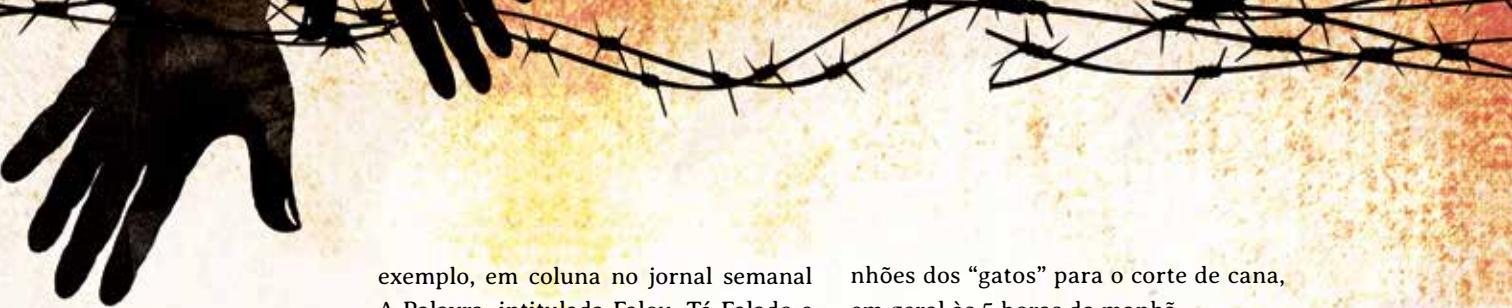
Nós, estudantes de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social de Ribeirão Preto (SP), formávamos um grupo crítico da profissão e do sistema. Éramos da JUC ou da organização Ação Popular, ambas presentes no movimento estudantil, na época articulado à UNE. É dentro da UNE que nos movíamos e, nos Congressos de Quitandinha e ABC, formamos a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS, à época).

A luta local implicou minha presença na discussão pública da política, por

VICENTE DE PAULA
FALEIROS



depoimentos



exemplo, em coluna no jornal semanal A Palavra, intitulada Falou, Tá Falado e em reportagens no jornal Diário de Notícias. Uma que causou furor na classe média, expressa nas mensagens ao jornal, foi desvelar a situação das empregadas domésticas, escravidão considerada naturalizada.

Em nível local, questionávamos a forma como o Serviço Social era ensinado e fundamos o Centro Acadêmico XV de Maio, posicionando-se criticamente frente à direção da então Associação de Ensino de Ribeirão Preto (AERP). Participei do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE. Por causa de uma peça de teatro num bairro periférico, tomei uma suspensão de uma semana, o que mostra a aliança entre o ensino privado e a ordem dominante. A diretora do curso, dona Marina, me convidou a abandoná-lo, por “não ter vocação para o Serviço Social”.

Participei do MEB, movimento de educação de base do MEC no processo de alfabetização pelo Método Paulo Freire, com duas experiências, uma urbana em Vila Virgínia, e outra rural, esta interrompida pela pressão dos fazendeiros. Ajudei a fundar sindicatos rurais na região de Ribeirão Preto, inclusive convidando trabalhadores boias-frias quando partiam nos cami-

nhões dos “gatos” para o corte de cana, em geral às 5 horas da manhã.

Para ganhar a vida, dava aulas particulares para estudantes do segundo grau, aulas de história da arte na Escola de Artes Plásticas e também aulas de português à noite no Ginásio Municipal. Consegui autorização do MEC para a docência depois de um exame de proficiência.

O golpe de 1964 foi ação tanto contra a democracia formal, como contra as lutas e propostas pela reforma agrária, reforma educacional, reforma urbana no interesse das massas oprimidas. Foi, portanto, contra o que fazíamos na defesa desses interesses.

Nos dias anteriores a 1º de abril de 1964, víamos as marchas pela família, com Deus pela liberdade como articulação da direita. A derrubada do governo João Goulart me levou a escrever um artigo: Assistentes Sociais de Luto no Diário de Notícias, contra o golpe. Foi o dia da corrida para destruir ou esconder textos, inclusive no forro da República Pio XII, na Praça 7 de Setembro, onde morávamos 32 estudantes. Informado de que estava procurado, tive que buscar esconderijo, recusado em algumas casas, mas aceito no Seminário de Brodóski, onde conhecia o reitor desde meus tempos de seminarista.

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)





Depois do esconderijo, voltando à República Pio XII, fui preso e levado ao Corpo de Bombeiros de Ribeirão Preto em abril de 1964. Em seguida, levado para a cadeia pública de Ituverava, a 100 km de Ribeirão Preto, à noite, com centenas de voltas pela cidade para nos confundir, com mais um estudante de Direito. O interrogatório do Inquérito Policial Militar (IPM) teve como referência o ofício nº 69, do Exército de Pirassununga, em que aparecem vários nomes de pessoas ligadas ao Serviço Social, incluindo o meu e de outras companheiras, denotando o fichamento da liderança estudantil por parte do Exército.

Nos arquivos do antigo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), encontrei documento em que se diz: “Vicente Faleiros - a sindicância foi provocada pela própria Direção da Faculdade”, continuando, “Aquele estudante juntamente com a Susana Vilela, ex-presidente do centro acadêmico, lideraram um grupo de 15 alunos, pertencentes a este estabelecimento, dessa fundação e se julgavam donos da escola. Como minoria ativa organizada, agitou todo o meio estudantil Ribeirão-Preitano, e produziram a desmoralização dos seus mestres”. Esta é uma acusação da época, vinda da própria AERP.

Um dos documentos traz a relação de todos os envolvidos na Ação Popular, denominada “marxista-leninista”. Além de fichado como agitador, o era também como membro da Ação Popular e como participante do Partido Comunista (PCB). Assim, estava marcado nas duas organizações. A relação dos membros do partido comunista estava dividida entre simpatizantes e ativistas. Estava indiciado como ativista.

Ação Popular e PCB disputavam concepções sobre as estratégias de ação: transformação social com o povo versus tomada do poder pela burguesia nacional, conforme propunha o PCB, como o reconheceu o próprio Luís Carlos Prestes. A Ação Popular tinha uma perspectiva de revolução, sem passar pela etapa burguesa. Nos movimentos estudantil e sindical, as correntes de esquerda disputavam cargos e direções.

O isolamento em Ituverava trazia muita apreensão, pois nem a família teve contato comigo, forçando meu pai a me procurar pelas delegacias, até me encontrar em Ituverava. O processo não andou, mesmo sem presença de advogado, tudo era arbitrário na rotina do dia a dia de uma cadeia de polícia do interior, tendo, na maioria das celas, prisioneiros comuns. Pude retomar tarefas de professor e de estudante, mas foi-me proibido

VICENTE DE PAULA
FALEIROS



depoimentos



fazer o TCC sobre o Método Paulo Freire, devendo escrever sobre metodologia da pesquisa e desenvolvimento de comunidade.

2. A clandestinidade e o episódio da prisão em 1967

A ditadura aprofundava a repressão, aumentando a tortura, o controle da mídia, o controle da política, dos sindicatos, dos movimentos sociais. Esta radicalização do poder militar tornava também mais explícito o Estado de Exceção. Exceção pela implantação do terror do Estado pela tortura, pelo silêncio da oposição e a implementação da guerra, na transformação do opositor em inimigo interno do regime. No entanto, a situação econômica de 1967 a 1973 foi chamada de “milagre econômico”, combinando crescimento e arrocho salarial e político.

Continuei militando na Ação Popular e buscando trabalho como recém-formado. O trabalho era público, a militância clandestina, obrigando-nos a uma “vida dupla”, mas combinando ações, no mundo legal, que questionassem minimamente o Estado de Exceção e não pusessem em risco a vida, com ações de resistência. Algumas organizações de esquerda, influenciadas pela estratégia guevarista da guerrilha, partiram para o enfrentamento armado. Uma parte da

Ação Popular fez essa opção. Mas era necessário trabalhar com a resistência ao regime, tanto urbana como rural e estudantil, articulando várias frentes, o que foi minha opção.

Em Brasília, em 1966, consegui trabalho na Fundação do Serviço Social. Na Ação Popular clandestina, participei do que se chamava Comando Regional. Por ameaça, um camponês nos delatou. A minha prisão, com toda a direção, foi anunciada na mídia, articulada com o sistema de informações da ditadura. Assim escreveu Ibraim Sued em sua coluna na Folha de São Paulo: “Guerrilheiros: Atenção! Atenção! Inúmeras prisões de guerrilheiros de Goiás, pelo meu fio especial, estou seguramente informado de que ação de guerrilheiros daquela área tem preocupado o comando militar”.

Continua: “Pois bem, enquanto os guerrilheiros continuavam agindo, dois subversivos altamente comprometidos com as guerrilhas de Uberlândia, obtiveram habeas corpus do Superior Tribunal: Vicente Faleiros, Ostir, brasileiros natos”(sic!). O nome do outro preso era Osdir Brasileiro Matos. Termina sua crônica com a expressão: “A revolução não pode dormir no ponto”, pois havíamos sido soltos por habeas corpus.

Pudemos contar com advogado, que conseguiu habeas corpus para nos

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



No Chile, tivemos a solidariedade de várias pessoas que nos acolheram, inclusive Teresita

Quiroz, que me hospedou na chegada.

A discussão política sobre a construção do socialismo com democracia nos mobilizava e a

prática participativa no processo nos

implicava na ação diária de apoio à

organização da resistência.

libertar da prisão no Quartel-Geral em Brasília, onde fiquei um mês detido, acusado pela Lei de Segurança Nacional de “tentar derrubar o Estado pela força”. Na prisão, fomos relegados a celas isoladas, nas primeiras 24 horas sem alimento. Após o habeas corpus, pude voltar ao trabalho, mas demitido dos cargos de confiança e ainda mais vigiado.

A perseguição não dá arrego, até neutralizar o “inimigo” pelo silêncio, a submissão, a tortura ou a morte. O processo contra a AP foi reaberto em 1969, quando aparecem 29 pessoas denunciadas, incluindo eu, processados na Região Militar de Juiz de Fora, onde fomos interrogados. Em seguida, foi aberta a Região Militar de Brasília, para onde o processo foi transferido, com ameaça de nova

prisão e condenação. De fato, a minha condenação a um ano de prisão foi feita posteriormente, à revelia, pois corria o risco de ser preso novamente, no governo Médici, com radicalização do terror de Estado. O atestado da minha condenação militar brasileira diz: “Certifico que Vicente de Paula Faleiros foi condenado pelo Conselho Permanente de Justiça do Exército a um ano de detenção”.

Com minha mulher, decidimos fugir da repressão para não sermos trucidados, e seguimos para o Chile, onde tinha contatos em Valparaíso.

3. A ditadura chilena e o episódio da prisão no Chile

Um depoimento sobre o processo de Reconceituação do Serviço Social

VICENTE DE PAULA
FALEIROS



depoimentos



nos anos 1970 no Chile foi feito na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2015 e deve ser editado. Por isso, somente menciono que estive implicado, durante o exílio no Chile, nas mobilizações populares contra as forças do imperialismo, do latifúndio, da burguesia. Construimos uma aliança, na Escola de Serviço Social de Valparaíso, com camponeses, operários e lutas urbanas. As áreas de estágio eram respectivamente: camponesa, operária e urbana. Também não demos arrego às ditaduras.

No Chile, tivemos a solidariedade de várias pessoas que nos acolheram, inclusive Teresita Quiroz, que me hospedou na chegada. A discussão política sobre a construção do socialismo com democracia nos mobilizava e a prática participativa no processo nos implicava na ação diária de apoio à organização da resistência. Por exemplo, na formação de “cordões industriais” que integravam empresas nacionalizadas, de Juntas de Abastecimentos e Preços-JAP, e na organização popular. A Escola de Serviço Social de Valparaíso estava implicada nesse processo.

Por outro lado, a direita se organizava para o golpe, com orquestração da mídia, desabastecimento, greves de caminhoneiros financiados pela CIA, e

articulação político-militar. Os militares golpistas, em 1973, bombardearam o Palácio de La Moneda e forçaram o presidente Allende a se suicidar. Em 11 de setembro, foi estabelecido o estado de guerra e, no dia 19, fui preso. Depois de passar pela prisão comum e corredor polonês, com ameaça de ser jogado no mar, fui levado a um barco chamado Lebu. Ficávamos no porão e, no convés, havia uma prisão de mulheres. O relato da tortura, com uma reflexão sobre o arbítrio e o canibalismo do torturador, se encontra no artigo Violência institucional e violência nos locais de isolamento, constante da publicação Nenhuma forma de violência vale a pena, do VI Seminário Nacional dos Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (2011).

No Lebu, estávamos 300 presos em cada porão, nas condições infra-humanas, dormindo, quando possível, no aço gelado do piso sujo de carvão, comendo feijão carunchado e acolhendo os torturados que vinham das dependências da Marinha.

Do Lebu, fomos levados, sob escolta militar, para um refúgio protegido pelas Nações Unidas, aterrorizados pelas notícias de centenas de pessoas fuziladas. Outras conseguiram se refugiar em várias embaixadas. Minha mulher com o filho de 2 anos teve que fugir de

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



Valparaíso para Santiago, onde pude encontrá-los no refúgio. Fomos ameaçados de ser colocados num barco em alto mar.

4. O exílio

Ao mesmo tempo, tivemos a solidariedade de igrejas do Comitê Mundial de Igrejas, da família no Brasil, da “Vicaria” da Arquidiocese de Santiago, bem como da Associação Canadense de Professores

Universitários, que levou meu currículo. O país que nos deu acolhida com o salvo-conduto de refugiados foi a Holanda, onde nasceu o segundo filho. No asilo, vivíamos da assistência pública, sendo um assistente social, ao mesmo tempo assistido social.

Tratava-se de um antigo orfanato, Huis Ter Schie, em Rotterdam, que passou a receber refugiados do mundo inteiro, mas grande parte era oriunda das mi-



VICENTE DE PAULA
FALEIROS



depoimentos



grações das ditaduras latino-americanas.

Com ação dos professores, acima citada, foi-me dado visto de imigrante apátrida no Canadá, pois o governo brasileiro não nos dava passaporte. Depois de nove meses num asilo holandês, fomos para o Canadá. Moramos em Quebec, onde foi possível uma vaga de professor visitante na Université Laval.

Junto com movimentos populares, os docentes de “Intervenção Coletiva” fundamos um grupo de pesquisa sobre ação popular/movimentos sociais, uma associação de pessoas que trabalhavam em organização comunitária e um partido político de esquerda para eleições municipais, o RP (Ressemblent Populaire).

Apoiei ativamente os refugiados, os movimentos de resistência à ditadura no Brasil e Chile. Como herança dessa memória de luta, nosso filho André Faleiros, que mora em Montreal, acaba de fazer uma doação de uma bolsa de estudos a pessoas refugiadas na Universidade de Quebec, que seleciona o bolsista. O nome da bolsa é Silveira-Faleiros.

Com a anistia, em 1979, pudemos obter um passaporte de vinda, válido por um dia, iniciando uma aprendizagem do Brasil na prática do dia a dia na cidade de São Paulo. Buscávamos trabalho, tendo a possibilidade na Universidade Federal da Paraíba, que acolheu, em 1980,

professores que retornavam ao Brasil.

Justamente em 1979, o movimento dos assistentes sociais brasileiros organizava o congresso nacional, que foi chamado de Congresso da Virada. O CFESS, 30 anos depois, em 2009, promoveu um seminário nacional em que li um depoimento publicado nos anais do evento.

A proposta ético-política dos assistentes sociais salienta o compromisso da transformação social do capitalismo, em aliança com as classes trabalhadoras. Para concluir, destaco alguns parágrafos desse depoimento no Congresso da Virada.

“Celebramos essas jornadas de lutas e de sonhos por um mundo de justiça, igualdade, inclusão, sem dominação do homem sobre o homem, sem exploração, sem grilhões que nos atem ou que favoreçam a escravidão, o preconceito, a intolerância, a discriminação, a violência, a fome, o sofrimento e a injustiça. Luta e sonho, que continuam vivos”.

“Nossas mãos, nossos pés, nossos corpos juntos com os nossos sonhos nos fazem juntar forças para abrir caminhos na barbárie, clareiras na escuridão do medo, acender a chama da esperança, soprar as cinzas do desânimo, inventar o mundo da emancipação humana, esse sonho de milhões de seres humanos que, na forja da sua luta, buscaram o socialismo e a liberdade, a igualdade e a justiça, as con-

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



depoimentos

dições de vida digna e a felicidade. Esse sonho foi sonhado por muitos que deram sua vida, seu sangue, seus gritos sob a tortura, seus corpos feridos, seus empregos, sua Pátria, seus amores, para que a terra fosse amorosa, para que os dias fossem amorosos, as políticas redistributivas, o Estado de direito, a pobreza eliminada, as autonomias respeitadas, a vida dignificada”.

“Esse sangue, essas lágrimas, essas perdas atravessam os anos, podem sumir na repressão, nas ditaduras, nos infernos insondáveis da brutalidade, mas podem se tornar rios torrenciais, aprendizados de ser gente, de ser solidário”.

“Ao transformar as relações de poder, aprendemos a ver nosso próprio poder para exercê-lo. Essa perspectiva foi a tocha do movimento de reconceituação que incendiou academias, depois que as ditaduras haviam queimado livros, na ilusão de eliminar ideias. Se a chama cresceu, foi porque a mantivemos acesa em muitas frentes, juntando a organização com a crítica, pois a crítica é vã sem força; juntando a ética com a pressão, pois a ética é símbolo abstrato sem a pressão concreta. Companheiras e companheiros, não alcançamos o sonho, mas sem ele não teríamos rumo. Nossas mãos estão calejadas, às vezes separadas, mas temos o jeito de juntá-las. A pobreza ficou menor, mas a desigualdade persiste, o que importa é não desistir.”

VICENTE DE PAULA
FALEIROS



depoimentos



anexos

Os anexos estão divididos em quatro subseções. Na primeira, recuperamos dois depoimentos, originalmente publicados no livro **Pau de Arara: a violência militar no Brasil**, de Bernardo Kucinski e Ítalo Franca, da Fundação Perseu Abramo (2013), disponível na internet para download. As falas são de Gilse Maria Cosenza Avelar e Laudelina Maria Carneiro, ambas do Serviço Social. Elas relatam os horrores em decorrência da prisão durante a Ditadura.

Na segunda parte, extraímos fotos das estudantes de Serviço Social que foram presas durante o 30º Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1968, em Ibiúna (SP). As fotografias

originais, não só das estudantes de Serviço Social, mas de todas as mulheres detidas, foram retiradas do livro **Mulheres de Ibiúna**, também disponível na internet.

Na terceira subseção, disponibilizamos algumas fotografias da **Exposição Serviço Social, Memórias e Resistências contra a Ditadura**, inaugurada durante o 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em setembro de 2016, em Olinda (PE). Posteriormente, a exposição foi replicada no 15º Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social (Enpess), em Ribeirão Preto (SP).

Por último, indicamos as referências textuais e iconográficas para a produção deste livro.

GILSE MARIA COSENZA AVELAR, brasileira, casada, 25 anos, nascida em 28 de dezembro de 1943 em Paraguaçu residente em Belo Horizonte (MG). Assistente social, graduada pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, em 1967. Tem uma filha nascida em 27 de fevereiro de 1969.

Fui presa em 17 de julho de 1969, sendo conduzida ao Departamento de Instrução, onde se encontravam presas dezenas de pessoas. Durante os dez dias em que ali permaneci, fui submetida a enormes pressões psicológicas pelos interrogadores (oficiais do exército e da Polícia Militar de Minas Gerais), que ameaçavam torturar minha filha, naquela ocasião com três meses de idade. Os oficiais afirmavam que iriam buscar a criança e descreviam o que pretendiam fazer na minha presença: deixá-la

NOME DA ASSISTENTE SOCIAL





sem alimento, colocá-la em uma bacia de água fria, etc. No dia 28 de junho, junto com outras prisioneiras, fui transferida à prisão de mulheres Estevão Pinto e fiquei incomunicável na cela 5, onde permaneci por dois meses, na qual havia uma lâmpada de 100 watts, o que significa uma claridade ofuscante em um cubículo pequeníssimo com uma única e mínima abertura. Em 23 de agosto, às 17h, fui levada à presença do tenente-coronel Waldir Teixeira Góes, no 12º Regimento de Infantaria da 4ª Região Militar, onde se encontrava o capitão Jofre Lacerda com as presas Delcy Gonçalves de Paula, Laudelina Maria Carneiro e Loreta Kiefer Valadares. O tenente-coronel Góes me informou que eu seria entregue aos torturadores capitão Jesu e sargento Léo, da Polícia Militar, que se encarregariam de me espancar, colocar no pau de arara, se divertir com meu corpo e, finalmente, me estuprar.

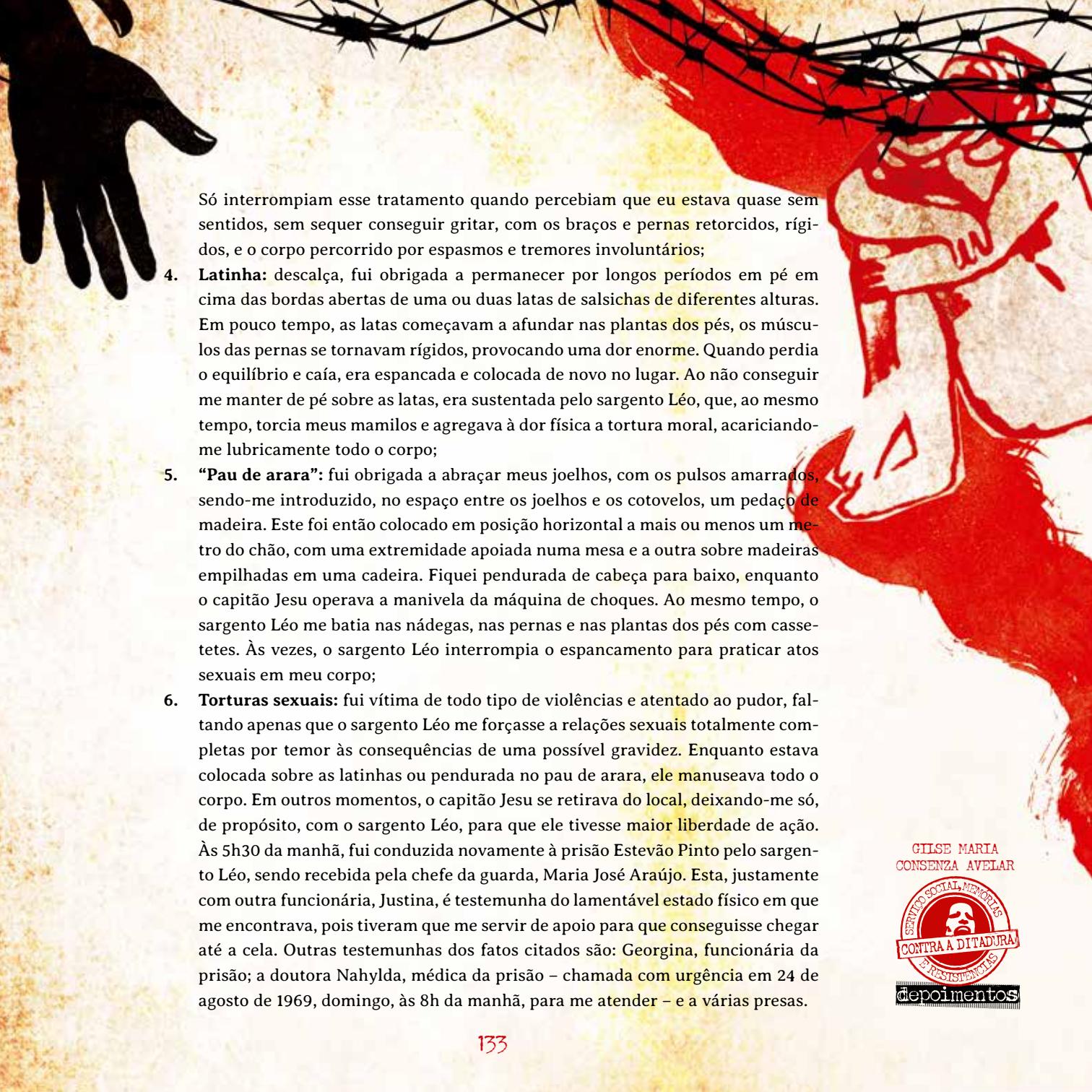
Às 19h, fui conduzida pelo capitão Jesu e o sargento Léo, em um jipe, até um posto policial isolado, cuja localização me é impossível determinar, por não conhecer os locais despovoados dos arredores de Belo Horizonte e por ser de noite. Trata-se, no entanto, de uma pequena construção de três ou quatro peças, à margem de uma rodovia e no meio rural, situada na direção da estrada que leva ao município de Neves. Provavelmente continua sendo utilizada como lugar de torturas, pois o sargento Léo comentava com o capitão Jesu sobre a necessidade de requisitar o lugar para que ficasse permanentemente à disposição das investigações policial-militares, em vista de sua localização: “Aqui podemos trabalhar comodamente, porque ninguém vai ouvir os gritos dessa gente”, disse.

Nesse local, fui torturada desde as 20h do sábado até às 5h da madrugada de domingo pelo capitão Jesu e pelo sargento Léo, ajudados por um terceiro homem não identificado. Sofri as seguintes torturas:

1. **Espancamentos:** socos em todo o corpo, golpes de caratê no estômago e pescoço, bofetadas, violentos apertões nos ouvidos e pescoço, beliscões e torceduras nos mamilos, golpes de cassetetes;
2. **“Telefone”:** pancadas fortíssimas dadas simultaneamente nos ouvidos que me deixaram totalmente atordoada;
3. **Choques elétricos:** fui colocada em cima de uma mesa, onde prenderam, em meus pés e mãos, fios elétricos de uma pequena máquina com manivela. Um dos policiais me imobilizava sobre a mesa e o segundo tapava minha boca com um pano, enquanto o terceiro acionava a manivela produzindo descargas elétricas.

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)





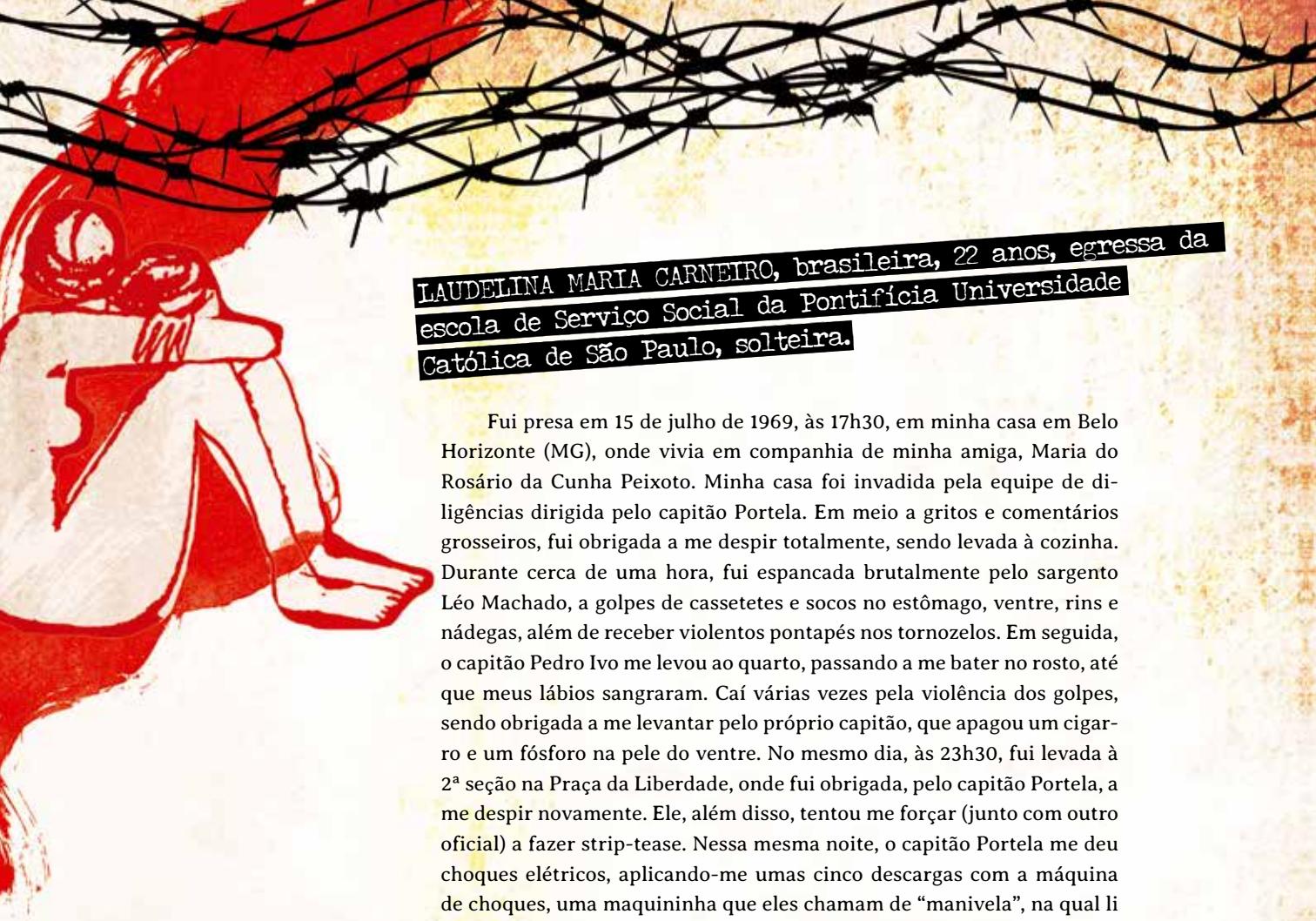
Só interrompiam esse tratamento quando percebiam que eu estava quase sem sentidos, sem sequer conseguir gritar, com os braços e pernas retorcidos, rígidos, e o corpo percorrido por espasmos e tremores involuntários;

4. **Latinha:** descalça, fui obrigada a permanecer por longos períodos em pé em cima das bordas abertas de uma ou duas latas de salsichas de diferentes alturas. Em pouco tempo, as latas começavam a afundar nas plantas dos pés, os músculos das pernas se tornavam rígidos, provocando uma dor enorme. Quando perdia o equilíbrio e caía, era espancada e colocada de novo no lugar. Ao não conseguir me manter de pé sobre as latas, era sustentada pelo sargento Léo, que, ao mesmo tempo, torcia meus mamilos e agregava à dor física a tortura moral, acariciando-me lubricamente todo o corpo;
5. **“Pau de arara”:** fui obrigada a abraçar meus joelhos, com os pulsos amarrados, sendo-me introduzido, no espaço entre os joelhos e os cotovelos, um pedaço de madeira. Este foi então colocado em posição horizontal a mais ou menos um metro do chão, com uma extremidade apoiada numa mesa e a outra sobre madeiras empilhadas em uma cadeira. Fiquei pendurada de cabeça para baixo, enquanto o capitão Jesu operava a manivela da máquina de choques. Ao mesmo tempo, o sargento Léo me batia nas nádegas, nas pernas e nas plantas dos pés com cassetetes. Às vezes, o sargento Léo interrompia o espancamento para praticar atos sexuais em meu corpo;
6. **Torturas sexuais:** fui vítima de todo tipo de violências e atentado ao pudor, faltando apenas que o sargento Léo me forçasse a relações sexuais totalmente completas por temor às consequências de uma possível gravidez. Enquanto estava colocada sobre as latinhas ou pendurada no pau de arara, ele manuseava todo o corpo. Em outros momentos, o capitão Jesu se retirava do local, deixando-me só, de propósito, com o sargento Léo, para que ele tivesse maior liberdade de ação. Às 5h30 da manhã, fui conduzida novamente à prisão Estevão Pinto pelo sargento Léo, sendo recebida pela chefe da guarda, Maria José Araújo. Esta, justamente com outra funcionária, Justina, é testemunha do lamentável estado físico em que me encontrava, pois tiveram que me servir de apoio para que conseguisse chegar até a cela. Outras testemunhas dos fatos citados são: Georgina, funcionária da prisão; a doutora Nahylda, médica da prisão – chamada com urgência em 24 de agosto de 1969, domingo, às 8h da manhã, para me atender – e a várias presas.

GILSE MARIA
CONSENZA AVELAR



depoimentos



LAUDELINA MARIA CARNEIRO, brasileira, 22 anos, egressa da escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, solteira.

Fui presa em 15 de julho de 1969, às 17h30, em minha casa em Belo Horizonte (MG), onde vivia em companhia de minha amiga, Maria do Rosário da Cunha Peixoto. Minha casa foi invadida pela equipe de diligências dirigida pelo capitão Portela. Em meio a gritos e comentários grosseiros, fui obrigada a me despir totalmente, sendo levada à cozinha. Durante cerca de uma hora, fui espancada brutalmente pelo sargento Léo Machado, a golpes de cassetetes e socos no estômago, ventre, rins e nádegas, além de receber violentos pontapés nos tornozelos. Em seguida, o capitão Pedro Ivo me levou ao quarto, passando a me bater no rosto, até que meus lábios sangraram. Caí várias vezes pela violência dos golpes, sendo obrigada a me levantar pelo próprio capitão, que apagou um cigarro e um fósforo na pele do ventre. No mesmo dia, às 23h30, fui levada à 2ª seção na Praça da Liberdade, onde fui obrigada, pelo capitão Portela, a me despir novamente. Ele, além disso, tentou me forçar (junto com outro oficial) a fazer strip-tease. Nessa mesma noite, o capitão Portela me deu choques elétricos, aplicando-me umas cinco descargas com a máquina de choques, uma maquininha que eles chamam de “manivela”, na qual li a inscrição US Army.

Em consequência das torturas, meus tornozelos ficaram roxos e inchados, produzindo dores tão agudas, que praticamente me impediram de caminhar por uma semana. No D.I., onde permaneci por 12 dias, as consequências das torturas foram observadas por dezenas de pessoas presas. Isso também pode ser testemunhado pelas duas enfermeiras do D.I., que enfaixaram os pés (Vanderléa e Andrade), além do médico que, horrorizado ao ver o estado de meus tornozelos, pensou em possíveis fraturas e pediu que fizessem quatro chapas de raios X no hospital militar (essas chapas estão em poder do meu advogado). Durante minha

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



depoimentos



permanência no D.I., sofreu ameaças de torturas físicas e sexuais, que inclusive eram descritas com riquezas de detalhes pelo tenente Ribas em “conversas amigáveis” na hora do almoço ou jantar. Em 27 de junho de 1969, fui transportada, junto com outras presas, ao Presídio de Mulheres, onde permaneci incomunicável por 60 dias.

Em 18 de julho, no consultório médico da prisão, enquanto era interrogada pelo capitão Jofre Lacerda, do exército, pelo capitão Schubert, da PM, e pelo agente policial José Perpétuo, da DVS, depois de receber ameaças de todo tipo de torturas físicas e sexuais, fui obrigada a permanecer durante muitos minutos descalça, equilibrando-me com um só pé sobre uma lata aberta de salsichas, cujas bordas se cravavam na planta dos pés. No dia 19, no mesmo consultório médico, fui novamente à tortura das latinhas durante 10 minutos. No dia 20, no mesmo local, encheram uma banheira com água fria, planejando me manter nua e imersa por tempo indeterminado e só não executaram seus propósitos por temerem maiores consequências, tendo em vista que eu estava menstruando. Para me pressionarem mais ainda, ameaçaram prender e torturar, na minha presença, meu noivo e minha mãe. O tenente-coronel Góes chegou a expedir um mandado de prisão contra minha mãe, que foi revogado pelo general Álvaro Cardoso. Não conseguindo prendê-la, o tenente-coronel Góes passou a ameaçar minha mãe sempre que ela ia me visitar, chegando a interrogá-la durante dez horas, em uma ocasião. Minha mãe tinha 46 anos de idade e estava grávida de três meses, esperando seu segundo filho. Em consequência das pressões psicológicas e ameaças a que foi submetida, sofreu um aborto. Em 14 de setembro, em uma sala do 12º RI, para onde fui levada pelo capitão Lacerda, fui torturada até 3h30 da madrugada pelo capitão Sebastião Geraldo Peixoto e pelo capitão Schubert, que me deram mais de 15 descargas elétricas. Só interromperam a tortura quando eu desmaiei, caindo da cadeira onde me haviam posto. Testemunhas de minha saída e retorno ao presídio de mulheres: as funcionárias Maria José Araújo, Laurentina, Adelina, Justina e Georgina. Fui testemunha das torturas infligidas a Maria do Rosário da Cunha Peixoto, Delcy Gonçalves de Paula, Loreta Kiefer Valadares e Gilse Cosenza Avelar.

LAUDELINA MARIA
CARNEIRO



depoimentos



As 'meninas' de Ibiúna

O ano é o de 1968. A cidade é Ibiúna, localizada a cerca de 70 quilômetros de São Paulo (capital).

Lá aconteceu o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Na ocasião, quase mil estudantes sofreram repressão e acabaram na prisão. Muitas dessas pessoas cursavam Serviço Social em universidades de todo o Brasil.

Reunimos aqui fotografias de algumas dessas estudantes que estiveram no Congresso e que acabaram presas. Sofreram violência psicológica e física.

As fotos originais foram extraídas do livro 'Mulheres de Ibiúna'.

É preciso conhecer, além dos fatos, os rostos de estudantes e profissionais de Serviço Social que lutaram contra a ditadura.

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



depoimentos



CANDIDA MOREIRA
MAGALHÃES



ANA MARIA FROES
BATALHA



CACILDA FILOMENA
DE CASTRO



AURIVANDA ALMEIDA
DA SILVA



CELTA ZANQUETA



HELENA COSTA LOPES



ELAINE GONZAGA
NEGREIROS



ELIZABETH SCHIMIDT
DE ANDRADE



ELZE MARIA DOS
SANTOS



ESTELA MARIA
OURIQUE DA SILVA



GUILHERMINA DE SOUZA
BEZERRA



CLARICE CHORCHOL



MARIA DA GRAÇA FERRO
BAIMA PEREIRA



MIRAMAR DA COSTA
CORREIA



MARIA REGINA
SAMPAIO TERRA



MARCIA VERA DE
VASCONCELOS



MARIA TEREZA CARDOSO



MARLENE DO AMARAL
SIMONEFFI



ROSA HARUKO TANE



ROSEMARY CARDOSO



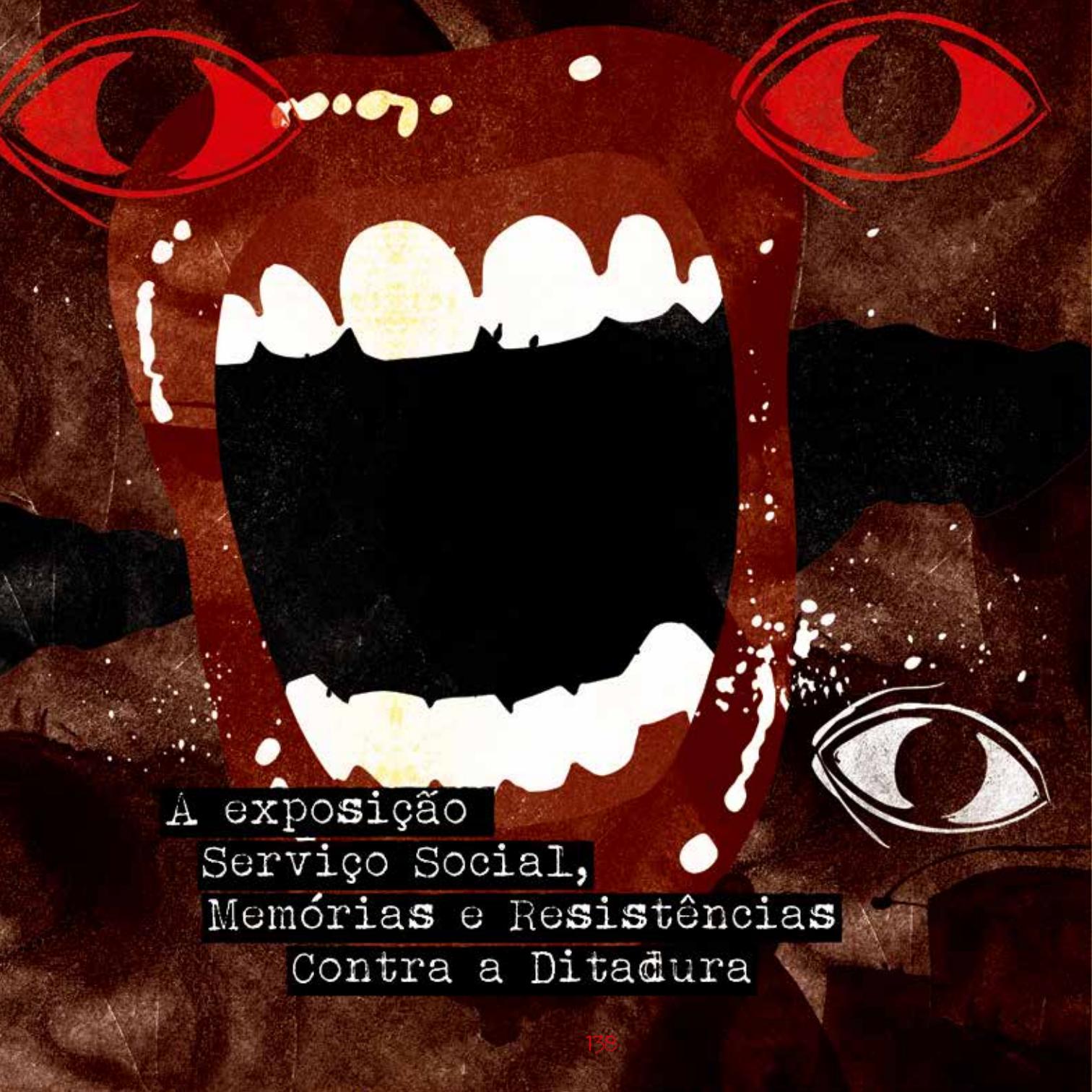
VERÔNICA AGUIAR
DOS SANTOS



MARIA BEATRIZ COSTA
ABRAMIDES

As meninas de Ibiúna





A exposição
Serviço Social,
Memórias e Resistências
Contra a Ditadura



A exposição ocorreu em dois momentos: no 15º CBAS (Olinda/PE) e no 15º Enpess (Ribeirão Preto/SP)



Os painéis da exposição traziam ilustrações, fotografias e depoimentos

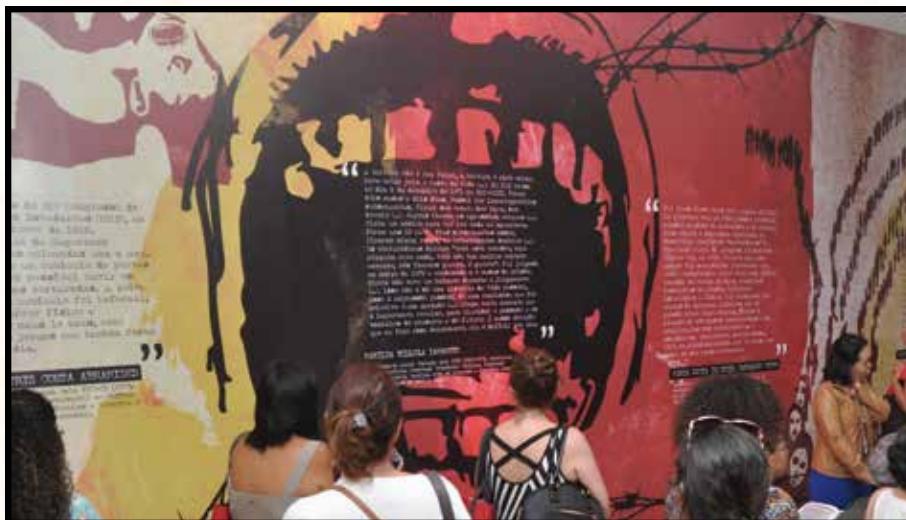
A exposição



depoimentos



Estima-se que cerca de 3500 pessoas assistiram à exposição, nos dois eventos em que ela ocorreu



As imagens foram inspiradas em cartazes e outras peças gráficas sobre a Ditadura Civil-Militar

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



depoimentos



Bia Abramides (à esquerda) enviou seu relato para este livro e participou do lançamento da exposição



Atenção do público para o vídeo com depoimentos de assistentes sociais que lutaram contra a Ditadura

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)



depoimentos



Marilda Yamamoto (sentada à esquerda) enviou seu relato à Comissão Nacional da Verdade



Bia Abramides ao entrar na exposição e se deparar com seu depoimento em vídeo



Informações gerais sobre os depoimentos e imagens do livro

Depoimentos enviados ao CFESS em resposta ao formulário do Projeto:

Ana Maria Santos Rolemberg Côrtes, Ana Maria Ramos Estevão, Ana Maria Tereza Frões Batalha, Maria Beatriz Costa Abramides, Maria Lúcia de Souza e Rute Gusmão Pereira de Azevedo

Depoimentos enviados ao CFESS em diferentes formatos:

Iza Guerra Labelle, José Paulo Netto, Maria Rosângela Batistoni e Vicente de Paula Faleiros

Depoimentos apresentados no 43º

Encontro Nacional CFESS-CRESS:

Candida Moreira Magalhães, Joaquina Barata Teixeira e Rosalina de Santa Cruz

Depoimentos dados à Comissão

Municipal da Verdade de Juiz de Fora:

Marilda Villela Iamamoto e Mariléia Venâncio Porfírio

Depoimentos extraídos do livro Pau de Arara: a violência militar no Brasil, de Bernardo Kucinski e Ítalo Franca, da Fundação Perseu Abramo (2013), disponível para download em <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/pauararacompleto.pdf>.

Gilse Maria Cosenza Avelar e Laudelina Maria Carneiro

As ilustrações do livro foram inspiradas em documentos iconográficos históricos referentes à Ditadura no Brasil e na América Latina, como fotografias, cartazes e outras imagens.

Algumas fotografias e fotocópias de documentos foram retiradas de sites especializados sobre a Ditadura. Serviram como fontes de pesquisa:

- > Brasil Nunca Mais
<http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>
- > Comissão Nacional da Verdade
<http://www.cnv.gov.br/>
- > Memórias da Ditadura
<http://memoriasdaditadura.org.br/>

As fotos das Mulheres de Ibiúna foram extraídas do livro de mesmo nome, disponível em <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/as-meninas-de-ibiuna-152-fotografias-das-estudantes-presas-no-congresso-de-ibiuna/>

As ilustrações das assistentes sociais que enviaram depoimentos para o CFESS foram criadas a partir de fotografias disponibilizadas pelas próprias autoras ou por imagens disponíveis na internet.

Agradecemos a todas as pessoas que se disponibilizaram e contribuíram para a produção desta memória.

Conselho Federal de
Serviço Social (CFESS)





O Projeto Serviço Social, Memórias e Resistências contra a Ditadura recupera e dá visibilidade às histórias vividas pelos sujeitos políticos do Serviço Social, no contexto sombrio da ditadura militar. É um ato de respeito e uma profunda reverência à resistência e às narrativas subtraídas da memória oficial.

Com esta publicação, o CFESS encerra o projeto, em um livro com os depoimentos, imagens que foram possíveis de ser encontradas e um DVD, com o vídeo passado na exposição do CBAS (e do ENPESS), com outro material audiovisual que capta a emoção dos/as presentes ao adentrar o espaço da exposição, e com um arquivo com matérias publicadas pelos CRESS sobre o assunto.

Trazer para novas gerações um período de terror vivido no país, trata-se de uma denúncia e contribui para o enfrentamento da banalização que, por vezes, se ouve hoje em dia de que foi uma ditabranda. Não foi. No Brasil, como nos países vizinhos, se ceifaram muitas vidas, projetos e sonhos.

Todos os depoimentos aqui reunidos expressam, ao seu modo, o impacto nas vidas, em virtude das perseguições e das torturas vividas. Esse foi um período difícil, do qual muitos tentaram, em vão, esquecer. Outros não conseguem falar.

www.cfess.org.br



Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-99447-29-1



9 788599 447291